NAÇÃO E DEFESA



ANO VI — N.º 22 — ABRIL - JUNHO DE 1982 (Publicação Trimestral)

DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHAES Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Coronel Silva Carvalho, Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da Costa, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Tenente-coronel Silva Ramos, Tenente-coronel Oliveiros Martins (secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

 Por número (num mínimo de quatro)
 ...
 ...
 ...
 ...
 40\$00

 Preço de venda avulso
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...
 .

EDITORIAL	5
O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A DEFESA NACIONAL: ALGUNS ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS Abel Cabral Couto	11
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLO- MÁTICA PORTUGUESA — ESTUDO DE GEOPOLÍTICA Jorge Borges de Macedo	27
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL	57
A RELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O PACTO DE VARSÓVIA E A NATO	71.
A PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS ALIMENTARES	105
SOBRE A RAZÃO DE SER DAS FORÇAS ARMADAS François Martins	129
A CIRCULAÇÃO — FACTOR DA ANÁLISE POLÍTICA E ESTRA- TÉGICA	147
INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — SEMINÁRIO «A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL» — RELATÓRIO Redacção	153
A DEFESA NO MUNDO	181

EDITORIAL



EDITORIAL

1. Terminou, no corrente mês, mais um Curso de Defesa Nacional, o 4.º Curso realizado neste Instituto.

Foi frequentado por vinte e dois Auditores, catorze civis e oito militares, pertencentes aos quadros superiores de diversos sectores das actividades pública e privada e dos três Ramos das Forças Armadas.

2. Nas palavras de encerramento do Curso foi salientado, como digno de aplauso, o esforço intensivo e altamente meritório desenvolvido na sua realização, tanto pelos Conferencistas como pelos Auditores. Foi também referido que, para um melhor aproveitamento prático dos conhecimentos adquiridos, os Auditores devem procurar agora manter uma ligação e um diálogo, entre si, com a maior intensidade possível, sobre matéria de defesa nacional, especialmente sobre os grandes problemas concretos da vida da nação com ela relacionados.

Para essa ligação e diálogo, a AACDN tem um papel importante a desenvolver, como aliás já vem fazendo desde a sua criação há pouco mais de um ano, e o IDN estará permanentemente disponível para dar o apoio que puder.

3. Não é viável, em curtas linhas, apresentar uma síntese suficientemente caracterizadora dos conhecimentos ministrados no Curso de Defesa Nacional que agora terminou, sobre a situação concreta do nosso País, face aos problemas da defesa nacional.

Entretanto, como por diversas vezes já tem sido referido, a defesa nacional é, antes do mais e acima de tudo, uma vontade. Uma vontade colectiva de continuarmos a ser portugueses, de preservarmos os nossos mais altos valores nacionais, o património comum, o território, a cultura, a história, as tradições, os usos e costumes, tudo enfim que, no convívio internacional, nos congrega e nos identifica como Nação. São valores predominantemente morais, que constituem o cimento que nos liga e baseiam a vontade colectiva da sua defesa, que realmente existe.

4. Mas não podemos esquecer o mundo em que vivemos, no qual os padrões de vida material ocupam hoje espaço importante na vida dos povos e atingem níveis altamente exigentes em valores, ou em riquezas materiais.

Então, a defesa nacional, para ter sentido prático e consistência como vontade colectiva de preservação da vida nacional e dos valores morais em que assenta, tem de ser entendida, também, como claramente indispensável para através dela ser possível alcançar e garantir os padrões de vida material que realizam o bem-estar dos cidadãos dos nossos dias. Padrões de vida que nos confortem no confronto com os de outras nações e que, portanto, nos retirem a vontade de abandonar o País à procura de melhor sorte.

- 5. Sabemos que a produção nacional está a ser insuficiente para manter o actual padrão de vida dos portugueses, mesmo assim já inferior ao de outros países da Europa. Apresenta-se, desta forma, o imperativo de ganharmos a batalha da produção e da exportação, como suporte indispensável da defesa nacional. Na situação actual do País, esta parece ser uma tarefa prioritária. Estou certo que temos as forças morais, as capacidades técnicas e os recursos suficientes para ganhar.
- 6. A defesa nacional é um problema e uma responsabilidade de todos os portugueses, na família, na escola, nas instituições. Tem de ser entendida como um ponto de convergência que promova a união de todos nós, governados e governantes, por cima das divergências que nos separam.

União para a verdadeira paz, para o trabalho, para os sacrificios que nos impõe a construção do bem-estar dos portugueses e a continuação de Portugal, no contexto dos valores que nos identificam como Nação. União de todos e não apenas união de alguns para a violência, para lutas entre portugueses, ou para a paz da hipocrisia.

IDN, Junho de 1982



O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A DEFESA NACIONAL: ALGUNS ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS



O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A DEFESA NACIONAL:

ALGUNS ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

1. CONCEITO E IMPORTÂNCIA ACTUAL

a. Em que consiste o ordenamento do território à luz da defesa nacional ou, dito de outra forma, o ordenamento do território segundo um ponto de vista estratégico?

Poderemos dizer que se trata de

«Organizar o espaço geográfico, estruturando-o de molde a, tendo em vista situações de conflito e de catástrofes naturais, se reduzirem vulnerabilidades e se aumentarem as possibilidades de segurança do território e das suas populações.»

A acuidade do problema deriva, fundamentalmente, hoje em dia:

- dos efeitos dramáticos, em consequência do progresso tecnológico ou da explosão demográfica e da urbanização, que podem assumir determinados tipos de ameaças e para as quais não existem outras contramedidas razoavelmente eficazes a não ser as de ordenamento do território;
- do custo muito elevado de determinadas soluções, desde que encaradas numa óptica sectorial, pelo que se torna necessário concebê-las com finalidades múltiplas, segundo perspectivas mais globais, que conduzam a economias de escala;
- da percepção crescente da interdependência entre fenómenos tradicionalmente considerados distintos.
- b. A preocupação com a organização do espaço, tendo em atenção a segurança nacional, é manifesta em vários países: a URSS encara o problema desde a forma como são moduladas as cidades à transferência das suas indústrias estratégicas fundamentais e do seu capital científico para os Urais; a Suíça combina o aproveitamento duma orografia já de si difícil com a conservação e, em muitos casos, a

criação dum desenvolvimento vegetal que, além do seu valor económico, reforça as suas condições de baluarte natural, além de proteger, em abrigos cavados nas rochas ou dispersos nas florestas, o grosso do seu equipamento militar e meios alimentares, sanitários, etc., necessários à sobrevivência da população; a Suécia revela preocupações análogas, concentrando num judicioso ordenamento do território grande parte do seu esforço de defesa.

- c. Mesmo em Portugal, o ordenamento do território, tendo em atenção razões de natureza estratégica, constituiu preocupação dos governantes mais esclarecidos desde os princípios da nossa história, particularmente naqueles períodos de formação ou consolidação da independência nacional ou de forte consciência quanto aos perigos que sobre a mesma impendiam. Basta atentar, entre outros, nos seguintes exemplos:
 - (1) Na organização implantada a sul do rio Tejo pelos primeiros Reis e Ordens Militares, na fase da formação da Nacionalidade

A rede de castelos implantada no Alentejo, pela sua localização e densidade, pelas ligações e interdependências estabelecidas entre os mesmos e pela sua conjugação com núcleos de povoamento, constitui um exemplo notável de organização de um espaço aberto, sem grandes obstáculos naturais, de forma a garantir-se o seu controle, a segurança do território e das populações e a sobrevivência destas em situações de crise.

(2) Acção desenvolvida por D. Dinis

Não tendo mais a recear ataques muçulmanos, D. Dinis procurou consolidar as fronteiras para prevenir qualquer invasão de Castela. Para o efeito, recorreu a medidas de tipo idêntico às anteriores: promoção de núcleos de povoamento em zonas da raia estrategicamente importantes e que se encontravam estagnadas por falta de povoadores; e construção de novos castelos fronteiriços e reconstrução de muitos outros e que serviam de núcleos militares. Deve também salientar-se a visão revelada com o desenvolvimento do pinhal de Leiria que, além do seu interesse relacionado com a construção naval, evidenciou uma outra forma de preocupação quanto à segurança do território, neste caso contra a acção devastadora do mar.

Assim, através dum labor esclarecido, D. Dinis soube combinar acções que, de forma harmoniosa, contribuíram para a defesa das fronteiras, para a segurança do território e para um desejado surto de desenvolvimento regional.

(3) Período da Restauração

Em consequência das exigências e dos efeitos das sucessivas campanhas militares, muitos lugares ficaram praticamente despovoados e viram destruídas as suas antigas defesas. Consolidada a Restauração da Independência, foi também notável o esforço no sentido do repovoamento e desenvolvimento de regiões do interior mais degradadas e da construção de trabalhos de fortificação, em novos e mais vastos moldes, esforço esse particularmente importante no Alentejo e ao longo do estuário do Tejo e suas aproximações, mas com extensões em muitos outros pontos da costa e na parte central (Almeida) e do Norte do País (por exemplo, Miranda do Douro e Valença).

Mesmo em tempos mais recentes, podem salientar-se, entre medidas de ordenamento do território de natureza estratégica, a não-criação de ligações fáceis com a Espanha, a orientação do traçado de algumas linhas de caminho de ferro, a adopção de bitolas diferentes, etc.

Mas, independentemente das decisões do poder central, as próprias populações, ao nível local, revelaram um instinto natural de segurança, bastando salientar a implantação das povoações nos pontos dominantes, reservando-se as veigas circunvizinhas para o amanho das terras, para garantia das necessidades alimentares, na base de uma economia de subsistência.

Talvez se possa afirmar que Portugal deveu, em grande parte, a manutenção da sua independência a uma grande sensibilidade estratégica na organização do seu espaço geográfico, sensibilidade aliás confirmada além-mar.

2. RELAÇÕES ENTRE O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A DEFESA

- a. As relações entre o ordenamento do território e a defesa podem ser encaradas segundo dois ângulos de análise:
 - em primeiro lugar, para saber em que medida um ordenamento adequado permite eliminar ou atenuar determinadas ameaças ou, no caso de estas se concretizarem, em que medida pode contribuir para que aquelas possam ser enfrentadas com maior probabilidade de sucesso;
 - um outro ângulo de análise corresponde ao saber-se de que forma um ordenamento concreto, já existente, impõe servidões à defesa.

No primeiro caso, os interesses da defesa surgem como um dos factores condicionantes do ordenamento do território, isto é, procura-se, através dum ordenamento adequado, aumentar a capacidade de protecção ou defesa do território, pelo que aquele é encarado como um dos instrumentos desta; no segundo, caso, o ordenamento já existente aparece como um dos condicionantes significativos da defesa. Assim, se considerarmos, a título de exemplo, o problema da protecção duma estrutura industrial contra acções aéreas, em teoria pode-se conseguir essa protecção de duas maneiras:

— uma delas é, através de um adequado ordenamento do território, dispersar as instalações de forma que não constituam objectivos remuneradores. Neste caso, poderá eventualmente chegar-se à conclusão de que é dispensável a instalação de qualquer sistema de defesa antiaérea, isto é, o ordenamento do território constituiu-se em medida, passiva é certo, de defesa;

- uma outra solução será, no caso de a estrutura já existir e estar relativamente concentrada, instalar um sistema de defesa antiaérea, isto é, o ordenamento territorial existente obrigou a uma medida activa de defesa, condicionando esta.
- b. O exemplo focado evidencia que a problemática da defesa só pode ser encarada satisfatoriamente através de visões interdisciplinares e não apenas sectoriais. Mesmo no caso de um problema aparentemente apenas militar, se vê que uma possível solução (talvez a mais correcta) poderá não ser militar. O exemplo permite ainda salientar um aspecto bem conhecido: muitas vezes cai-se em soluções ou situações aparentemente mais defensáveis de um ponto de vista económico, porque se não tem em atenção outros custos que essas soluções acarretam.

3. ASPECTO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO MAIS RELE-VANTES NUMA ÓPTICA DE DEFESA

- a. Os aspectos do ordenamento do território mais relevantes numa óptica de defesa serão talvez os relacionados com o seguinte:
 - Concentração demográfica e económica
 - -Localização das fontes de energia
 - Existência e localização de reservas estratégicas
 - Possibilidades de criação de obstáculos
 - Linhas de comunicações
 - Possibilidades de criação de abrigos
 - Possibilidades de controle de catástrofes naturais
 - Localização alternativa de centros de decisão
 - Assimetrias regionais
 - Organização territorial da defesa, incluindo o próprio ordenamento ou dispositivo militar.

b. Concentração demográfica e económica

A excessiva concentração, não só da população mas também da actividade económica, em especial das indústrias básicas com importância estratégica, num número reduzido de pólos, aumenta, como

é evidente, a vulnerabilidade militar de um país em caso de guerra. Assim, de um ponto de vista estratégico, é vantajosa uma dispersão judiciosa das indústrias fundamentais, bem como uma distribuição equilibrada da população pelo território, sem prejuízo de taxas de ruralidade relativamente baixas e consequente existência de variados e apreciáveis núcleos urbanos.

Para se ter uma ideia da importância deste fenómeno ao nível das superpotências, bastará ter em atenção que:

- nos fins da década de 60, admitia-se que uma guerra nuclear ilimitada entre as superpotências poderia conduzir a cerca de 140 milhões de mortos nos EUA e 110 milhões na URSS;
- alguns observadores admitem que a URSS, em consequência de acções de reordenamento do território e de trabalhos intensivos de protecção civil, poderá aspirar a ver reduzida a sua vulnerabilidade a 60 milhões de mortos, mesmo no caso duma guerra ilimitada;
- 140 milhões de mortos, numa população de 220 milhões, representam evidentemente danos inaceitáveis; mas já não é rigorosamente evidente que o sejam 60 milhões numa população de 240 milhões.

Em consequência, alguns observadores receiam que tal assimetria na vulnerabilidade (ou seja, na capacidade de «encaixe nuclear») das duas superpotências possa vir a traduzir-se numa assimetria na capacidade de iniciativa estratégica, com todas as consequências decorrentes.

c. Localização das fontes de energia

Dada a importância primordial da energia como suporte de toda a actividade produtiva e na vida das populações, a localização das fontes de energia é, hoje em dia, um elemento extremamente importante ao encarar-se o ordenamento estratégico dum território. É evidente que algumas dessas fontes (como as barragens hidroeléctricas) estão estritamente vinculadas à geografia, mas o mesmo não sucede com as centrais térmicas, nucleares, etc. Do ponto de vista estratégico, deve procurar-se a sua dispersão e relativo afastamento de

outros alvos já por si remuneradores, mas sem prejuízo da sua integração em áreas relativamente mais seguras ou de mais fácil defesa (por exemplo, recuadas em relação a direcções de ameaças mais prováveis).

d. Existência e localização de reservas estratégicas

A existência de reservas estratégicas constitui um elemento de grande importância para a segurança nacional, mesmo na hipótese de situações de crise que possam implicar quebras no ritmo dos fluxos de abastecimento. Entre nós, dados o nosso estádio de desenvolvimento e dependências, assumem especial importância as relacionadas com recursos alimentares (em particular, cereais) e com recursos energéticos de origem mineral. Também, neste caso, é vantajosa a dispersão das reservas, sem se esquecerem as Regiões Autónomas.

Para efeitos de cálculos de capacidade de constituição de reservas e de apreciação das possibilidades de dispersão, devem ser consideradas as possibilidades decorrentes de determinados meios de transporte existentes, tais como petroleiros, navios graneleiros, determinados tipos de batelões, grandes autotanques, etc.

e. Possibilidade de criação de obstáculos

Embora, face à evolução tecnológica, vá longe o tempo dos grandes trabalhos de fortificação contínua, mesmo do tipo Linha Maginot, os obstáculos naturais ou artificiais continuam a ser um elemento muito importante para o acréscimo da capacidade de defesa, no caso dum conflito militar, relativamente à manobra terrestre. A este respeito, trata-se de, através de alterações resultantes da acção do homem e que, na medida do possível, não tenham um interesse exclusivamente militar, saber valorizar ou compensar condições naturais do terreno, de modo a reforçar-se a segurança do território de acordo com um conceito de defesa bem definido.

Para o efeito, podem ser exploradas fundamentalmente três vias:

(1) Florestação de determinadas regiões

A florestação de áreas ao longo dos grandes eixos de penetração dum território poderá ser uma das formas de contribuir para a sua segurança, em especial numa época em que a ameaça militar terrestre tende a assentar, essencialmente, no emprego de forças blindadas e mecanizadas. A mesma medida reduz a possibilidade de realização de operações aerotransportadas por parte de um potencial adversário. A florestação pode ser conjugada com a criação de clareiras em áreas favoráveis à defesa e que possam tornar-se verdadeiras «áreas de morte» para forças adversas infiltradas.

Por outro lado, no caso de uma defesa que preveja o recurso a uma guerra de guerrilhas, a florestação de potenciais zonais de refúgio reforça as possibilidades de sobrevivência das guerrilhas.

Porém, convém desde já salientar-se que o ordenamento florestal, de um ponto de vista estratégico, deve ser levado a efeito de modo a atenuar-se um possível aumento de vulnerabilidades em relação a outras ameaças, em especial no campo da protecção civil, como actualmente acontece entre nós com os incêndios no Verão.

(2) Barragens hidroeléctricas

Determinadas barragens hidroeléctricas podem, pelas albufeiras que criam, também revestir-se de interesse estratégico, como geradoras de obstáculos importantes.

Dependerá da sua localização e orientação a medida em que tais barragens facilitarão ou, pelo contrário, dificultarão a defesa. Por exemplo, a barragem da Aguieira e suas associadas reforçam significativamente as possibilidades de defesa relativamente à linha de invasão tradicional do vale do Mondego; a barragem do Alqueva poderia contribuir para a segurança duma área fronteiriça muito vulnerável, relativamente quer a acções clandestinas

quer a acções militares, embora, por outro lado, possa eventualmente contribuir para reforçar o isolamento de uma parte do território nacional.

(3) Obras de irrigação e de regularização de acidentes fluviais

As obras de irrigação, os canais, etc., desde que devidamente orientadas em relação aos eixos de penetração, podem desempenhar um papel semelhante ao referido para as albufeiras ou barragens. Por exemplo, a importância estratégica de tais acidentes é significativa na Europa Central.

f. Linhas de comunicações

Trata-se dum problema fundamental ao considerar-se o ordenamento dum território dum ponto de vista estratégico.

Basta salientar: os trabalhos que estão a ser levados a efeito pela URSS, de duplicação parcial do caminho de ferro transiberiano, por razões puramente estratégicas; a construção da estrada transamazónica no Brasil; grande parte da rede de estradas e de aeródromos construída nos territórios ultramarinos durante as guerras em África.

A importância e significado das linhas de comunicações numa óptica estratégica podem ser apreciadas em várias situações ou cenários. Entre nós, julga-se que as linhas de comunicações devem ser consideradas tendo em especial atenção as seguintes situações:

- (1) Em primeiro lugar, no quadro do reforço da coesão e unidade nacionais. Tal é particularmente importante no caso de um país territorialmente descontínuo como o nosso, em que a atenuação de certas tendências centrífugas, consequentes em grande parte dessa descontinuidade, muito dependerá da capacidade de se estabelecerem e assegurarem comunicações rápidas, eficientes, seguras e relativamente económicas ao longo de todo o espaço territorial. Mas, mesmo no Continente, regiões há precariamente ligadas ao resto do País, com efeitos negativos na coesão nacional.
- (2) Em segundo lugar, no quadro da Aliança Atlântica, em que, quer para a manutenção da dissuasão (e consequentemente da

paz) em situações de crise, quer na hipótese de aquela falhar, o País pode vir a ser chamado a desempenhar um papel de plataforma de serviços. Tal hipótese pode ter reflexos nos seguintes campos:

(a) Instalações portuárias e aeroportos

Tais instalações devem ser aptas a receberem e manusearem fluxos acrescidos de abastecimentos, sem prejuízo dos necessários à vida normal do País, e a prestarem certos tipos de apoio de serviços às frotas. Há vantagem na sua multiplicidade e dispersão, havendo ainda que evitar o risco de congestionamentos, o que implica que entestem adequadamente com os sistemas de circulação rodo e ferroviário. Este último aspecto constitui uma das mais notórias deficiências de todo o nosso sistema de circulação.

(b) Rede rodoviária e ferroviária

No cenário em apreço, são indispensáveis ligações terrestres de elevado débito entre os principais terminais portuários e aéreos e o sistema de circulação europeu. Deve-se, porém, assinalar que tais vias de comunicação, constituindo-se em penetrantes, podem agravar a capacidade de defesa militar do País, o que deve implicar uma análise de riscos, a definição de hierarquias entre essas vias e a adopção de medidas cautelares que permitam atenuar aqueles riscos.

(c) Condutas

Pode, eventualmente, ter interesse estratégico a criação de um sistema interno de condutas, ligado ao sistema europeu.

- (3) Finalmente, no quadro duma defesa militar contra ameaças terrestres directas. Neste cenário, podem referir-se os seguintes critérios orientadores:
 - De um modo geral, itinerários paralelos às fronteiras e relativamente próximos destas facilitam o seu controle, quer em

- termos militares, quer relativamente a acções clandestinas (contrabando, trânsito de pessoas e equipamento, etc.).
- As transversais recuadas, paralelas à fronteira, facilitam o balanceamento de forças e de abastecimentos.
- As possibilidades de apoio aéreo podem ser significativamente melhoradas desde que, como fez a Alemanha na II Guerra Mundial, se planeia a possibilidade de utilização por aeronaves, em situações de emergência, de troços adequados de estradas. É uma medida relativamente económica, que pode permitir melhorar significativamente não só a segurança militar, mas também a segurança de populações e patrimónios no âmbito da protecção civil, particularmente em áreas de comunicações rarefeitas.
- As penetrantes constituem uma vulnerabilidade potencial, em especial se: atravessam regiões que não proporcionam uma fácil defesa; conduzem directamente a áreas estrategicamente importantes; ou permitem envolver facilmente linhas de defesa mais avançadas. A título de exemplo, referiremos que, dum ponto de vista estratégico, são inconvenientes os seguintes eixos:
 - PORTELA DO HOMEM BRAGA, porque facilita o envolvimento, pela retaguarda, de qualquer defesa militar do Norte do País;
 - TOMAR CASTELO BRANCO fronteira, na medida em que permite atingir directamente o «coração» militar do Continente, abrindo o caminho a Lisboa, através duma região hoje em dia passiva.

g. Possibilidades de criação de abrigos

Independentemente de obras específicas com tal finalidade, pode melhorar-se progressivamente a segurança das populações das grandes cidades, em situações de emergência, através de uma orientação adequada de obras subterrâneas que, com finalidades várias, vão sendo construídas. São oportunidades que deveriam ser exploradas

numa óptica também de defesa nacional, tanto mais que os acréscimos de custos seriam, muitas vezes, reduzidos. Tal é, por exemplo, o caso de redes de metropolitano, grandes parques de estacionamento, caves de grandes edifícios, galerias de abastecimento de água, etc.

h. Possibilidades de controle de catástrofes naturais

São muito variadas e conhecidas as medidas de ordenamento do território visando atenuar os efeitos, ou a controlar a possibilidade de eclosão, de alguns tipos de catástrofes naturais. Além de medidas de natureza anti-sísmica, entre nós assumem particular acuidade:

- um adequado ordenamento florestal, indo desde uma cuidada selecção das espécies à construção de aceiros, itinerários, etc.;
- a regularização do curso de certos rios, em especial, o vale inferior do rio Tejo, associado ao reordenamento habitacional de algumas áreas contíguas.

i. Localização alternativa de centros de decisão

A capacidade de funcionamento dos órgãos de soberania e do poder legítimo pode depender, em situações de emergência, da existência de locais de alternativa, previamente planeados e minimamente organizados. Em Portugal deverão ser encaradas as possibilidades decorrentes da descontinuidade territorial, já que os Açores e a Madeira reúnem, em grande medida, condições para se tornarem em baluartes naturais de defesa.

j. Assimetrias regionais

As assimetrias regionais, desde que acentuadas e gravosas, no mínimo afectam negativamente a coesão nacional; na pior das hipóteses são potenciadoras de tensões que podem vir a degenerar em formas violentas, com escaladas dificilmente previsíveis. Essas situações de violência podem, eventualmente, inscrever-se numa estratégia indirecta de comandamento externo. Por conseguinte, a atenuação

de assimetrias regionais muito constrangedoras, através de um adequado ordenamento do território, é uma acção que, a par de razões económicas ou de justiça social, pode encontrar também forte suporte numa óptica de defesa nacional.

1. Organização territorial da defesa

A defesa nas suas múltiplas dimensões (militar, económica, civil, etc.) implica uma organização territorial que se deve prolongar do escalão central ao nível local. Ao fim e ao cabo, é ao nível local que se organiza e conduz a sobrevivência. A organização administrativa do território deve, por conseguinte, ter também em atenção a óptica da defesa nacional, quer no que respeita à definição dos limites territoriais dos escalões político-administrativos, militares e das forças de segurança, quer quanto às competências e responsabilidades desses mesmos escalões em matéria de defesa.

Por outro lado, o próprio dispositivo militar deve ter em atenção uma política global de ordenamento do território.

Os dispositivos e as instalações do passado, incluindo o domínio imobiliário, inscreviam-se numa época em que as Forças Armadas, e em especial o Exército, eram mais à base de efectivos que de equipamento. O desenvolvimento de Forças Armadas modernas, de efectivos menos elevados mas dotadas de armas e equipamentos de elevado tecnicismo, impõe profundas modificações da concepção dos dispositivos militares, exigindo a definição de novos critérios na escolha dos locais e de novas características em matéria de implantação. Dum modo geral, e sem prejuízo do conceito de defesa militar que seja estabelecido, as tendências devem ser no sentido:

- de uma redução do património militar, em termos de número de instalações, através da cedência, com compensações, de imóveis tornados desnecessários, quer por deixarem de ter utilidade militar, quer em consequência de um processo de racionalização de serviços em instalações mais funcionais;
- de uma transferência dos quartéis para a periferia das cidades (a qual pode também ser facilitada por um processo de cedências com compensações), em instalações adequadas às necessidades de Forças Armadas modernas;

- de uma descentralização funcional e dispersão territorial das grandes instalações militares, incluindo bases aéreas, escolas e centros de instrução, depósitos de equipamento, etc.;
- da aquisição de terrenos em áreas de reduzido interesse económico e baixa densidade populacional, com vista à criação de campos de tiro e de manobras que satisfaçam às normas de emprego e às servidões de segurança impostas pelos equipamentos actuais;
- de uma atenção especial às regiões economicamente mais atrasadas, na medida em que, mesmo hoje em dia, as implantações militares influenciam, de forma significativa, a repartição dos homens e das actividades sobre um território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto creio ter ficado evidente que num correcto ordenamento do território é possível conciliar de forma harmoniosa, em grande parte dos casos, vantagens de ordem estratégica com outras de ordem económica, social, ecológica, etc. Para o efeito, basta que:

- em primeiro lugar, os decisores estejam sensibilizados para a problemática de defesa, relativamente aos vários tipos de ameaças;
- em segundo lugar, os problemas sejam analisados, não apenas de forma sectorial, mas tanto quanto possível segundo perspectivas que entrem em consideração com todos os factores e suas interdependências.

Noutros casos, porém, os interesses de ordem estratégica podem estar em oposição aos de outra natureza. Como aqueles representam apenas um dos factores da decisão política, se esta tiver de ir contra aqueles interesses apenas haverá que tentar minimizar os eventuais inconvenientes de natureza estratégica. Todavia, julga-se de salientar que, se seria grande erro pretender subordinar toda a decisão política a exigências de defesa nacional, não será menor erro ignorar nessa decisão, de uma forma mais ou menos sistemática, a dimensão da defesa nacional, ou, na melhor das hipóteses, confiná-la apenas a uma óptica militar.

Abel Cabral Couto
Coronel de artilharia c/CCEM

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA



CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

V

O EQUILÍBRIO CONTINGENTE

Batalhará Europa sobre quem a há-de levar por senhora. Andarão após ela não só um rei senão muitos.

P. António Vieira

1 — As incidências reais

No final do século XVII, já eram muito amplas as áreas da Europa que tinham conseguido aumentos estáveis e tão importantes na produção agrícola que tornavam esta última, habitualmente, superior ao consumo regional. Nessas condições, para lhe conservar o valor económico, tornava-se indispensável promover a sua remessa para áreas onde pudesse ser comprada. Aquilo que era uma situação permanente no campo da indústria e de algumas matérias-primas também se tornava indispensável na agricultura, processo verificável tanto nas regiões do Mar do Norte como do Báltico. Como se vê, a preocupação estratégica com novas zonas, para assegurar a influência em regiões capitais da Europa assenta também em motivos económicos. O comércio, já bastante diversificado em mercadorias e serviços, ampliou-se muito mais, tanto quanto a cereais, como ainda no que diz respeito à madeira, ao linho, breu, carvão de pedra, sal, vinho. frutos, queijo, manteiga, bacalhau, etc., para só referir a produção europeia. A mentalidade quantitativa, como nova dominante dos interesses comerciais e de que fala Nef, a partir do último quartel do século XVII, exprime-se num grande número de produtos onde a agricultura passa a ter um papel significativo.

Com este acréscimo no número dos artigos incapazes de serem absorvidos pelo consumo regional, ocorreram dois outros movimentos de grande dinamismo. Um primeiro foi uma baixa dos preços agrícolas, em especial dos cereais; um segundo refere o desenvolvimento de aparelhos comerciais que, uma vez montados, obrigavam à sua aplicação, única forma de os tornar rendíveis: a marinha mercante procurava avidamente fretes pois mobilizava grande número de pessoas que só viviam deste tráfego. No caso da Holanda e depois da Grã-Bretanha, a situação era mesmo de pura sobrevivência.

Pelas garantias duradouras de emprego, pelos lucros enormes que facultava, pelas mercadorias que solicitava e colocava, o tráfego intercontinental veio a adquirir uma importância cada vez maior. Para o levar a efeito, constituíram-se, para certas zonas, companhias que procuravam privilégios especiais, de modo a garantir o juro dos capitais investidos; para outras, armavam-se navios singulares. Nestas condições, o transporte de mercadorias de consumo corrente, o abastecimento das clientelas de luxo, a aquisição de mercadorias estratégicas (madeira, linho, ferro, cereais) atingiram volumes que movimentavam grandes somas de dinheiro só acumulável por entidades próprias — bancos e banqueiros — e constituíram grandes incitamentos para o aumento da produção. A partir desta situação, isto é, quando não era possível encontrar mercado para os produtos excedentários, já podia falar-se em crise de produção. E esta, a não ser resolvida, ocasionava grandes perturbações nos recursos das populações ou mesmo o desinteresse pelo investimento agrícola, caso o aparelho comercial não promovesse o escoamento das colheitas.

Estas circunstâncias estimulavam ainda o crescimento das cidades e a concentração populacional, o que, embora não se revista da grandeza que veio a ter depois do industrialismo, apresentou formas bem sintomáticas. Assim, entre finais do século XVII e princípios do século XVIII, o número de cidades europeias com mais de 40 000 habitantes, apesar da estabilidade demográfica geral, passou de 40 para 48 e o número de citadinos passou de 3 600 000 para 4 500 000 habitantes. Aumentava pois o número de consumidores que não eram produtores. Ao mesmo tempo, para poderem pagar o seu consumo, as cidades tendiam a reforçar a sua capacidade industrial, a incitar a produção mineira e a concentrar artigos para redistribuição. Assim, por exemplo, quase metade da produção cerealífera importada em Amsterdam destinava-se a ser reexportada.

A capacidade comercial da Europa exprimia, sobretudo, o volume desses excedentes com que se mantinha o comércio de longo curso e se pagavam as mercadorias orientais, além das africanas e americanas, sem que o consumo europeu fosse afectado. O aparelho comercial indispensável para o escoamento das mercadorias em excesso tornava-se a condição do seu valor económico, pelo que se acentuaram, então, as medidas de protecção ao comércio; surgiram até os primeiros subsídios de exportação, decretados em 1689, na Grã-Bretanha. Os governos preocupavam-se insistentemente em assegurar mercados e esta necessidade tinha de estar presente nas relações diplomáticas.

A disponibilidade de produtos diferentes tanto nos consumos como nas formas e prazos de pagamento, assim como no seu lento escoamento e consequente necessidade de armazenagem aumentaram o papel do dinheiro. Com dinheiro podiam esperar-se preços mais favoráveis ou aproveitavam-se, sem grandes urgências, pouco competitivas, as oscilações do mercado. Este aumento dos serviços prestados pela disponibilidade de capitais exprime afinal a capacidade económica europeia. Só era possível aproveitar plenamente as possibilidades facultadas pela produção excedentária e promover a sua circulação vantajosa, ou existindo reservas financeiras ou que o trabalho fosse barato. Situação que fez aumentar consideravelmente a procura de capitais e está relacionada com uma primeira teorização económica, ainda que doutrinária, que são as concepções mercantilistas. Assim, a partir do século XVII, os banqueiros acentuam a sua interferência no conjunto do aparelho comercial, e surgem até empresas bancárias de funcionamento central (Banco de Amsterdam, 1609; de Hamburgo, 1619; de Londres, 1694; de Paris, 1724).

Em suma, no último quartel do século XVII, acentua-se, de um modo manifesto, a tendência para o tráfego de mercadorias de grande produção e constante consumo.

Nestas condições, a procura constante de novas áreas de escoamento faz aumentar ainda mais a importância do tráfego atlântico. Por sua vez, a produtividade agrícola, como superior às necessidades regionais imediatas, a baixa dos preços e das rendas aumentavam o papel do comércio, como estimulante da produção pois era a única forma de conservar a produtividade alcançada, indispensavel para valorizar a riqueza e os recursos do Estado.

Dispor de uma população consumidora, nesta época de escasso crescimento demográfico, constituía também uma defesa para a produção agrícola, objectivo que não era estranho à preocupação de aumento de território que absorvia a França de Luís XIV, sob a forma de procura das fronteiras naturais, assim como o não foi, decerto, à popularidade inicial que teve a intervenção francesa na Espanha, país de grandes importações agrícolas.

Importa salientar um outro aspecto essencial decorrendo de todo este processo. Com efeito, a importância do tráfego comercial para resolver problemas económicos dos diferentes estados europeus acarreta a insuficiência das soluções exclusivamente militares e regionais. A solução das dificuldades de um Estado podia envolver, decerto, modificações políticas e militares mas tinha de obrigar, também, a alterações favoráveis do seu comércio. Para o próprio poder militar, deixava a guerra de ser solução bastante, embora continuasse a ser uma condição necessária. Passava a apresentar-se, tão-só, como uma exigência cujos resultados tinham já de considerar os reflexos económicos e sociais. Sem isso, já era pouco menos que inútil.

O escoamento dos excedentes e a disponibilidade das rotas oceânicas, para esse efeito, assim como o acesso aos diferentes mercados europeus tornava os acordos comerciais quase tão importantes como as aquisições estratégicas. Estas últimas tinham de ser pensadas tendo os primeiros em consideração. As posições assim adquiridas só tinham algum interesse quando asseguravam vantagens doutra ordem. A glória militar era necessária mas tinha de estar ao serviço dos interesses do Estado. O militar, como honra pessoal, dava lugar ao militar-serviço: sem a excluir, integrava-a numa definição, decerto, mais complexa, mas também de mais fácil contaminação.

A guerra não se cingia ao domínio dos acessos estratégicos; comportava um significado necessariamente mais amplo. Envolvia também — e por vezes, sobretudo — o domínio das rotas e tangia seriamente com o problema da subsistência económica do Estado. Assim, se era certo que a França dispunha sobre a Europa de uma indiscutível supremacia militar, esta não podia bastar para conduzir à hegemonia efectiva. Na verdade, dominando o continente europeu, ao transferirem-se as rotas e os abastecimentos ultramarinos para as mãos dos seus inimigos ou, pelo menos, dos seus rivais, a França, mesmo depois das suas vitórias militares,

assistiu ao fortalecimento das resistências que se lhe ofereciam e que se encarniçavam, destemidamente, na defesa do tráfego, condição de riqueza, de empregos e de mercados. A ideia de Colbert de anexar a Holanda, e deste modo se apoderar do seu comércio ultramarino, cada vez mais se distanciava da realidade: a capacidade da Holanda estava no mar, não no seu território europeu, condição de poder, sem que fosse a sua verdadeira esfera de influência. Cada vez mais o aparelho económico, para render, exigia, sobretudo, garantias no próprio tráfego e nas reservas de mercado. O recurso à guerra podia trazer um aumento de hegemonia, mas já não forjava a própria hegemonia. O militar tinha de ser um servidor integrado numa função que esperava o momento próprio para intervir, mas que só o podia fazer, como se vê, para alcançar garantias económicas e sociais. As condições de guerra tornavam-se cada vez mais conjuntos amplos e complexos de razões e cada vez menos motivos dinásticos e políticos, mesmo quando parecessem sê-lo.

A insuficiência da supremacia militar revelou-se claramente no final do século XVII, quando a França, apesar da sua indiscutível superioridade nesse domínio, assinou a paz de compromisso de Ryswich (1697), onde as considerações económicas e as exigências do equilíbrio geral de forças foram mais importantes que as vitórias em campanha. Com a guerra da Sucessão de Espanha, torna-se o factor principal para explicar a perda de influência europeia por parte da França.

2 — Os recursos

A paz estabelecida, em 1668, entre Portugal e a Espanha inseria-se já nesta situação europeia tensa e diversificada. Foram mesmo as circunstâncias que favoreceram a sua assinatura, sobretudo por parte da Espanha. Assim como são elas que explicam a persistência da Grã-Bretanha em levar as negociações até àquele resultado.

A base da tensão vivida na Europa política era o manifesto intento da França em substituir a Espanha, na sua hegemonia continental, a ocidente, e em continuar a impedir, na Europa Central, que pudesse surgir uma potência capaz de promover a unificação política daquela zona: era indispensável que se mantivesse aí um equilíbrio regional, de modo a absorver as forças existentes e impedisse a transferência delas para qualquer outra área. O projecto de França, no último quartel do século XVII,

era o de tornar-se a potência hegemónica, o árbitro da Europa, alcançando o domínio do Reno, a tutela da Península Ibérica e influência sobre os mares próximos. A Áustria ficaria absorvida na luta contra o turco, enquanto as outras potências do Báltico e do Oriente europeu conservariam também um equilíbrio regional. Os principais opositores a este projecto eram, no mar, a Holanda e a Grã-Bretanha e, em terra, a Áustria.

A paz de Portugal com a Espanha, em 1668, reflectia, como foi dito, todo esse processo no sentido da hegemonia europeia da França. Mas também já pertencia à experiência dos estados europeus o cálculo sobre o modo de lhe fazer frente, tanto mais significativo quanto é certo que se experiência não podia constituir um receituário; resultava da avaliação cautelosa dos recursos dos estados e da sua combinação. A montagem de coligações que reunissem os esforços de diversas potências, para lhes dar capacidade de se opor a um projecto hegemónico, era uma ponderação política e militar subentendida nas guerras da Itália, nas lutas entre Carlos V e Francisco I. no decurso da Guerra dos Trinta Anos, ou nos confrontos do último quartel do século XVII, com os esforços franceses para «atingirem» as suas «fronteiras naturais». Tratava-se, agora, de alterar os parceiros e de os combinar, de novo; o sistema não se modificava muito com a mudança dos parceiros, embora fossem agora maiores os perigos eminentes. O problema das coligações levadas a efeito ao longo dos séculos de relações internacionais europeias é que elas nunca se realizam da mesma forma, nem nas mesmas condições, nem com os mesmos recursos. Desta vez, estudavam-se os meios de conseguir que potências, já importantes noutras áreas, percebessem que tinham de deslocar as suas forças para obstar a que a França se aproveitasse da absorção dos recursos militares em compromissos regionais para se colocar ela no ambicionado papel de árbitro, uma vez que detinha a força central suficiente para as intervenções imediatas. Por essa viabilidade de intervenção tinha-se tornado a potência mais forte no concerto geral.

Deve dizer-se que esta actuação europeia da França tinha o apoio da opinião pública francesa. Esta não podia deixar de ser sensível ao projecto da demarcação de fronteiras naturais mais seguras, assentes nas viabilidades geográficas do território. Para atingir expressamente essa finalidade, a França tinha desencadeado várias guerras. A primeira já estava em desenvolvimento, antes mesmo da assinatura da paz entre Portugal e a Espanha. Tinha sido a chamada Guerra da Devolução (1665-1668)

que, desde logo, serviu de advertência às outras potências quanto aos projectos franceses: nesse contexto, conseguiu Portugal o apoio inglês para negociar a paz com a Espanha. E, no mesmo sentido, essa Guerra da Devolução levou à para entre a Grã-Bretanha, a Holanda e a Suécia, de que resultou a assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle (Maio de 1668). O que, sobretudo, mostrou é que não era fácil à França enfrentar uma Europa tão prevenida quanto aos projectos de Luís XIV. Como consegui-lo?

Para os realizar, dentro desta prevenção geral, o estado francês enveredou, decididamente, pela organização de um poderoso exército que compensasse as incertezas dos aliados e aumentasse consideravelmente os perigos de participar em coligações contra a França.

O estabelecimento de um poderoso exército francês era possível por diferentes vias e razões. Em primeiro lugar, circulavam em França fortes argumentos ideológicos, de suporte, no sentido de justificar, com motivos públicos acessíveis, a existência de uma força militar poderosa. Consistiam eles na necessidade de um exército para a execução do projecto nacional francês de alcançar fronteiras «naturais», isto é, susceptíveis de evitar as invasões e de conseguir bases estáveis para a sua defesa e, eventualmente, ampliar a área de influência francesa.

Sobre esta motivação ideológica incidiam viabilidades tecnológicas polivalentes, expressas no constante melhoramento da eficácia das armas individuais, a que já se fez referência, assim como no melhoramento do seu fabrico, e no aperfeiçoamento da técnica de fortificação. Esta passava a ser concebida em profundidade, com a multiplicação das zonas de tiro. Importa dizer que todos estes recursos aumentavam de capacidade, quanto as unidades militares se mantinham coesas: a disciplina tornava-se, pois, tanto a expressão básica do exército como também a manifestação pública da aceitação da sua finalidade nacional; já aí, antecipando Rousseau, a vontade particular sujeitava-se, em absoluto, à exigência colectiva, expressa na simultaneidade dos esforços de todos os membros do exército. Era essa a nova base dos conceitos de disciplina militar que vinham substituir as exigências estabelecidas nos «regimentos» senhoriais e nos códigos de honra. A razão de estado ficava acima de quaisquer outras exigências.

A organização do exército francês é uma confluência de experiências diversas. Com efeito, para a levar a efeito, foi adoptado, com poucas alterações, o sistema de Gustavo Adolfo da Suécia; constituíram-se assim

unidades uniformizadas, instaladas em aquartelamentos, com centros de abastecimento e de exercício, assim como guarnições nos lugares fortificados. Estas tropas «centrais» passaram a dispor, a partir de 1688, da milícia, espécie de unidades regionais; os seus efectivos mediavam entre 200 a 300 mil homens e destinavam-se, sobretudo, ao apoio das tropas de linha, na defesa das áreas onde viviam.

Este conjunto representa, no contexto demográfico da França e para o tempo, uma dimensão grandiosa. Contudo, também se verifica, em todos os estados europeus, uma tendência semelhante, em maior ou menor grau, no sentido da constituição de exércitos prontos para intervenção imediata e dotados, portanto, de uma hierarquia militar generalizada e permanente. Na Europa, desde a queda do Império Romano que se não verificavam organizações militares semelhantes e o facto reflecte-se em fenómenos de natureza social e institucional: a guerra passou a ser um serviço público e deixou de estar ligada a uma categoria social própria; desenvolviam-se ou criavam-se serviços especializados como a engenharia e a saúde, ao mesmo tempo que outros envolviam exigências económicas, técnicas e administrativas consideráveis. O abastecimento de artigos necessários a uma instituição provida de fardamentos próprios, a instalação permanente e a remuneração adequada dos militares, além do fornecimento de armas e munições, pesavam no orçamento de qualquer país, não podendo, pois, ultrapassar certos limites, já então estudados: o exército era proporcional aos recursos do Estado, assim como à sua população, e as suas funções tornavam-se meramente executivas.

Ao lado destas transformações militares de tanta projecção sobre as condições sociais e financeiras, as viabilidades navais não se modificaram de um modo tão profundo. Há, no entanto, que referir, sobretudo na marinha inglesa, alterações de algum interesse na forma de carregar a artilharia, o que aumentava o poder de tiro e levou ao estudo e à preparação de manobras para esse efeito. No entanto, as dificuldades em estabelecer comunicações eficazes entre os navios, durante os combates, continuavam sem solução, reduzindo o número útil de barcos que podiam, simultaneamente, envolver-se em batalha.

A profissionalização das armadas e dos seus quadros obrigava a um recrutamento numeroso e à preparação de um oficialato muito treinado. Quanto maior fosse a marinha mercante, mais fácil era recrutar marinheiros para a guerra e substituir as baixas. Ora, enquanto a França tinha

largas zonas de população desinteressadas da vida marítima, a Inglaterra e a Holanda dispunham de uma base de recrutamento profissional mais motivada, apesar da menor população, o que acabou por se reflectir nas diferentes capacidades das marinhas francesa, inglesa e holandesa. Ao longo do último quartel do século XVII e princípio do século XVIII, as possibilidades de a marinha francesa conservar a supremacia no mar, apesar dos seus excelentes navios, foi sucessivamente diminuindo. Embora numericamente igual às armadas holandesa e inglesa juntas, a hegemonia naval francesa, ao longo da Guerra da Sucessão da Espanha, acabou por desaparecer. E a aplicação de navios de guerra franceses em operações de terror marítimo, dando prioridade ao corso e aos assaltos de costa, veio a ter efeitos contraproducentes, uma vez que reforçou a determinação da Inglaterra e da Holanda em conduzirem a guerra. Em vista destes processos, as populações convenceram-se da necessidade de dispor de uma frota poderosa que as defendesse dos assaltos vindos do mar. O acréscimo das despesas governamentais britânicas e holandesas destinadas ao reforço da marinha de guerra, de modo que as suas costas ficassem livres do risco do corso, foi assim facilmente aceite pela opinião pública e o prestígio da marinha solidamente estabelecido.

Ao lado deste aumento dos exércitos permanentes e da maior eficácia da marinha, manteve-se a função estratégica das pequenas áreas como decisivas para garantir a segurança dos grandes estados. Por consequência, no final do século XVII verificaram-se numerosas guerras regionais. Refiram-se as guerras do Norte, da Irlanda, de Messina, Escócia, Hungria, etc. Daí resultaram duas consequências. A primeira foi a manutenção da independência política dos pequenos estados e a consequente necessidade de negociar o seu indispensável apoio para o sucesso das coligações. A segunda, em sentido contrário, foi o amadurecimento das tácticas políticas e militares por parte das grandes potências que, para as conquistar, promoviam o seu isolamento, com vista a conduzir aí uma guerra de desgaste e de concentração em que o resultado era a inevitável vitória do mais forte sobre o mais fraco, já previamente isolado. As pequenas potências que podiam impedir esse isolamento sobreviviam e eram solicitadas para as coligações e para uma colaboração mais próxima, no domínio militar. E quando se encontravam junto das zonas estratégicas que cobriam imediatamente os grandes estados, embora não pudessem recusar-se a uma ligação política mais íntima ou a fornecer serviços, mantinham a sua existência como potências soberanas. A sua independência ficava, na verdade, muito diminuída, mas não desaparecia.

Pela natureza da sua situação geográfica, Portugal escapava a todo este processo potratégico. Mas não sucedeu o mesmo com o Franco-Condado, parte da Flandres, o Luxemburgo, o Palatinado, a Silésia ou mesmo a Boémia, a Hungria ou a Catalunha, nem com as regiões europeias sujeitas aos turcos.

Por outro lado, há que referir o aumento da eficácia das medidas económicas tomadas no sentido de influir na hegemonia política e militar. A título de exemplo, dir-se-á que a guerra da Holanda (1672) começou com as medidas alfandegárias tomadas pela França contra aquele país.

Nestes três conjuntos de fenómenos, as condições estruturais exprimem-se em conjunturas (projecto nacional das fronteiras, exércitos permanentes e papel das áreas regionais) e davam aos confrontos entre as grandes e médias potências europeias um sentido mais amplo e profundo, tanto no que se refere às coligações possíveis, como no que se refere à natureza das guerras que, de modo algum, podemos considerar como guerras dinásticas ou de mero prestígio. A consideração desses dados permanentes dá-lhes um alcance que ultrapassa, de muito longe, as motivações imediatas.

Pelas condições político-militares já referidas, a potência mais visada nas coligações era a França. Esta, para as enfrentar e poder aproveitar a sua indiscutível superioridade militar, precisava circunscrever a área das operações e limitar pela retribuição de vantagens, ainda que acessórias, o número, a qualidade e a determinação dos coligados que se lhe quisessem opor. Nesse sentido, quando empreendeu a guerra da Liga da Holanda (1672-1678), já tinha conseguido, com o Tratado de Dover (1671), que a Inglaterra se mantivesse fora da contenda e o mesmo tinha conseguido no que se refere à Suécia, por um outro tratado (1672), assim como alguns estados alemães mais inquietos (Colónia e Munster). Não era, porém, o suficiente. Por isso, retoma o aproveitamento dos antagonismos entre estados em áreas mais distantes, de modo a que as pressões que aí se desenhavam incidissem nos centros decisivos do confronto militar propriamente europeu. Assim, são levadas a efeito operações complementares na Sicília, na Dinamarca, na Prússia, na Suécia, na Polónia, etc., com vista a alcançar uma disposição favorável de forças, frente à Austria e à Holanda. A Paz de Nimègue (1678), daí resultante, se consagrava a hegemonia militar da França revelava, também, por outro lado, a viabilidade da resistência à sua hegemonia pela chamada de forças de outras áreas, dispersando os lugares de confronto a que a França teria de atender. Deste modo, os seus principais adversários não precisariam de dispersar os seus próprios exércitos, embora a França tivesse de o fazer.

Depois de Nimègue, esse processo tornou-se o sistema e a finalidade permanentes procurados pelas coligações: dispersar o emprego da força militar francesa, assim transformada em vários exércitos menores. Acresce que, se aquela paz manifestava a hegemonia da França, alarmou todas as potências, ao patentear a intenção francesa de se dirigir sobre o Reno, e de substituir a Áustria na hegemonia sobre a região alemã. O facto desencadeia, pois, um novo processo da resistência europeia e o consequente apuramento daquele único sistema que podia evitar o triunfo francês: a coligação das potências imediatamente visadas pela hegemonia de Luís XIV e a chamada à luta contra a França de novas regiões europeias, para alcançar a dispersão dos seus exércitos. A esta orientação a França responde no mesmo sentido, embora com menos sucesso, interessando a Hungria e procurando estabelecer posições em Marrocos, condição para uma hegemonia no Mediterrâneo Ocidental.

Em conjunto, a situação era simples: a força essencial da França continuava a assentar no seu exército e a única probabilidade de que a Europa dispunha para o enfrentar era a união dos esforços das principais potências suas inimigas. Assim definida, a situação não dava lugar a muitas surpresas. Mas, para desencadear o processo dos desequilíbrios sucessivos no sentido de afectar a Europa Central e Ocidental, com a chamada de outras áreas estratégicas europeias, era um sistema praticado por ambos os blocos; as suas consequências eram, então, imprevisíveis, embora a aplicação sistemática fosse irreprimível e, tão-só, uma questão de tempo. A Guerra da Sucessão de Espanha ia torná-lo decisivo, conseguindo obrigar a França à dispersão dos seus exércitos.

3 — A prioridade económica

Na sua maioria, até à Guerra da Sucessão de Espanha, os acontecimentos diplomático-militares mais significativos tinham evoluído em áreas onde a provável influência de Portugal era bastante limitada. Assim desenhados, só poderiam vir a impor uma responsabilização directa por parte de Portugal, caso a hegemonia francesa viesse a estabilizar-se no continente e no Oceano. Mas enquanto os esforços franceses incidissem, de preferência, na consolidação das suas fronteiras e na definição das forças da Europa Central ou da foz do Escalda, essa chamada directa de Portugal, no sentido de tomar posição quanto ao equilíbrio europeu, apresentava-se bastante remota. No entanto, as facilidades francesas em Marrocos, o envolvimento do Mediterrâneo Ocidental, a sua sensibilidade ao tráfego atlântico, apontavam para um inevitável envolvimento de Portugal. Era uma questão de tempo.

Apesar da existência na Corte de um activo e influente «partido» francês, os receios da opinião pública portuguesa quanto aos projectos de Luís XIV e à sua provável presença em Espanha, em prazo incerto, eram evidentes. Quando em 1668 foi assinada a paz entre Portugal e a Espanha, já nessa ocasião era flagrante a recusa portuguesa em se deixar envolver nos desígnios hegemónicos franceses. Com efeito, a paz entre as duas potências peninsulares não beneficiava os interesses da França, uma vez que libertava a Espanha de um considerável compromisso militar, que lhe absorvia grandes efectivos. Pelas mesmas razões, os franceses chamaram as unidades que tinham em território português: logo em Junho de 1668, Schomberg, com 4000 soldados chegava a La Rochelle, ido de Portugal: a França tinha deixado de contar com a desejada diversão de forças espanholas na retaguarda da fronteira dos Pirenéus.

Entretanto, depois da derrota que, para ele, representou a assinatura da paz, o partido francês na corte lisboeta conseguiu retomar alguma influência, ao ter conseguido realizar o casamento de Maria Francisca Isabel de Sabóia com o regente D. Pedro, o que levou ao aumento da influência do duque de Cadaval, fortemente ligado àquele partido francês. Contudo, esta influência encontrava grandes resistências pois era clara a sua pouca utilidade para o País e a sua ligação com propostas belicistas relativamente à Espanha. Assim, o partido francês, fora da Corte e em relação à opinião pública, pouco conseguia. Na verdade, depois da paz com a Espanha, o problema mais grave residia na situação económica portuguesa que se apresentava gravíssima.

A integração de Portugal na vida europeia, depois da paz, foi rapidamente levada a efeito, no ponto de vista político. Em compensação, o País debatia-se com problemas de natureza económica, de muito mais

difícil solução. Na verdade, para conseguir a sujeição dos «rebeldes» portugueses, a seguir à Revolução de 1640, os espanhóis tinham usado largamente da guerra económica, tentando, em especial, bloquear o comércio português com países europeus. Para enfrentar a ameaça, Portugal tinha sido forçado, entre outras medidas, a dar a ingleses e holandeses. em diferentes tratados comerciais, grandes privilégios com o fim de os atrair a Portugal, nomeadamente a Lisboa, onde comprassem as produções portuguesas e as pudessem distribuir pela Europa. Era esse o único meio de promover as exportações, pois o risco de apresamento que os navios portugueses corriam nos mares vizinhos da Europa eram muito elevados. Por outro lado, a guerra de desgaste promovida pelos espanhóis, com a destruição de colheitas e gado, enfraquecia o Alentejo e tornava extremamente precária a situação económica daquela província, como precário já era, além disso, o dispendioso transporte da sua produção para Lisboa. Esta cidade precisava de importar grande quantidade de produtos alimentares. Mas não era fácil canalizar para aí os produtos do interior do País, tanto por falta de estradas como por carência de meios para a profissionalização mínima do transporte. Assim, para conseguir, no comércio internacional, alguns meios de pagamento viáveis, era indispensável promover por todos os meios a colocação de produtos portugueses no mercado europeu acessível. Portugal tinha sido mesmo obrigado a hipotecar, num empréstimo feito na Holanda, a produção do sal de Setúbal.

Conseguida a paz e com ela o acesso directo aos mercados europeus, a colocação dos produtos portugueses na Europa continuou, não obstante, a ser feita pelos mercadores estrangeiros, à sombra dos privilégios que durante a Guerra da Restauração lhes tinham sido concedidos. A exportação directa feita por portugueses, dos seus produtos, era muito reduzida, afastados como estavam dos mercados europeus, tanto mais que estes últimos estavam sujeitos, neste tempo, a uma aguda concorrência, difícil de vencer por quem tão mal os conhecia. Acrescentava-se a necessidade, já referida, de levar a efeito uma enorme importação. O valor económico de toda a sua produção, colonial e metropolitana, como sejam os couros, o tabaco, o açúcar, o sal, o vinho, as frutas, diminuía muito para os portugueses, uma vez que os lucros da sua comercialização pertenciam quase inteiramente a ingleses, holandeses e franceses. E se havia mercadores portugueses que tinham sido bem sucedidos na montagem de uma rede comercial própria, depois da paz de 1668, a participação dos merca-

dores estrangeiros no comércio português era excessivamente elevada e obstou muito mais que quaisquer outros motivos à criação de uma classe mercantil influente e eficaz.

Depois da paz com a Espanha, impunha-se, portanto, aos portugueses recuperarem a sua solvência económica, aumentando a produção e tentando reaparecer nos mercados europeus. Era, no entanto, impossível retirar, imediatamente, os privilégios concedidos a ingleses e holandeses. No caso da França, era mesmo indispensável uma especial persistência e energia para impedir que a sua influência aumentasse. Foi preciso recusar-lhe participações no comércio da Índia e o estabelecimento de instalações especiais suas no porto de Lisboa (1669). A procura pelos portugueses de novos mercados para o vinho, o açúcar, o tabaco, a madeira e o sal, a valorização comercial dos seus produtos era uma questão de sobrevivência. Por aí se teriam que definir as prioridades e a diplomacia não o podia ignorar.

4 — O distanciamento português

... de sorte que devemos ser amigos de todos mas com grande política, de Inglaterra com sinceridade, e de França com estudo.

José da Cunha Brochado, carta ao confessor de D. Pedro II, em 29 de Novembro de 1700, in Damião Peres. A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704), Barcelos, 1931, pág. 36.

Em face da gravidade destas questões e da lentidão com que teriam de ser resolvidas, os problemas da política externa portuguesa, ao longo do quarto de século entre setenta e noventa e cinco, apresentavam uma escassa premência, tanto mais que os confrontos militares territoriais eram distantes. Havia um ambiente generalizado, não tanto, talvez, para a neutralidade, como, sobretudo, para se distanciar, podendo, dos compromissos internacionais. Os problemas portugueses eram outros.

Além disso, as áreas onde a hegemonia europeia se debatia facilitavam o distanciamento português. As verdadeiras prioridades portuguesas relativas ao comércio colonial e à sua segurança não estavam, ainda directamente envolvidas no debate: apesar da influência marítima francesa, não

era ela de molde a suprimir a capacidade de resposta de holandeses e ingleses: os franceses, na verdade, só partilhavam o mar e o seu predomínio não tinha força para dominar os rivais. No entanto, se alguma dificuldade intransponível surgisse nesse domínio, a atitude portuguesa de distanciamento teria de terminar.

Com efeito, não se tratava de alheamento das questões. As perspectivas em que se desenvolviam as negociações, as áreas a que diziam respeito, impediam que esse distanciamento praticado pelos portugueses pudesse significar uma falha no cálculo das forças político-estratégicas em jogo, ou das responsabilidades que delas poderiam decorrer. Portugal mantinha uma política externa cautelosa, procurando evitar os encargos e os compromissos a que a pressão francesa podia obrigar, quer para se defender, quer para a apoiar. Evitou, por consequência, dar seguimento ao convite de participação na campanha contra a Holanda, para a qual Luís XIV tentava mobilizar a Europa Ocidental (1672-1673). Paralelamente, evitou entrar em conflito com a Espanha, apesar de, neste último caso, a pressão ser acompanhada de manobras e provocações diversas, em que não faltaram as tentativas de pressão através dos problemas internos portugueses, nomeadamente a ameaça de reposição no trono do rei D. Afonso VI, preso em Angra do Heroísmo.

Embora não deva ser motivo de grande surpresa, é interessante notar-se que esta ameaça de aproveitamento internacional da situação de D. Afonso VI tanto foi feita por espanhóis como por franceses.

A pressão exercida pelas potências, aliadas ou inimigas de Portugal, através do aproveitamento da situação interna deste, é um factor que deve considerar-se constante na história diplomática portuguesa: a independência nacional é um fenómeno de equilíbrio e de vontade política, um voto que alguns portugueses nunca consideraram como definitivo. Este facto não significa que a independência seja precária ou desnecessária. Prova sim que ela é uma escolha, um esforço de manutenção das suas vantagens políticas, na sua mais alta dimensão, e esta situação exige esforço e maturidade pelo que o seu enfraquecimento pode sempre ser aproveitado em épocas de crise: a independência portuguesa assenta na vontade política nacional de a defender e na consequente capacidade de, para isso, aproveitar as condições da conjuntura.

As reticências portuguesas quanto aos compromissos europeus nunca se alteraram neste último quartel do século XVII. Quando já se aproximavam os indícios da paz entre a Holanda e a França, Portugal não deu grande seguimento às propostas no sentido de a cidade de Lisboa ser escolhida como lugar para as negociações de paz, e embora permanecesse o convite para adoptar a situação de medianeiro, nunca aprofundou essas potenciais responsabilidades. E a mesma preocupação está implícita nas ordens que o encarregado de negócios português em Paris (Duarte Ribeiro de Macedo) recebeu, no sentido de não admitir «proposição alguma sobre o casamento da senhora infanta de Portugal com príncipe da casa de França» (1676-1678).

Deve dizer-se que as reticências da diplomacia portuguesa, relativamente aos compromissos europeus, já se não verificaram quando surgiram problemas na América do Sul, acerca da colónia do Sacramento, da segurança das rotas ou tratados de comércio. Do mesmo modo, também, Portugal (1681-1682) procurou modificar os termos do tratado de comércio com a Grã-Bretanha, assinado quando da Guerra da Restauração, e conduziu com determinação as negociações com a Espanha para assegurar a paz. Não ignorava, decerto, a necessidade que a Grã-Bretanha tinha das costas portuguesas, em virtude da ameaça do poderio naval francês, nem os esforços deste relativamente ao Brasil. Para definir responsabilidades, a governança estabeleceu (1683) bases iguais quanto ao uso dos portos portugueses por parte dos navios de guerra ingleses, holandeses e franceses.

A seguir à morte de D. Afonso VI (1683), com a confirmação no trono de D. Pedro II, acentuou-se a pressão do partido francesista, com vista a estabelecer uma aliança com a França. Mas a resistência da corte portuguesa a esse respeito não se alterou e acabou por vencer quando do casamento de D. Pedro II com a princesa Maria Sofia de Neubourg (1687), filha do Conde Palatino do Reno, também muito sujeito às manobras francesas para a anexação ou tutela do seu território. O segundo casamento de D. Pedro II representa, pois, um claro enfraquecimento da influência francesa na corte de Lisboa, como já antes se tinha verificado quando das tentativas de aproximação entre a corte portuguesa e o ducado de Sabóia.

Esta resistência não podia deixar de preocupar a França. Com efeito, eram conhecidos, de longa data, os projectos franceses de intervenção na Península, logo que se verificasse a morte, constantemente esperada, de Carlos II, rei de Espanha. Nessa emergência, a posição portuguesa acerca

das propostas francesas não poderia deixar de ser tida em conta. Quer o apoio quer a oposição de D. Pedro II teriam, para efeito da posição francesa, consequências imediatas: importava-lhe, sobremaneira, não perder posições em Portugal.

Nesse sentido, a França continuava a manifestar-se como a potência cuja hegemonia na Europa se devia tomar como indiscutível. Era esse o objectivo que estava por detrás dos diversos incidentes protocolares ocorridos em Lisboa, sobretudo desde a chegada do embaixador francês Marquês de Amelot; visavam eles impor à corte de Lisboa uma preminência que distanciasse o agente francês de todos os outros representantes estrangeiros. A resposta da corte era a resistência passiva.

A tentativa de chamada de Portugal para a esfera da influência francesa parecia facilitada pela revogação do Édito de Nantes levado a efeito por Luís XIV (1685). O acto evidenciava uma intenção muito mais vasta de aproveitar, em seu benefício, a unidade católica europeia onde a França seria a potência dirigente e decerto a principal beneficiária. Mas as grandes reticências, a esse respeito, levantadas pela Austria, Espanha, Portugal, etc., assim como pelo Papado depressa revelaram a improcedência do projecto, cuja sinceridade era por todos posta em dúvida.

No que se refere a Portugal, o esforço francês, no sentido de o atrair para o seu campo, voltou a manifestar-se quando da deposição de Jaime II de Inglaterra pela revolução de Novembro de 1688 que colocou no trono inglês o protestante Guilherme de Orange, inimigo contumaz de Luís XIV. Mas, em tudo isto, a consideração dos interesses portugueses foi superior às sugestões ideológicas. Após alguma hesitação, o governo português acabou por reconhecer, em Novembro de 1690, Guilherme de Orange como rei de Inglaterra e recusou-se a participar na movimentação internacional encabeçada por Luís XIV, para repor os Stuarts no trono britânico. Apesar das diligências em sentido contrário e da sua própria simpatia natural pelo rei destronado, a coroa portuguesa fez a declaração de que considerava a deposição de Jaime II uma questão interna britânica, onde não podia interferir e que não ia alterar, por isso, as relações entre os dois países. Ao contrário do que tantas vezes se julga, a diplomacia ideológica não encontrava grande simpatia entre os portugueses que, para sobreviver, precisavam de se apoiar em razões consistentes e perduráveis. Era a orientação que tinha ficado da escola dos diplomatas portugueses da Restauração. E muito embora a situação económica por-

tuguesa tivesse melhorado, com o considerável aumento da exportação de vinho para a Grã-Bretanha, a política industrial seguida pelo conde da Ericeira e a consolidação do comércio brasileiro não podia dizer-se que os portugueses pudessem desbaratar os seus recursos e limitadas possibilidades em decisões que acarretassem e obrigassem a uma política externa de compromissos que pudessem tornar-se de difícil cumprimento ou de excessivo risco. As questões da colónia do Sacramento, do tráfego com o Brasil e mesmo com a Índia tinham de ser enfrentadas com o maior cuidado, pois constituíam o eixo da economia internacional portuguesa. Para essa área toda a atenção era pouca e nela se deviam conservar as possibilidades portuguesas. Era do mar, dos oceanos, que se podiam esperar compensações e auxílios para Portugal enfrentar quaisquer investidas continentais. Contudo, a situação podia, por aí, agravar-se, desde que a Grã--Bretanha e a Holanda tivessem de solicitar o apoio da costa e dos portos portugueses, nos seus esforços para remover os projectos franceses de hegemonia marítima, que a sua excelente frota de grande capacidade operacional (como se verificou em diferentes recontros navais) tornava possível. Estes aliados, com todos os riscos, podiam contribuir, no mar e no continente, para a segurança de Portugal. Mas o envolvimento português teria de ser calculado pelo estado português e por mais ninguém.

A definição do equilíbrio entre as potências que, desde 1668, se desenvolvia na Europa, tendia a resolver-se em favor da França com a sua procura de influência em Espanha. A situação agravou-se com as tentativas francesas no sentido de estabelecer a sua influência sobre a Alemanha renana, com a imposição de um eleitor seu favorável no arcebispado de Colónia e a tentativa de ocupação do Palatinado. A ameaça de hegemonia tornava-se transparente. A Grã-Bretanha, a Holanda, o ducado de Sabóia apoiaram a Liga de Augsburgo constituída pelo Império Austríaco, a Espanha e a Suécia, assim como pelos eleitores da Baviera e o do Palatinado, este último ligado à Casa Real portuguesa. A guerra desenrolou-se, pois, em terra e no mar. Apesar das pressões, Portugal manteve a neutralidade, embora não raro todos os beligerantes tivessem aproveitado as costas portuguesas para as suas manobras e ataques. Em 1695,

os corsários britânicos e franceses chegam mesmo a trazer para Lisboa os seus navios de presa (1).

Luta fatigante e indecisa. A paz de Ryswick (1697), no entanto, mais não tinha feito do que estabelecer novo compasso de espera. Aproximava-se o confronto decisivo para decidir da hegemonia europeia, quando se estabelecesse quem deveria suceder a Carlos II, rei de Espanha: se um Bourbon, se um Habsburgo, ou se haveria outra alternativa.

A situação da Europa, em geral, cuja economia precisava cada vez mais do comércio com as áreas ultramarinas da América do Norte e do Sul, assim como do Oceano Índico, tinha acabado por transformar a Península Ibérica numa área estratégica fundamental. Já se não tratava de um equilíbrio político-militar europeu propriamente dito. Passavam a estar em causa as implicações marítimas inevitáveis quanto à segurança das rotas, com a incidência da hegemonia continental francesa sobre o mar: a França era uma grande potência naval e continental e não queria perder a sua hegemonia. A partir desta situação deixou de se verificar qualquer distanciamento português em relação aos acontecimentos da Europa do Mar do Norte, em virtude da ênfase especial que o Oceano Atlântico passava a desempenhar na luta geral.

A capacidade militar de Portugal, no seu significado europeu, assentava em dois pontos decisivos: a posição determinante dos seus portos para a hegemonia naval; a disposição da sua fronteira com a Espanha para um ataque terrestre. Esta última, se era uma ameaça para Portugal, também o podia ser, embora em menor grau, para a Espanha.

Para Portugal, as boas relações com as potências marítimas apresentavam-se como indispensáveis, uma vez que era por mar que se fazia o seu comércio externo mais significativo; por aí saíam o vinho, o sal, as frutas, chegavam e partiam as produções coloniais, como sejam o açúcar, o tabaco e os couros. Por aí entravam os abastecimentos indispensáveis à cidade de Lisboa. Por aí, ainda, se defendia o País da hegemonia espanhola. A perturbação que, em todos os níveis, resultaria de um erro político, quanto ao mar, nas opções diplomáticas acessíveis, era evidente e os dirigentes portugueses não o podiam desconhecer.

⁽¹) No ano seguinte (1696), um célebre corsário francês que atacara a Galiza, tendo-lhe morrido, na luta, um seu irmão, pede e obtém licença para o enterrar em Viana do Castelo, onde desembarcou a sua tripulação e fez ao morto faustosos funerais.

Por outro lado, no que se refere às potências envolvidas no equilíbrio europeu e na resistência à hegemonia francesa, em desenvolvimento, não era desconhecida a certeza de que os territórios, ilhas, costas e portos englobados pelo poder político português estavam melhor em independência, do que na mão de qualquer potência com projectos hegemónicos. O domínio de toda essa área, a eliminação do intermediário constituído pelo poder político português que nele se exercia, aumentaria consideravelmente o perigo de guerra imediata; a navegação que não pudesse dispor dos pontos de apoio portugueses nos oceanos tornar-se-ia insuportavelmente insegura. Mais uma vez, a independência portuguesa realçava uma densa função europeia, permitindo equilibrar forças, de outro modo irregularmente distribuídas e, como tal, precursoras de guerra. A separação de Portugal relativamente ao conjunto peninsular revelava-se, mais uma vez, um factor de segurança internacional, para além das suas razões nacionais.

Aproximava-se o momento em que o equilíbrio europeu, onde Portugal figurava como área independente, ia, de novo, ser desafiado. Uma potência continental com habilitação marítima, a França, tinha acabado por conseguir encontrar uma oportunidade para exercer na Península Ibérica um papel que, inevitavelmente, a levaria a tentar integrar, na hegemonia geral, a costa portuguesa e as suas possessões. Já o dissera o seu ministro Vernoux em 1696 (2).

A Guerra da Sucessão de Espanha ia obrigar Portugal a tomar decisões de fundo relativamente à Europa, à Espanha e à França, assim como levar as potência marítimas a conservarem o princípio, quase podia dizer--se, geoestrategicamente, sagrado, da separação de Portugal relativamente à Espanha. Em que condições?

5 — Os primórdios do decisivo

Todos estes factos passam a revelar as guerras como fenómenos dotados de uma integração muito mais complexa do que nas perspectivas tradicionais. Já não podia falar-se, como se viu, em confrontos de natureza exclusivamente militar. Mas, por outro lado, como se disse, acentuava-se o papel decisivo das pequenas unidades coesas ou mesmo dos pequenos exércitos.

⁽²⁾ Visconde de Santarém, Quadro Elementar, etc., etc., vol. 18, pág. 189.

O essencial era que o conjunto do estado estivesse protegido pelas grandes formações militares indestrutíveis, exércitos ou fortificações. Essas grandes formações, mesmo quando derrotadas, asseguravam, pela grandeza do que sobrevivia e se conservava operacional, as negociações, desde que se mantivesse a disciplina e fossem capazes de recuar sem perda da capacidade de manter o inimigo a distância. Por várias vezes, estiveram nesta situação os exércitos de Luís XIV.

Nestas condições e nesta altura, as soluções finais dos conflitos entre Estados só podiam ser alcançadas pela via diplomática; a imposição da vontade ao inimigo não podia conseguir-se quando só interviessem forças militares. E se, na verdade, o exército francês era poderoso e forte, o certo era que, havendo outros exércitos em pé de guerra, a sua capacidade exclusiva de decisão diminuía muito com a existência de formações «laterais», cuja capacidade operacional se mantivesse. E o mesmo se podia dizer dos recursos económicos e nacionais. O Estado tinha de funcionar como um todo coerente e a sua capacidade geral de pressão era superior à sua força militar.

Dentro do exército, a pequena unidade tinha adquirido maior maleabilidade e poder de decisão. O invento da baioneta e da espingarda de fusil teve o mesmo efeito, embora mais profundo, do que sucedeu, no século XIV, com a adopção do frecheiro pelas forças armadas inglesas. E se, na verdade, a baioneta começou a ser utilizada pelo exército francês no último quartel do século, a sua adopção generalizada tornou a defensiva mais eficaz e até, de certo modo, decisiva. Em compensação, as operações de manobra dos exércitos tornaram-se mais lentas; numa primeira fase, as batalhas apresentavam-se como operações de obstáculos de tiro móvel, a que se seguiam os golpes de mão e as manobras de surpresa, nem sempre possíveis, mas que constituíam as formas de guerra mais espectaculares até finais dos anos setenta do século XVII. O essencial era pois manter a ordem ou a coesão das unidades, termo, como se vê, bem significativo.

Foi o aumento de poder de tiro e da eficácia defensiva dos exércitos que, nos fins do século, em 1689-1691, impediu a invasão da Grã-Bretanha pelas forças militares dos Stuarts destronados. Conduziu igualmente à situação de que das vitórias militares só se pudessem tirar resultados restritos, dando uma amplitude maior às negociações entre os estados soberanos, mesmo vencidos. A necessidade de manter a estabilidade governa-

tiva, que pudesse responsabilizar-se pela decisão política que o exército tornava possível, era pois indispensável. A táctica militar e o seu aproveitamento precisavam de estabilidade para poder «arrancar» vantagens mesmo ao vencedor. Os governos tinham de ter capacidade estável para poder conduzir as guerras através tanto dos sucessos como das dificuldades. Daqui resultava um outro ponto, esse bem mais grave; é o reaparecimento das guerras de devastação, uma vez que a decisão militar não podia bastar: paradoxalmente, a insuficiência dos exércitos para impor as decisões conduzia à sugestão da guerra total que não fazia mais do que mostrar a insuficiência da decisão militar. E pela mesma razão, provocou o aparecimento da espionagem sistemática (a fim de conhecer posições e fortificações) e fez ampliar consideravelmente projectos de apoio aos grupos organizados ou viáveis para actuarem no interior do território inimigo.

É pois numa Europa agitada, tensa e em choque, quando os seus interesses se transferem também para outras áreas e quando os seus próprios territórios, embora decisivos, deixam de bastar, que se desencadeia a Guerra da Sucessão de Espanha. O seu objectivo profundo era unir a força europeia da França, o seu potencial militar aplicável ao Reno à capacidade extra-europeia da Espanha, com o poderio naval de ambos: a Europa ficaria sob a tutela dos Bourbons. Por parte dos seus adversários exibia-se um poder marítimo também indiscutível que fazia tudo por impedir a união da força continental com os recursos navais das potências já poderosas no continente. Por esse motivo, apoiavam a Áustria, grande estado continental, mas que, absorvida pela luta contra os turcos, só muito dificilmente poderia tornar-se uma grande potência marítima. A estratégia da Grã-Bretanha visava conquistar à França a hegemonia marítima, uma vez que não tinha forças suficientes para decidir da hegemonia continental. Lá chegaria.

Nos fins do século XVII, a resistência à França tornava-se, pois, não só possível como necessária. Por esta mesma altura, a Áustria tinha conseguido resultados importantíssimos na luta contra os turcos, passando a imperar na Hungria e na Moldávia. Contudo, essa resistência antifrancesa revelava uma circunstância nova que marcava o sinal dos tempos. Na verdade, o debate político e militar não ia verificar-se só na Europa Central e no Mar do Norte, como, até então, tinha sucedido. Ia envolver também as áreas ocidentais, ligadas ao Oceano e aos portos de onde se partia para as conquistas e os novos mundos. Ia afectar o

tráfego e as novas áreas. Por esse facto, Portugal não podia deixar de ser levado a tomar posição. Estas áreas de luta da Europa eram-lhe vitais.

A união do poder marítimo espanhol e com o poderio francês, embora em duas potências diferentes mas aliadas, significava, num molde já europeu, a reprodução da situação estratégica em que Portugal tinha perdido a independência, em 1580. Nestas circunstâncias, não podiam deixar de voltarem a aparecer, entre os portugueses, a inquietação e a incerteza. Assim como não podiam deixar de aparecer os pregoeiros ideológicos clamando que os interesses de Portugal estavam do lado da potência mais espectacular e poderosa e que o melhor a fazer era antecipar-se e apoiar os Bourbons, no pleito que se ia inevitavelmente desenrolar. E foi esta a primeira corrente que dominou na corte portuguesa.

6 — A Guerra da Sucessão de Espanha

No conjunto presente em quanto as coisas não tomam jeito, a maior política será o maior disfarce e a melhor negociação será a de ter boas tropas e bons navios.

José da Cunha Brochado, carta de 28 de Novembro de 1700, in Damião Peres, Ob. Cit., pág. 37.

A Guerra da Sucessão de Espanha apresenta, desde logo, a característica especialíssima de ter sido desencadeada a partir de um acontecimento esperado durante cerca de quarenta anos. Desde 1662 que todos os acontecimentos europeus se desenrolavam na previsão de um confronto internacional relacionado com a solução dada à herança do trono de Carlos II. Afinal, isto significava que o confronto era inevitável, em virtude dos planos hegemónicos franceses ligados àquela herança e da resistência encarniçada que eles não podiam deixar de desencadear. E a primeira desvantagem da França foi, exactamente, o facto de a guerra ter surgido quando as suas intenções eram bem conhecidas e estavam bem estudadas as formas de resistência, de coligação e aproveitamento conjunto das oposições regionais ao hegemonismo francês. Ao mesmo tempo, o poderio militar já tinha dado provas da sua insuficiência, face ao aumento de importância dos condicionalismos institucionais, económicos e políticos.

As potências marítimas tinham aumentado a sua capacidade em relação à França, enquanto a Austria tinha revelado a qualidade dos seus recursos militares, na sua interminável guerra contra os turcos. Mais a Oriente, a Rússia de Pedro o Grande absorvia o poderio sueco e tirava à França um aliado possível.

A Guerra da Sucessão de Espanha surgiu, pois, numa Europa prevenida e preparada, com a agravante de se ter desencadeado pouco depois da coligação das potências contra a França e que tinha levado à paz de compromisso de Ryswick.

Na perspectiva do previsível confronto com a maioria das potências europeias que procuravam evitar a unificação estratégica franco-espanhola, a França, apesar do seu poderio militar, deu provas de uma grande moderação nas negociações daquela paz de Ryswick, tentando mesmo uma plataforma de acordo geral. Em face do agravamento do estado de saúde do rei espanhol, assinou, até, com as potências interessadas na sucessão o tratado de partilha de Londres (Março de 1700), pelo qual a coroa espanhola passaria para Carlos, filho segundo do imperador austríaco. Em contrapartida, a França recebia, daquela herança, o reino de Nápoles, a Sicília e o Milanês.

O problema parecia resolvido. As potências marítimas e a Áustria queriam evitar que a Espanha se unisse à França e era esse o aspecto mais importante do protocolo de Londres. No entanto, a situação alterouse, por completo, com o último testamento de Carlos II de Espanha que recusava o protocolo de Londres porque lhe cindia as possessões europeias de Espanha. Aquelas determinações de Carlos II eram uma última tentativa de manter a unidade da coroa espanhola. Para isso, declarava seu herdeiro e sucessor Filipe de Anjou, neto de Luís XIV, na esperança de que o apoio francês conseguisse impedir a divisão dos domínios espanhóis.

Em face daquelas disposições, Luís XIV aceitou-as e pôs de parte o protocolo de Londres, enquanto as outras potências signatárias se dispunham a mantê-lo. A situação de guerra tornou-se irreversível quando os projectos hegemónicos franceses se começaram a revelar nas consequências previstas, e Luís XIV substituiu por tropas francesas as guarnições espanholas nas fortalezas flamengas da fronteira com a Holanda. Logo a seguir, Luís XIV tornou públicas as suas reservas quanto à eventual desistência de Filipe de Anjou dos seus direitos ao trono francês, apesar

da expressa exigência que, a esse respeito, constava nas disposições de Carlos II.

Estas atitudes e medidas alarmaram as outras potências europeias, considerando-as a expressão do propósito da imposição da hegemonia francesa, nas áreas mais controversas da Europa: o Escalda, o Reno, o Oceano Atlântico. Promoveram assim uma coligação no sentido de se oporem à entrega do trono espanhol a um Bourbon. Constituíram a Grande Aliança onde se encorporaram a Grã-Bretanha, a Austria, a Holanda, assim como numerosos principados alemães. A base da sua alternativa era a manutenção do candidato estipulado no protocolo de Londres: o arquiduque Carlos da Austria.

A Guerra da Sucessão de Espanha, assim iniciada, desenrolou-se tanto na Península Ibérica, como na Itália, Alemanha, Países Baixos, Norte da França e na sua fronteira oriental e veio a dar lugar a violentas batalhas e invasões. Depois de um início auspicioso, a França, atacada em várias frentes e por exércitos peritos e bem comandados, começou a sentir os efeitos da guerra, em diversas áreas do seu próprio território.

Em face da situação militarmente difícil, Luís XIV propôs negociações de paz que não dividiram nem distraíram os seus adversários. Assim, a dureza das condições que eles apresentaram obrigou o rei francês a prosseguir a guerra. Não obstante, tornava-se claro o enfraquecimento do poder de decisão militar por parte da França, pelo que aumentou a confiança dos seus adversários no triunfo da proposta que representavam para a herança do trono espanhol, assim como o objectivo mais amplo de acabar com a hegemonia francesa na Europa.

Entretanto, a morte do herdeiro do trono austríaco tornou imperador o arquiduque Carlos, candidato da Grande Aliança ao trono de Espanha. Com este inevitável restabelecimento do império de Carlos V, verificou-se uma evidente desmotivação do esforço de guerra britânico a quem essa solução deixava também de interessar. Os ingleses começaram então a defender a realização de uma paz negociada e os esforços para esse efeito começaram a ter, na Europa, uma audiência cada vez maior. E como os sucessos militares, embora não fossem favoráveis à França, também não eram fáceis de explorar politicamente, o consenso para a paz levou à convocação de um congresso para esse efeito, chegando-se a uma solução de paz pelos tratados de Utrecht e de Rastadt. Por eles, fundamentalmente, para o que nos interessa, Filipe de Anjou tornava-se rei de Espa-

nha mas renunciava aos seus direitos ao trono de França, quaisquer que eles fossem.

A participação de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha era, desde o seu início, inevitável. Na verdade, era impossível ignorar-se que qualquer decisão tomada a respeito da Espanha viria a ter reflexos imediatos em Portugal. Compreende-se, pois, a extraordinária preocupação em Portugal sobre o modo como seria resolvida a sucessão da coroa espanhola. As negociações anteriores à morte de Carlos II, e que levaram ao protocolo de Londres, também tiveram a participação de Portugal, tendo sido ouvido o ponto de vista da corte portuguesa. E já depois de Luís XIV ter aceite as disposições do testamento de Carlos II de Espanha, o embaixador de França, com o apoio do poderoso partido continental da corte de Lisboa, conseguiu que fosse assinada uma aliança pela qual Portugal reconhecia aquele mesmo testamento, assim como o título de rei de Espanha a Filipe de Anjou. A partir daí, deveria fechar os portos aos países defensores do candidato austríaco, já em pé de guerra para disputar o trono espanhol (18 de Junho de 1701).

O partido atlântico defendia, pelo contrário, a participação de Portugal na Grande Aliança, ou, pelo menos, a neutralidade. Em defesa dessa posição alegava quanto era indispensável evitar o choque com a Grã-Bretanha e a Holanda cujas hostilidades podiam afectar gravemente o tráfego marítimo português sem que se pudesse contar com a colaboração francessa para o enfrentar, pois a França também era pretendente ao mesmo domínio. Esta política contra a Grande Aliança podia até — dizia--se — fazer renovar os esforços holandeses, tentados durante a Guerra da Restauração, para «reconquistar» o Brasil. E na verdade, quando a declaração de guerra da França e da Espanha contra a Grande Aliança se tornava iminente, a Holanda deu a conhecer ao embaixador português que, se os portos portugueses lhe fossem fechados, entraria em guerra com Portugal no mesmo título em que se encontrava com a França e a Espanha Bourbónica. E o mesmo fez a Grã-Bretnha. Esta certeza, que Portugal sabia inevitável, acelerou o processo para corrigir a primeira posição tomada por D. Pedro II. Este passou a inclinar-se, primeiro, para a neutralidade. Em seguida, face ao agravamento das exigências francesas, a posição portuguesa encaminhou-se no sentido de uma aliança com os estados da Grande Aliança. Portugal acabou assim por romper com Luís XIV e Filipe V e aliou-se às potências atlânticas, como se estabeleceu no primeiro tratado de Methuen assinado a 19 de Maio de 1703. A justificação para o corte com a França de Luís XIV tinha um poderoso fundamento que reflectia afinal o carácter continental da luta e a posição atlântica de Portugal: o auxílio prometido pela França a Portugal, em caso de ataque ou ameaça da Grã-Bretanha e da Holanda nunca se verificou; a França, assoberbada por tantas responsabilidades militares, não estava em condições de o conceder. Voltava pois a verificar-se que, em Portugal, os auxílios vindos por mar e remetidos por potências marítimas eram possíveis, enquanto a colaboração das potências continentais era sempre aleatória, difícil de se concretizar e regateada, inserida numa hierarquia de prioridades continentais que nunca podia beneficiar Portugal. Aspecto que, de forma alguma podia ser secundário numa potência, como Portugal, que tem uma fronteira terrestre vulnerável e responsabilidades marítimas tão extensas.

Depois desse tratado de Methuen de Maio de 1703, o envolvimento de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha aumentou ainda mais. Em Março de 1704, o pretendente austríaco ao trono espanhol desembarcava em Lisboa e aqui estabelecia corte: pouco depois, desenvolviam-se operações militares importantes a partir da fronteira portuguesa. Não eram, na verdade, as operações essenciais na guerra, mas serviam sobretudo para fixar tropas franco-espanholas na fronteira portuguesa, de modo a não poderem ir reforçar os outros exércites em campanha, nas áreas estrategicamente decisivas. Estas operações militares, ainda que brilhantes, só serviam, de facto, para ocupar os soldados de ambas as partes e, como o território português era uma entrada na Espanha pelo extremo ocidente da Península, o número de tropas aqui fixado era elevado. Por este facto, podia ter um papel decisivo na solução final. Pelo lado português, porém, as suas zonas de fronteira foram desvastadas com estas manobras de diversão, causando uma impressão profunda nas populações afectadas, que havia cerca de 30 anos tinham estado sujeitas ao mesmo flagelo, quando da guerra nacional da Restauração.

Era claro que uma paz negociada pela ponderação geral das forças em presença, no sentido de evitar o desgaste inevitável se o confronto prosseguisse, era da maior vantagem para Portugal. Assim se poderia evitar muito melhor que a Espanha, aproveitando-se do apoio francês, tentasse renovar a aventura da unificação peninsular. Interessava, sobremodo,

a Portugal que qualquer vantagem da França em Espanha não fosse conseguida à custa do esmagamento dos adversários, deixando-os incapazes de se oporem a novas ofensivas que a França pudesse tentar. A Portugal só podia convir que da Guerra da Sucessão de Espanha saísse uma Europa forte e equilibrada, condição da sua própria estabilidade externa. No plano das forças continentais e marítimas, a manutenção do equilíbrio era a base indiscutível da política externa portuguesa, tanto nas vésperas da Guerra da Sucessão de Espanha como no decorrer dela, como ainda para a sua conclusão.

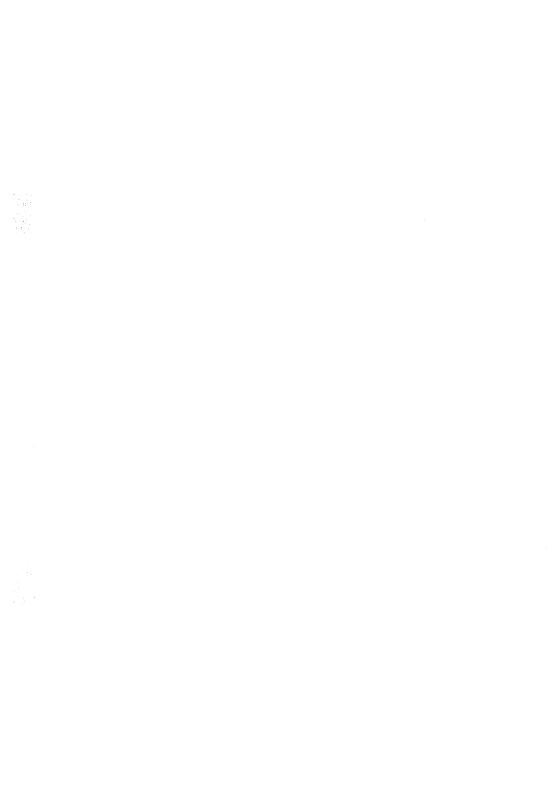
No que se refere às rotas e a todas as áreas marítimas já complementares das potências europeias, importava a Portugal reforçar o poderio marítimo das potências rivais da França. Ficava-lhe, assim, sempre acessível o apoio naval, caso a força da França, como aliada e colaboradora da Espanha, fosse capaz de levar a efeito uma invasão de Portugal ou mesmo do Brasil. A expedição de Du Clerc ao Brasil, realizada em 1710 e que terminou num desastre para os franceses, concretizava esta ameaça. Depois do seu aniquilamento militar, seguiu-se outra expedição também de resultados secundários, embora constituísse um excelente estímulo e pretexto para o reforço da marinha de guerra portuguesa.

Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade de Lisboa e da Universidade

Católica Portuguesa

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL



ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL

Porque continuam a aparecer afirmações de que não há agora ameaças a Portugal que justifiquem as despesas que se fazem com as Forças Armadas, ou até a sua própria existência, julga-se conveniente insistir na tentativa de contribuir para o aprofundamento desta importante questão e, paralelamente, reflectir sobre o problema fundamental da sensibilidade de segurança nacional, apesar do risco de se incorrer em inevitáveis repetições.

Em princípio, a existência, a dimensão e a composição das Forças Armadas de um país justificar-se-ão, entre outras coisas, principalmente pela percepção de necessidade de se dispor de meios para opor ao emprego directo ou indirecto de poder militar por parte de antagonistas dos interesses nacionais, pela capacidade militar possuída por estes, pelos tipos de ameaças militares mais prováveis, e pela caracterização dos teatros de operações onde se prevê o seu empenhamento. Por outro lado, mesmo que não se vislumbrem ameaças, há ainda assim que ter em consideração ser cada vez menos possível improvisar Forças Armadas quando delas se precise e, muito menos, improvisar a aceitação das imprescindíveis hierarquia e disciplina que só a tradição cimenta, pelo que convirá, também em princípio, manter no mínimo um núcleo militar actualizado capaz de rápida expansão através de eficientes sistemas de reservas e de mobilização. Por exemplo, se a Inglaterra não tivesse Marinha, não poderia dispor tão cedo de meios indispensáveis à gestão da súbita crise das Ilhas Falkland, ou Malvinas.

Em teoria, as ameaças militares postas por previsíveis antagonistas dos interesses nacionais poderão ser avaliadas com recurso à conhecida fórmula $A = C \times I$ (A para ameaça, C para capacidade militar e I para intenção de lançar mão de C para impor a sua vontade). A fazer-se fé nesta fórmula, para se chegar à conclusão de que não há ameaça de um país que disponha de capacidade militar, ter-se-á de ter confiança na

sua intenção de não a utilizar. O que acontece é que tal confiança não existe generalizada, o que parece comprovado pelo facto de praticamente nenhum país, incluindo os que são inequivocamente neutrais, ter cessado de aumentar a sua capacidade militar, conforme é do conhecimento comum. Foi uma deficiente avaliação das intenções argentinas quanto às Ilhas Falkand que levou o responsável britânico pelas relações exteriores a demitir-se.

Para dar uma ideia do poder militar de alguns países com certo interesse para a questão em apreço, apresentam-se alguns elementos referentes a dois seleccionados entre eles, um por um ser vizinho, e outro por ser neutral. Assim, segundo a publicação «The Military Balance, 1981-82» do International Institute for Strategic Studies, de Londres, a Espanha disporá actualmente de efectivos da ordem dos 340 000 homens (255 000 do Exército, 38 000 da Força Aérea e 49 000 da Marinha), 1 Força de Intervenção Imediata composta por 3 Divisões, 4 Brigadas e 2 Regimentos, mais 2 Divisões, 12 Brigadas e 11 Regimentos da Força de Defesa Territorial, mais de 200 aviões de combate (incluindo mais de 100 de intercepção, cerca de 80 de transporte e 6 de patrulha marítima de longo raio de acção para apoio naval), 1 navio porta-aeronaves, 9 fragatas e corvetas lança-mísseis, 7 «destroyers» modernizados, 8 submarinos e uma força de assalto anfíbio e/ou vertical de dimensão semelhante à da URSS. Segundo a mesma publicação, a Suíça disporá de 3500 homens dos efectivos regulares e mais 17 000 recrutáveis (expandível para 625 000 homens em 48 horas, sendo 580 000 para o Exército e 45 000 para a Força Aérea), cerca de 800 carros de combate, estando encomendados mais 60, e cerca de 370 aviões de combate.

Importa ainda atentar no caso da Islândia, um membro da NATO que não tem Forças Armadas, mas que, porque o seu território tem grande importância para a Aliança, tem suportado desde há vários anos uma força de segurança norte-americana da qual não se consegue ver livre, e que mantém rigorosamente confinada aos seus aquartelamentos para que não perturbe a maneira de viver da população.

Ainda no concernente a ameaças, há quem sustente que a segurança dum país corre riscos pela simples existência de pontos fracos ou vulnerabilidades que outros poderão ser tentados a explorar para condicionar o seu comportamento.

Para dar um exemplo de aplicação desta tese, aproveita-se para referir que, no caso do chamado Conflito Leste-Oeste, o ponto porventura mais sensível da Aliança Atlântica — que reside na descontinuidade geográfica entre os Continentes Europeu e Norte-Americano, e para cuja superação se impõe uma clara solidariedade atlântica — continua sendo posto à prova pelo Bloco oposto no momento actual. Na realidade, as ocorrências praticamente simultâneas da intervenção militar soviética no Afeganistão (intensificando consideravelmente as apreensões da Europa Ocidental e dos EUA sobre o equilíbrio geopolítico da Região e sobre a regularidade do fornecimento de petróleo, agravadas com a revolução do Irão e com a guerra entre este país e o Iraque), dos mísseis soviéticos SS-20 apontados para a Europa Ocidental e do gasoduto da Sibéria para servir alguns dos importantes países do Velho Continente, para não falar das manifestações pacifistas que se estão verificando em alguns destes, na ameaça de envolvimento da Europa pelo Norte de África (com potencial afectação da segurança das rotas marítimas de abastecimento e de socorro à Europa Ocidental) e da instabilidade crescente nas Américas do Sul e Central (eventualmente conducente à fixação dos principais esforços e preocupações da potência líder da NATO no Continente Americano, à sua colocação perante opções delicadas, e ao alargamento da sua área de actuação), têm posto bem a claro que a exploração do supracitado ponto sensível da NATO — a solidariedade atlântica — pode levar à «finlandização» da Europa, e à neutralização final da própria Aliança. Curiosamente, a defesa da Europa Ocidental, que tem assentado desde a I Guerra Mundial na viabilidade de reforço militar do Continente Norte-Americano para responder a invasões militares vindas de Leste, parece ter agora dificuldade em encontrar resposta adequada à «invasão energética do gasoduto soviético». Considere-se ou não esta «invasão» como uma séria ameaça, o que é certo é que já se vai ouvindo a responsáveis europeus ocidentais que os EUA não se prepararam a tempo para utilizar as suas consideráveis reservas de carvão para responder adequadamente à estratégia concertada de fomento de insegurança no Golfo e de oferecimento de gás natural da Sibéria, deixando os seus aliados europeus entre a espada e a parede.

Seja como for, o que é facto é que a segurança do Ocidente se joga efectivamente na disputa da Europa Ocidental entre a URSS e os EUA, uma vez que a própria segurança norte-americana resultaria muito amea-

çada se o Velho Continente fosse efectivamente neutralizado. É por isso que o reforço da solidariedade atlântica constitui efectivamente a resposta estratégica adequada à geografia para se alcançar o objectivo vital da sobrevivência do Ocidente.

O caso português apresenta curiosa semelhança com o da Aliança Atlântica. Efectivamente, assim como o Velho Continente necessita de recorrer à atlanticidade que lhe é conferível pelo controle do Atlântico Norte e pelos abastecimentos e pelos apoios do Novo Continente que através dele lhe podem chegar para permanecer suficientemente independente, também o Velho Portugal, para o mesmo objectivo, necessita de preservar a atlanticidade que os seus primeiros reis edificaram ao alargarem o mais que lhes foi possível a fronteira marítima do Continente e ao projectá-la pelo Atlântico fora. Daqui decorre um elemento de extrema importância de que nem sempre dão ideia concreta de se aperceberem bem todos os portugueses, que é o facto de Portugal ser realmente um país diferente de qualquer outro país europeu ocidental ou de qualquer outro membro europeu da NATO. Que assim é, tal resultou bem evidente pelo menos em duas circunstâncias capitais: o de Portugal ser o único membro europeu da NATO cujo Território Nacional se encontra inserido no Comando Supremo Aliado Atlântico (SACLANT) com sede nos EUA, e de o nosso país ter sido convidado a entrar na NATO logo após o termo da II Guerra Mundial, o que não sucedeu com a Espanha, muito embora o regime político de qualquer dos países apresentasse então idênticos inconvenientes. Isto terá exactamente acontecido pelo facto de a vocação atlântica do Território Nacional ser muito mais marcada do que a do espanhol, e por constituir realmente um elo indispensável da imprescindível solidariedade entre o Novo e o Velho Continente. Por outro lado, Portugal é ainda diferente de outros países europeus ocidentais e de outros membros da Aliança Atlântica porque, tal como acontece também com esta, não pode haver certezas absolutas quanto a aspectos delicados do seu futuro, principalmente se a sua própria solidariedade atlântica, e a coesão interterritorial, forem postas à prova. Significa tudo isto que, para a protecção das rotas marítimas vitais para a Europa, não será imperioso recorrer a território espanhol e que, porque as Ilhas portuguesas terão naturalmente de estar inseridas na área do SACLANT, o Continente deverá acompanhá-las, por razões ponderosas de solidariedade atlântica e de

coesão nacional. Significa ainda que não há razões vitais de ordem geoestratégica ou de segurança própria que justifiquem a inclusão da Espanha no SACLANT. Significa finalmente que Portugal precisa de se assumir decidida e inequivocamente como um país quase-arquipelágico.

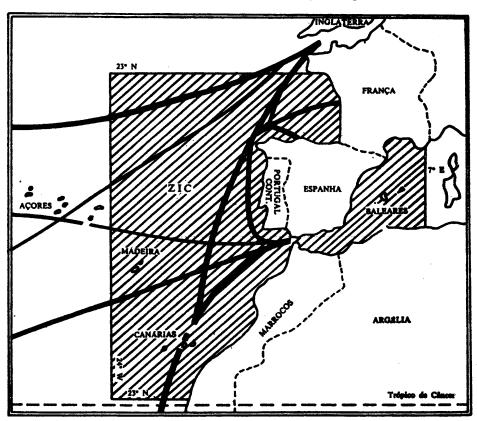
Se as preocupações com a preservação da atlanticidade e com o reforço da coesão interterritorial nacional parecem assim dever merecer mais alta prioridade em todas as estratégias de Portugal (económica, energética, de transportes, cultural, militar, etc.), interessa então reflectir profundamente sobre o modo como poderão eventualmente ser ameaçadas.

Antes de tudo, julga-se não ser despropositado insistir na questão de a situação geográfica do Território Nacional não permitir que o País possa ser considerado como uma zona neutra no contexto de importantes conflitos e tensões de âmbito mundial como o Leste-Oeste e o Norte-Sul (para apenas referir os principais), porque os países neles envolvidos não podem ser indiferentes à sua utilização, por razões fortes da sua própria segurança. É o caso dos EUA, que sentem crescente necessidade de recorrer a potencialidades do Território Nacional em nome da sua própria segurança e da do Ocidente, não só para acorrer em apoio da Europa Ocidental, como a outros pontos do Globo onde a segurança deste corre igualmente perigo. É o caso da Organização para a Unidade Africana, que receia a utilização dele contra interesses de países membros na África e no Médio Oriente. A ajuizar pelos escritos de alguns estrategistas espanhóis, será o caso do país vizinho, que teria a intenção de conseguir a atribuição de um importante papel atlântico, tirando partido do seu considerável poder naval e aeronaval — a participação no Exercício extra-NATO «Ocean Venture 81», em Setembro (ao lado de importantes forças navais e anfíbias norte-americanas) com o empenhamento do seu navio porta-aeronaves, de 3 fragatas e 2 corvetas lança-mísseis, de 2 submarinos e de aviões de patrulha marítima de longo raio de acção P-3C Orion», pode ser uma confirmação da hipótese. É o caso da URSS que, a partir do Território Nacional, poderia conseguir o seu importante objectivo de comprometer a viabilidade da solidariedade atlântica, interrompendo as supracitadas rotas de socorro à Europa, e poderia ainda passar a apoiar melhor as acções que visem a fixação das preocupações e dos esforços prioritários dos EUA nas regiões das Américas Central e do Sul. Acrescentar-se-ia ainda um plausível interesse da NATO em utilizar em caso de guerra costas, portos e território do Continente português e da Espanha (na eventualidade do ingresso deste país na Aliança) para fazer chegar material ao centro do Teatro de Operações europeu, encurtando as rotas dos comboios marítimos provenientes da América do Norte e evitando a sua exposição a ataques aéreos e às águas mais facilmente mináveis do Canal da Mancha e do Mar do Norte, o que teria, no entanto, os inconvenientes de tornar o Continente num alvo mais apetecível para mísseis (terrestres e de submarinos) e para aviões (com base em terra e no mar) do Bloco oposto e também para os apologistas da unidade geoestratégica da Península Ibérica e do comando unificado correspondente.

Daqui resulta uma ilação que muito importaria que os estrategistas e os políticos portugueses continentais e ilhéus, bem como espanhóis, europeus ocidentais e norte-americanos, conseguissem sobrepor aos seus interesses particulares para não se prejudicarem interesses mais vastos do Ocidente e, por conseguinte, e afinal, também os seus. O caso é que a solidariedade atlântica, que é indispensável à sobrevivência do Mundo Ocidental, pode ser efectivamente forçada no seu elo constituído pela solidariedade a lântica interterritorial portuguesa, uma vez que qualquer acção visando pôr esta à prova acarretaria inevitavelmente a criação de uma imagem fortemente desfavorável à NATO e a países amigos, com consequente provável exploração pelo Bloco Leste, e transferência da fronteira quente do Conflito Leste-Oeste para a região. Aliás, parece que convirá aplicar raciocínio idêntico a toda a Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA) que inclui, além da Península Ibérica, o Noroeste Africano, na qual seria imprudente manter e explorar vulnerabilidades e tensões, e alimentar hegemonias político-militares que suscitassem automática hostilidade ao Ocidente. Pôr à prova ou forçar a coesão interterritorial de Portugal, que é preciso não esquecer que é vital para a sobrevivência do País, e contribuir para o desequilíbrio geopolítico da RAIA, interessaria realmente muito mais ao Bloco Leste, sempre oportuno em explorar alvos de oportunidade, pelo que seria susceptível de poder constituir um provável suicídio para o Ocidente, mesmo a curto prazo. A história das agitadas interacções dos países regionais é suficientemente elucidativa para não se deverem menosprezar as suas lições. A rematar este ponto, não se pode deixar de salientar o curioso e importante facto de a atlanticidade portuguesa constituir hoje um elo indispensável da atlanticidade mais vasta da NATO, necessária à própria sobrevivência do Mundo Ocidental, para cujo lançamento e expansão os estrategistas e os navegadores portugueses deram afinal o primeiro e mais generoso contributo.

A preservação da atlanticidade do Território Nacional e a coesão interterritorial portuguesa começam por ser ameaçadas a partir do simples facto de países, mesmo aliados ou tidos por não hostis, reconhecerem a importância da utilização do Território Nacional para a sua própria segurança ou para a projecção externa do seu poder militar para fins de expansão de influência política e de, porventura irreflectidamente, actuarem contra ela. Assim, por exemplo, as eventuais pretensões que foram adiantadas extra-oficialmente por ilustres personalidades espanholas sobre uma possível inserção do seu país no mesmo Comando Supremo Aliado do Atlântico no qual, dos aliados europeus, apenas se encontra Portugal, e sobre a constituição de um comando militar unificado para toda a Península Ibérica, no caso de a Espanha ingressar na organização militar da NATO, a serem confirmadas e atendidas, teriam tendência a colocar rapidamente o nosso país, pela primeira vez na sua secular História de sobrevivência (descontando o período de 1580 a 1640), na esfera de influência político-militar do país vizinho, e a levar a uma consequente utilização do mar interterritorial e, quiçá, de pontos de apoio portugueses, para proporcionar aos espanhóis um papel atlântico importante, com o inevitável apagamento do nacional, dada a crescente superioridade do poderio militar espanhol relativamente ao português, nomeadamente nos domínios naval e aeronaval. Outra consequência das eventuais pretensões referidas - decorrente da persistente sensibilidade açoriana à presença espanhola, que se julga datar da ocupação filipina, e que veio recentemente à superfície a propósito da pretensão espanhola de conseguir quotas de pesca nas Subzonas dos Arquipélagos da ZEE portuguesa — poderia ser um reacender da influência norte-americana nos Açores. Que tal presumível divisão do espaço português por esferas de influência diferentes pode ser mais do que uma simples hipótese, prova-o a figura junta, respeitante à repartição de áreas de interesse operacional relativa ao acordo bilateral de defesa hispano-americano, o qual tem sido considerado como uma espécie de patamar da entrada do país vizinho para a NATO, e diz bem o que poderá suceder ao Território e ao espaço interterritorial nacional, no caso de não demonstrarmos capacidade para os «ocupar» militarmente por forma a satisfazer requisitos mínimos de segurança daqueles dois

países e do Ocidente. Conforme referimos no n.º 13 desta Revista, aos portugueses não pode agradar o domínio simultâneo das suas fronteiras terrestre e marítima pela Espanha, porque lhe lembra a perda da independência em 1580, esperando-se sinceramente que a NATO não force a repetição de tal domínio inadvertidamente. Daqui se poderá então con-



A Zona de Interesse Comum (ZIC), segundo o Tratado Hispano-Americano, e as rotas marítimas do Ocidente

cluir que a falta de uma capacidade militar portuguesa minimamente adequada à defesa dos interesses nacionais constitui, ela também, uma ameaça (talvez a principal) à solidariedade atlântica nacional, à coesão interterritorial, e à própria solidariedade atlântica que é essencial à sobrevivência da NATO. De facto, há que reconhecer que o poderio militar

português, comparado por exemplo com o espanhol, constitui realmente uma vulnerabilidade. Efectivamente, não são uma única Brigada Mista Independente, uns 60 carros de combate, 7 fragatas e 10 corvetas mal armadas, e obsolescentes, 3 submarinos e menos de 100 aviões, dos quais nenhum é ainda genuinamente vocacionado para apoio aeronaval efectivo à Marinha ou ao Comando da Área Ibero-Atlântica (os «C-130» e os «A-7» apenas actuam, com algumas limitações, contra alvos de superfície, não servindo para opor à ameaça submarina, a qual continua a ser considerada pela NATO como a mais perigosa).

A completar o quadro de possíveis ameaças, no plano da vulnerabilidade à sensibilidade de segurança, há ainda a considerar o recentemente aventado projecto de construção de uma rede de centrais nucleares a construir em Espanha, com algum apoio português, para servir toda a Península, o que corresponderia, a concretizar-se, à «invasão energética» do País, à semelhança do que se passa com o gasoduto soviético relativamente à Europa Ocidental. Para completar o quadro, e para além da preocupação já levantada pela «invasão» da Zona Económica Exclusiva nacional por barcos de pesca espanhóis, têm acontecido ainda algumas revelações sobre eventual predisposição para pôr portos do Continente ao serviço do país vizinho, o que, a fazer sem um critério adequado de segurança e sem um prudente desenvolvimento prévio do interior nacional, corre o risco de os vir a tornar mais castelhanos do que portugueses, como sucede por exemplo com os portos moçambicanos que estão ao serviço da RAS e da Rodésia, inclusivamente porque os restantes países europeus não precisam deles, dada a extensão e as maiores carestia e contingências políticas dos transportes terrestres. Em qualquer dos casos, a confirmarem-se, poderá não ter estado bem presente, como se imporia, uma adequada sensibilidade de segurança que permitisse compreender que Portugal não é realmente um país sem problemas especiais a não justificar cuidados especiais, como um outro qualquer da Europa Central, cujos estrategistas não têm que se preocupar em minorar asfixiantes dependências geográficas, ou em evitar ocasionar o seu agravamento.

A preservação da atlanticidade nacional e da coesão interterritorial parecem assim ameaçadas, não apenas por carência da conveniente sensibilidade de segurança, como ainda pela não-existência de um conceito estratégico de defesa militar (e de um sistema de armas que realmente o sirva) que garanta simultaneamente uma dissuasão autónoma e um mí-

nimo de segurança no Território e no espaço interterritorial nacional para o Ocidente e para os dois países amigos que têm vindo a ser referidos. Quer isto tudo também dizer que uma participação portuguesa na NATO apenas em termos geoestratégicos, por ser susceptível de conduzir à repartição do Território Nacional por esferas de influência diferentes e ainda à eventual presença prolongada de forças militares aliadas, poderia pôr em risco a soberania e, eventualmente, a própria liberdade de acção política do País, mesmo e até principalmente em tempo de paz, e no seio da própria Aliança Atlântica. Esta será então, porventura, uma das principais ameaças ao interesse nacional, a qual decorre, como se salientou, das circunstâncias concorrentes da situação geográfica e importância especial do Território Nacional para a Aliança Atlântica, da descontinuidade deste, do interesse de outros países pela sua utilização indiscriminada, e de capacidade militar portuguesa não compatível com tais realidades.

Parecerá por conseguinte lícito concluir-se que, para além das ameaças conhecidas que são comuns a todos os países do Ocidente, outras poderão existir para Portugal, porventura não menos importantes. Para não se ser surpreendido, conviria então reconhecer em primeiro lugar que a importância geoestratégica do Território Nacional é ela mesma uma fonte de ameaças, dados os interesses, as pressões e as ingerências que origina — o facto de aquela importância poder constituir um trunfo, ou transformar-se numa ameaça, dependerá principalmente da aplicação de uma prudente sensibilidade de segurança e da existência de capacidade de defesa militar mínima adequada às circunstâncias especiais do País.

No concernente a sensibilidade de segurança, o País precisaria porventura de se autoconvencer que se torna imperioso mobilizar inteligências, corações e vontades para se conseguir uma maior saúde e independência económica do Todo Nacional, o que implicaria: a optimização dos recursos próprios para se aumentar a taxa de auto-suficiência, a minoração sensata e prudente de inevitáveis dependências do exterior, e ainda, para contrariar os efeitos negativos destas, o desenvolvimento de mentalidade e capacidade de exportação, o que aconselharia a passar a dirigir para o mercado exterior alguma da agressividade que tem vindo a ser consumida primordialmente em tensões internas.

Quanto a capacidade de defesa militar, conviria ter presente que o Território Nacional, de acordo com as teses de Mahan, dispõe de poten-

cial geoestratégico à medida de uma importante potência marítima norte--atlântica, dada a sua situação geográfica relativamente a grandes países e áreas de interesse comum, facilidade de acesso ao mar, extensão da fronteira marítima e excelência de portos e pontos de apoio. Só que, carências económicas, e o que Mahan designou por carácter do Povo e carácter do Governo para significar o grau de entendimento nacional do valor do mar, não têm tornado possível o desenvolvimento de poder marítimo correspondente às potencialidades geoestratégicas referidas, pelo que estas tenderão entretanto a ser exploradas por parceiros da Aliança marítima em que Portugal se encontra natural e legitimamente inserido, em nome do interesse comum. Simplesmente, julgando-se ser da maior conveniência salvaguardar a coesão e a solidariedade atlântica nacional, parecerá então ser aconselhável tudo se fazer para, no mínimo, evitar a presença de forças militares aliadas em Território Nacional por períodos prolongados de tempo de paz, para o que se imporá dispor de potencial de defesa militar que seja minimamente ajustado a esse objectivo (sistema autónomo de defesa terrestre, aérea e marítima de pontos sensíveis e de pontos de apoio que sejam indispensáveis à segurança do Ocidente e que, simultaneamente, ponham o País a coberto de acções de coacção ou de facto consumado, e capacidade para uma «ocupação» naval e aeronaval mínima do espaço interterritorial português). Esta constituirá certamente uma das justificações principais para a existência de Forças Armadas autónomas em Portugal, e uma das mais importantes prioridades a atender na sua composição, equipamento e doutrina de emprego.

Por detrás dos casos que foram referidos como possíveis exemplos de alguma insensibilidade de segurança, encontram-se certamente preocupações absorventes com a melhoria da situação económica nacional e com o desejo expresso de «não mais voltar costas a Espanha». Sem pôr em causa a correcção de tais posições, haverá no entanto a dizer que, pior ainda do que voltar costas a Espanha, donde tendem contudo a vir dependências (como as do comando militar unificado e dos transportes terrestres para a Europa), seria voltá-las ao mar (donde vem o reforço de independência proporcionado pelas Ilhas Atlânticas e pela quase-arquipelagia do País, pelas pescas, pelos transportes marítimos e pelo poder naval e respectivo apoio aéreo marítimo), e deixar de ter o cuidado histórico de procurar inserir as relações sensíveis com o país vizinho (económicas, energéticas, políticas e militares) em áreas mais vastas e mais ricas

que a Península Ibérica, estratégia essa que, por ser adequada à especial geografia do País, lhe permitiu escapar ao longo de séculos pelo menos a uma «finlandização» sempre latente. Os espanhóis serão aliás dos primeiros a reconhecer o a-propósito de reservas desta natureza, pois, ainda muito recentemente, jornais seus se insurgiam amargamente contra a «fatalidade geográfica de ter a França entre si e o resto da Europa», aquando das barragens interpostas por agricultores e autoridades francesas ao trânsito de produtos agrícolas seus. Por outro lado, o comportamento dos nossos vizinhos relativamente à pesca na ZEE portuguesa, bem como outros que se referiram, parecem não prometer que cessará a existência de considerável diferença entre a poesia das boas imagens literárias e a crua realidade dos interesses económicos, políticos e militares. Conforme salientámos em artigo publicado no n.º 17 desta Revista, Portugal carece efectivamente de algo parecido com um Conselho Nacional de Segurança que assessore o Executivo. Assim existe, por exemplo, nos EUA.

Quanto às preocupações com as despesas militares, porque não se têm manifestado com a mesma agressividade e com a mesma frequência relativamente a sectores onde os gastos e os excessos em pessoal estarão bem longe de se encontrarem normalizados, será de presumir que o probiema não seja apenas de natureza económica. Por isso, poderia talvez revelar-se como medida positiva de segurança nacional procurar familiarizar melhor os cidadãos com o processo em curso para a efectiva compatibilização das suas Forças Armadas com um conceito estratégico de defesa militar que responda inequivocamente a necessidades mínimas de defesa militar nacional e da Aliança Atlântica no Território e no espaço marítimo e aéreo interterritorial nacional, e que, simultaneamente, tenha condições de poder contribuir para a consecução de importantes objectivos nacionais (como a coesão interterritorial), para o desenvolvimento tecnológico e industrial do País, e para a intensificação da cooperação com novos países independentes que procurem ajuda para o equipamento das suas Forças Armadas.

Abril de 1982.

Virgílio de Carvalho Capitão-de-mar-e-guerra

A RELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O PACTO DE VARSÓVIA E A NATO



A RELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O PACTO DE VARSÓVIA E A NATO

I. Introdução

Antes de abordar o tema «A relação de forças entre o Pacto de Varsóvia e a NATO», parece conveniente começar por comentar alguns conceitos com ele relacionados.

A primeira observação diz respeito à própria designação do tema. É frequente ver traduzir o título «Military Balance», que a NATO e os países de língua inglesa normalmente usam para referir este assunto, por «equilíbrio militar» ou por «correlação de forças».

Porém, o termo «equilíbrio» não se pode aplicar à situação actual, correspondendo apenas a um objectivo do Ocidente, como primeiro passo para uma desejável redução de armamento. O termo «correlação de forças» foi lançado pela União Soviética, quando pretendeu que fosse aceite a sua eventual superioridade militar, e a justificou pela necessidade de defender um território mais extenso do que os de todos os países da NATO juntos (1), e pelo facto de estar a enfrentar a hostilidade de quatro potências nucleares.

Esta divergência de objectivos, associada a critérios de avaliação de forças intencionalmente diferentes, tem dificultado todas as conversações sobre limitações de armamentos.

O segundo aspecto que será oportuno referir está relacionado com a fórmula normalmente apresentada para caracterizar o Poder

$$P = V \times C$$

O Poder é igual ao produto da Vontade pela Capacidade. Neste trabalho deveria tratar-se apenas o factor capacidade, isto é comparar os meios de que dispõem os dois blocos, em efectivos, número de armas ou de sistemas de forças, suas características, treino, comando, disciplina, etc.

⁽¹⁾ Países da NATO = 22 249 200 km²; URSS = 22 402 200 km²; China = 9 596 961 km².

Mas não se poderá nunca esquecer que se o factor vontade for nulo, é nulo também o produto, independentemente dos resultados a que nos conduzam a comparação das capacidades.

A realidade expressa por esta fórmula tem aceitação em ambos os blocos. Ela foi traduzida por palavras, de um modo bastante conciso, no Relatório do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, no 26.º Congresso do Partido: «A sólida fusão dos equipamentos técnicos mais modernos, da perícia militar e do espírito moral indestrutível, tal é o potencial combativo das Forças Armadas soviéticas.»

Esta frase vem transcrita nas páginas centrais da «Revista Militar Soviética» n.º 10, de 1981, como legenda de uma série de fotografias enaltecendo o aparelho militar. A capa deste mesmo número apresenta a palavra «PAZ» em oito línguas. Significativamente, no «interior» defendem-se a vontade e o patriotismo, no «exterior» divulgam-se sentimentos pacifistas.

O terceiro aspecto a focar está relacionado com as definições de estratégia e de dissuasão e ainda com as consequências do rápido desenvolvimento tecnológico.

Como se sabe, a estratégia pode ser definida como «a ciência e a arte que procura gerar, organizar e empregar a força, para alcançar os objectivos definidos pela política» (2).

Compete portanto à estratégia gerar e organizar a força, isto é, indicar os meios necessários que, racionalmente utilizados, permitirão alcançar os objectivos. Na verdade, sempre se considerou que «é a estratégia que define os meios e não são estes que definem a estratégia» (3).

Por outro lado, a dissuasão, ou noção de que o preço da agressão será demasiado elevado face às vantagens alcançáveis, só terá credibilidade se se basear num relativo equilíbrio de forças e também numa certa dúvida quanto ao valor ou capacidade dessas forças.

Ora, após a II Guerra Mundial, a URSS não acompanhou a desmobilização ao Ocidente, o que lhe permitiu, desde logo, obter superioridade em forças convencionais.

A URSS precisava dos seus exércitos. Staline disse a Tito, em Abril de 1945: «Quem ocupa um território impõe também nele o seu próprio

^(*) Coronel Loureiro dos Santos, «A estratégia de dissuasão», conferência no IDN, 18 Jan 82.

⁽³⁾ C/Almirante Henry E. Eccles, U. S. Navy.

sistema social. Cada um impõe o seu próprio sistema, quando o seu exército o permite conseguir.» (4)

Posteriormente, a União Soviética lançou-se no fabrico acelerado de armas nucleares, preocupando-se essencialmente com aspectos quantitativos, o que lhe permitiu passar sucessivamente de uma situação de nítida inferioridade em relação aos Estados Unidos, a uma situação de paridade e, mais tarde, mesmo de superioridade em alguns aspectos, tais como o número e a potência das armas.

Nesta corrida aos armamentos, os arsenais atingiram níveis que ultrapassam em muito o considerado necessário para a total destruição do
adversário, em caso de guerra. A potência total das armas nucleares existentes é equivalente a dez toneladas de alto explosivo por habitante da
Terra. Mas, por outro lado, afirma-se que, por exemplo, só a força de
mísseis POLARIS da Inglaterra já permite infligir «danos inaceitáveis»
à União Soviética. Esta contradição e esta capacidade de «sobrematar»,
como referiu o Almirante Eberle (5) poderá contribuir para reforçar as
atitudes pacifistas que vêm minando o apoio público, mesmo às forças
convencionais.

O desenvolvimento tecnológico já na II Guerra Mundial teve uma importância extraordinária. Basta recordar o aparecimento dos sistemas de detecção ASDIC e RADAR na Batalha do Atlântico e as consequências do lançamento das duas bombas atómicas sobre o Japão. Hoje, essa importância é cada vez maior.

Sendo irrelevante manter a dissuasão à custa do emprego de mais armas, tem-se procurado a sua substituição por outras mais precisas, menos vulneráveis e com maior capacidade de penetração.

Assim, hoje, e ao contrário do que sucedeu nas primeiras décadas do pós-guerra, o grande volume dos arsenais é talvez mais uma consequência da procura constante de armas mais sofisticadas e eficientes do que da necessidade de constituir forças numericamente importantes. Nestas condições, torna-se cada vez menos significativa a simples comparação de números.

^(*) Pedro Varanda de Castro, «Yalta: o leilão da Polónia», Expresso, 6Fev82.

^(?) Almirante Sir James Eberle, «Maritime Strategy — Opening remarks», Navy International, Dez81, pág. 713.

E há tremendas dúvidas sobre a eficiência das armas do eventual adversário. As armas mais modernas, tal como os sistemas de defesa, ainda não foram verdadeiramente testadas. Sobre as características dos novos sistemas de armas soviéticas pouco transparece. O que se conhece é baseado em observações à distância e análise, hoje já bastante perfeita, mas efectuadas por técnicos ocidentais à custa da experiência e conhecimentos desses peritos ocidentais, em laboratórios, campos de experiências ou jogos de guerra concebidos por ocidentais, que se desenvolvem em calmas situações de paz ou em ambientes de guerra artificiais. A capacidade para tirar bom rendimento dessas armas em situações reais de guerra é ainda uma grande incógnita.

Entidades responsáveis dos países da NATO têm admitido que o avanço tecnológico, a tradição, a experiência e o treino das forças ocidentais podem ainda superar, em muitos aspectos, o desfavorável desequilíbrio das armas.

Postas estas considerações, referir-se-ão agora alguns números.

Para isso, os sistemas de forças a relacionar foram agrupados do seguinte modo:

FORÇAS NUCLEARES

ESTRATEGICAS

ESTRATEGICAS

SLBM's
BOMBARDEIROS

TNF (Forças nucleares de teatro)

FORÇAS CONVENCIONAIS TERRESTRES
NAVAIS e AERONAVAIS
AREAS

II. ICBM's — Mísseis Balísticos Intercontinentais

Ao comparar os mísseis balísticos intercontinentais interessa considerar: o número de vectores, o alcance, a precisão, o número de cargas explosivas por ogiva e a potência dessas cargas.

Pelo Quadro 1 (6), vê-se que é nítida a superioridade da União Soviética em relação aos Estados Unidos, no que se refere ao número de mísseis, ao número e à potência das ogivas.

QUADRO 1

MISSEIS BALISTICOS INTERCONTINENTAIS
(ICBM's)
1981

и.•	TI	РО	ALCANCE (km)	OGIVAS	ANO
EUA = 10	052				
52	TITAN I	I	15 000	1 × 9 MT	1962
450	MINUTE	MAN II	11 300	1 × 1-2 MT	1966
550	MINUTE	TMAN III	13 000	3 MIRV	1970
URSS = 1	1398				
580	SS-11	MOD. 1 MOD. 2	10 500	1 × 1-2 MT 3 MIRV	1966
60	SS-13		10 000	1 × 1 MT	1968
150	SS-17	MOD. 1 MOD. 2	10 000	4 MIRV 1 × 5 MT	1975
		MOD. 1	10 500	1 × 18-25 MT	
	SS-18	MOD. 2	9 300	2 MIRV	1975
308		MOD. 3	10 500	1 × ?	1973
		MOD. 4	?	1 × 10-50 MT	
		MOD. 1	11 000	6 MIRV	1975
300	SS-19 MOD. 2	10 200	1 × 5 MT	7	

⁽¹ MT, equivalente a 1 milhão de tons. de TNT).

^(*) A grande maioria dos elementos indicados nos quadros 1 a 6, 8, 9, 11 e 12, foi extraída do Military Balance 1981-1982, IISS, Londres.

Nos ICBM's norte-americanos, após 1970, apenas se registou a modernização dos MINUTEMAN III, substituindo as ogivas simples por ogivas MIRV (7).

Mas a União Soviética tem vindo a modernizar a sua força de mísseis intercontinentais, desde 1975. Os SS-17, SS-18 e SS-19, a maioria com ogivas MIRV, são muito mais precisos do que os anteriores; considera-se que uma parte apenas desta força nuclear pode, num só ataque, destruir todos os ICBM's norte-americanos, nos seus silos. Esta nova geração de mísseis permitiu aos soviéticos ultrapassar os norte-americanos também no potencial de destruição rápida de alvos fortemente protegidos («time-urgent hard target kill potential») (8); este potencial depende de dois factores, a precisão e a potência da carga explosiva. Em face disso, os Estados Unidos reforçaram os silos dos MINUTEMAN III, embora sem conseguir inteiramente a sua invulnerabilidade.

Assim, em 1975 iniciou-se um período de nítida inferioridade dos EUA em relação à URSS; abriu-se a «janela da vulnerabilidade» (8), janela que só se fechará, provavelmente, em 1989, quando estiverem operacionais os novos 200 mísseis MX (10).

Embora o tipo da sua instalação no terreno ainda não esteja decidido, admite-se que cada míssil disporá de uma rede de 26 abrigos distribuídos ao longo de uma pista circular de cerca de 20 quilómetros, entre os quais se desloca frequentemente, num veículo transportador-erector-lançador, de modo a não permitir a sua localização exacta. O primeiro teste de lançamento de um modelo do MX (com as mesmas dimensões, forma e peso, mas sem ogiva nem equipamento electrónico) efectuou-se

⁽¹) As ogivas simples foram inicialmente substituídas por ogivas de cargas múltiplas (MRV — Multiple Re-entry Vehicle), que não eram orientáveis e, portanto, apenas alargavam a área de impacto, aumentando a probabilidade de atingir o alvo. Aperfeiçoamentos posteriores introduziram a ogiva de múltiplos veículos de reentrada na atmosfera orientável independentemente (MIRV — Multiple Independently-targetable Re-entry Vehicle), podendo, a partir da ogiva e antes da reentrada, orientar-se cada carga em direcção ao seu alvo. Brevemente devem ser instaladas ogivas MARV (Manocuvable Re-entry Vehicle) com sistemas mais perfeitos de orientação das próprias cargas, após se terem separado da ogiva.

^(*) Os bombardeiros estratégicos não são, actualmente, incluídos no potencial de destruição «rápida» de alvos fortemente protegidos (ex: silos), dado o tempo relativamente longo que gastam para alcançar o alvo. Deverão vir a ser incluídos neste potencial quando estiverem dotados com os novos mísseis de cruzeiro (ALCM).

^{(*) «}East-West strugle», The Economist, 26Dez81, pág. 44.

já em princípios de Fevereiro de 1982 (11) e o primeiro teste de um míssil real está previsto para Janeiro de 1983 (10).

Entretanto, e como referiu o General David Jones, USAF, Presidente do Estado-Maior Conjunto, os Estados Unidos enfrentarão, «durante a maior parte desta década, um período de elevado risco e grande incerteza, na relação de forças estratégicas». Esta situação é uma consequência de «quinze anos de negligência estratégica» (12).

III. SLBM — Mísseis balísticos lançados por submarinos

Os submarinos lançadores de mísseis balísticos de propulsão quer nuclear (SSBN) quer diesel (SSB), constituem o ramo menos vulnerável da «Triad» nuclear estratégica, uma vez que ainda é impossível mantê-los como alvo de um ataque «preemptivo» (13).

Ao contrário do que sucede com os mísseis balísticos intercontinentais, a força de submarinos estratégicos dos países ocidentais está distribuída pelos Estados Unidos da América, Reino Unido e França.

No que se refere a números totais de submarinos, de mísseis balísticos lançados por submarinos (SLBM) e de megatonelagem, há uma vantagem razoável da União Soviética em relação aos países do Ocidente (Quadro 2).

No entanto, todos os submarinos ocidentais são de propulsão nuclear, o que lhes confere uma grande autonomia; a União Soviética tem quinze submarinos de propulsão diesel, da classe GOLF e está a reconverter alguns submarinos de propulsão nuclear da classe YANKEE I em submarinos de ataque, por serem demasiado velhos (actualmente estão em reconversão mais cinco submarinos). Além disso, os mísseis ocidentais, com excepção dos franceses, são de ogivas múltiplas, a maioria do tipo MIRV (Quadro 3); dos mísseis soviéticos, apenas dois modelos estão dotados de ogivas múltiplas, e apenas num a ogiva é do tipo MIRV. Assim, o número de cargas nucleares que os mísseis ocidentais podem lançar é mais do que três vezes superior ao das cargas nucleares soviéticas.

⁽¹⁰⁾ General David C. Jones, USAF, Military Posture for Fy 1981, pág. 41.

^{(11) «}Fleding Flight of the new bird», Time, 22Fev82, pág. 39.

⁽¹²⁾ General David C. Jones, op. cit., pág. iii.

⁽¹⁾ Vem sendo designado «ataque preemptivo» o que se realiza por antecipação a um ataque iminente do adversário. «Ataque preventivo» é aquele que se efectua com uma maior antecedência e visa evitar que o inimigo alcance o poder suficiente para constituir uma grave ameaça. O recente ataque israelita à central nuclear iraquiana foi, segundo o ponto de vista israelita, um ataque preventivo que visava evitar que o iraque fabricasse armas nucleares.

QUADRO 2
SUBMARINOS LANÇADORES DE MÍSSEIS BALÍSTICOS

(1981)

	OESTE			LESTE		
N.*	i.• CLASSE MISSEIS		N.º	CLASSE	Misseis	
	EUA		URSS			
31	4 LAFAYETTE 64 TRIDENT I C4 (4 × 16)			11 DELTA III	176 SS-N-18 (11 × 16)	
SSBN	27 LAFAYETTE	432 POSEIDON C3 (27 × 16)	33 SSBN	4 DEDLTA II	64 SS-N-8 (4 × 16)	
5 SSBN	E WACHINGTON (5			18 DELTA I	216 SS-N-8 (18 × 12)	
	U.K.			1 YANKEE II	12 SS-NX-17	
4 SSBN	A DECOLUTION		29 SSBN	10 YANKEE I	160 SS-N-6 (M1) (10 × 16)	
	FRANÇA			18 YANKEE I	288 SS-N-6 (M3) (18 × 16)	
5 SSBN	5 REDOUTABLE	80 M-20 (5 × 16)	7 SSBN	1 HOTEL III	6 SS-N-8	
				6 HOTEL II	18 SS-N-5 (3 × 6)	
				1 GOLF III	5 SS-N-8	
			15 SSB	1 GOLF IV	5 SS-N-6 (M2)	
				13 GOLF II	39 SS-N-5 (a) (13 × 3)	
		тот	TAIS			
	45 SSBN	720 SLBN	8-	4 SSBN/SSB	989 SLBM	

⁽a) Não incluídos no SALT (considerados TNF pelos EUA).

QUADRO 3

MISSEIS BALISTICOS LANÇADOS POR SUBMARINOS (SLBM)

(1981)

TI	PO	N.º	ALCANCE (MN)	TIPO OGIVA	ANO
EUA 57	6				
POLARIS	A3	80	2 500	3 MRV = 240	1964
POSEIDO	N C3	432	2 500	10 MRV = 4 320	1971
TRIDENT	1 C4	64	4 000	8 MIRV = 512	1980
U. K.64					
POLARIS	A3	64	2 500	3 MRV = 192	1967
FRANÇ	A 80				
M-20		80	1 600	1 = 80	1977
TOTAL	do Ocident	e 720		5 344	
URSS					
SS-N-5		57	600	1 = 57	1964
	MOD. 1	160	1 300	1 = 165	
SS-N-6	MOD. 2	5			1969
	MOD. 3	288	1 600	2 MRV = 576	
SS-N-8		291	4 300	1 = 291	1972
SS-NX-17		12	2 700	1 = 12	1977

4 500

176

TOTAL do P. V. 989

SS-N-18

1 629

3 MIRV = 528

1978

Por outro lado, e apesar do desenvolvimento constante de toda a Marinha soviética, considera-se que os submarinos ocidentais são tecnicamente mais avançados, o material e equipamentos suportam melhor longos períodos de contínua actividade operacional e as guarnições são mais experientes e melhor treinadas.

No que respeita a estes sistemas de armas, a evolução tem sido constante, em todos os países. Os aspectos mais importantes dessa evolução são:

1. Nos EUA:

- a. Mais oito SSBM da classe LAFAYETTE devem completar no corrente ano a substituição dos mísseis POSEIDON C3, que serão abatidos, pelos modernos TRIDENT I C4;
- b. Dos cinco SSBN's da classe ALLEN recentemente desarmados, três serão reactivados, desconhecendo-se ainda quais os mísseis com que serão armados;
- c. Oito grandes SSBN's da nova classe OHIO (18 700 tons) estão em construção, tendo um já iniciado as provas de mar. É o primeiro submarino nuclear construído desde 1967. Será equipado com 24 mísseis TRIDENT I C4 e o projecto prevê a construção de onze submarinos desta classe. O programa é dispendioso e está dois anos atrasado. Há quem defenda a construção acelerada de submarinos mais pequenos, quer seja um OHIO modificado, quer um do tipo do submarino de ataque LOS ANGELES, com uns 12 a 16 TRIDENT I C4 (14). Isto porque, até 1995, todos os submarinos POLARIS e POSEIDON das classes WASHINGTON e LAFAYETTE, mesmo os reconvertidos para o TRIDENT I C4, terão de ser abatidos;
- d. Está ainda em estudo um novo SLBM, o TRIDENT D5, muito mais potente e preciso do que o modelo C4

	D5	C4
Alcance	6000 MN	4000 MN
Ogivas	14 (MIRV ou MARV)	8 (MIRV)
Peso/Carga	150 kt	100 kt

⁽¹⁴⁾ Norman Polmar, «Sea based strategic weapons», Naval Forces, n.º VI, Dez81.

Este novo SLBM poderá estar operacional em 1989, data em que, como já se referiu, se concluirá a instalação dos ICBM MX.

2. No Reino Unido, os POLARIS A3 serão substituídos por novos mísseis equipados com ogivas inglesas CHEVALINE (possivelmente do tipo MARV).

3. Na França:

- a. Está em construção mais um SSBM, L'INFLEXIBLE, protótipo muito mais avançado de uma nova classe de 5 a 6 unidades;
- b. Os mísseis M-20 estão a ser substituídos pelos M-4, com maior alcance (2100 MN) e ogivas múltiplas, tipo MIRV, de 6 cargas nucleares.

4. Na União Soviética:

- a. O míssil SS-NX-17 com nova ogiva do tipo MIRV já foi experimentado:
- b. Está em construção um grande submarino, o TYPHOON, que se poderá comparar ao norte-americano OHIO. Será portador de 20 mísseis SS-NX-20, com ogivas do tipo MIRV, de 12 cargas. Nos fins de 1981 foi entregue mais um DELTA III. Há mais submarinos destas duas classes, em construção.

Referiu-se mais do que uma vez o maior alcance dos novos mísseis lançados por submarinos. No entanto convém notar que o principal interesse destes grandes alcances não é a possibilidade de atingir alvos instalados bem no interior de grandes países como os EUA e a URSS, mas sim o de permitir alargar a área de patrulha dos submarinos, mantendo alvos importantes dentro do alcance dos seus mísseis. Assim, os submarinos poderão aumentar extraordinariamente a sua capacidade de sobrevivência e, consequentemente, de dissuasão, quer conservando-se nas águas defendidas pelo seu próprio país, quer patrulhando áreas como o Índico, com fraca concentração de navios de luta anti-submarina.

A atenção que vem sendo prestada à modernização deste sistema de armas permitiu uma redução de armamentos, sem que tivesse diminuído a capacidade de dissuasão. De 1980 a 1981 os Estados Unidos reduziram o seu arsenal de 100 SLBM e de 272 ogivas nucleares com um total de

43.2 M toneladas de potência nuclear; na União Soviética, a redução foi de apenas 14 mísseis mas, por outro lado, o número total de cargas nucleares das ogivas aumentou.

Em face do exposto poderá concluir-se, no que respeita a este ramo da TRIAD nuclear estratégica, que o desequilíbrio é favorável ao Ocidente e espera-se que esta situação se mantenha, pelo menos durante toda esta década.

IV. Bombardeiros estratégicos

O terceiro e último elemento da Triad nuclear estratégica é constituído pelos bombardeiros estratégicos. Estes têm a vantagem de poder colocar, com precisão a longa distância e em vastas áreas, cargas relativamente grandes de engenhos nucleares, bombas ou mísseis ar-superfície.

No quadro 4 comparam-se as forças de bombardeiros estratégicos do Ocidente e da URSS (os restantes países do Pacto de Varsóvia não dispõem destes aviões). No corrente ano, os 48 VULCAN B-2 ingleses deixarão de estar operacionais, devendo ser substituídos pelos TORNADO. Quanto ao BACKFIRE, o mais moderno e sofisticado avião soviético, existem várias versões, num total de 250 unidades, e continuam a ser fabricados cerca de 30 por ano. Embora várias publicações inglesas os incluam nas forças nucleares estratégicas soviéticas, os Estados Unidos consideram que lhes são atribuídas prioritariamente missões periféricas e marítimas, ainda que não excluam a possibilidade de virem a actuar como bombardeiros intercontinentais, nomeadamente se forem reabastecidos em voo.

Os números totais não parecem muito favoráveis ao Ocidente. No entanto é preciso considerar que os bombardeiros ocidentais:

- a. São tecnicamente mais avançados e com maior capacidade de penetração, nomeadamente o FB-111 A norte-americano e o MI-RAGE IV A francês;
- b. São, na sua grande maioria, de longo raio de acção;
- c. Têm uma capacidade total de carga de bombas extraordinariamente superior (26,5 milhões de libras contra 14 milhões dos aviões sovié-

QUADRO 4

BOMBARDEIROS ESTRATÉGICOS

N.º	DESIGNAÇÃO	TIPO	CARGA DE BOMBAS(18001)

EUA 412

	De longo raio de acção	173 B-52 G	12 000	70
347		96 B-52 H	16 000	70
		78 B-52 D	9 900	60
65	De médio raio de acção	FB-111 A	4 700	37.5

Desmontados: 223 B-52 (todas as séries).

FRANÇA 33

	De médio raio			
33	de acção	MIRAGE IV A	3 200	16

URSS 650

150	De longo raio de acção	105 Tu-95 BEAR A/B	12 800	40
		45 Mya-4 BISON	11 200	20
500 (a)	De médio raio de acção	310 Tu-16 BADGER	6 400	20
		125 Tu-22 BLINDER	2 250	12
		65 Tu 22M BACKPIRE B	8 000	17.5

(a) Apenas 365 se encontram na URSS europeia.

ticos); o inventário norte-americano de mísseis ar-superfície é mais do que quatro vezes superior ao soviético (cerca de 1250 para 300).

Quanto à provável evolução para a presente década, salienta-se a adaptação dos B-52 G norte-americanos para o lançamento de mísseis de cruzeiro (ALCM); o programa está em curso e 16 bombardeiros já foram entregues em Dezembro de 1981. Os mísseis de cruzeiro podem destruir alvos estratégicos fortemente protegidos e têm uma capacidade de penetração muito superior à do avião lançador; este, por seu turno, poderá manter-se a maior distância das áreas densamente defendidas, aumentando largamente a sua capacidade de sobrevivência. Estão encomendados 920 ALCM's; este programa, tal como os do ICBM MX e o dos TRIDENT D5, estará concluído em meados desta década.

Os Estados Unidos, apessar de necessitarem urgentemente de substituir os B-52 mais antigos, atrasaram muito o programa do já tão discutido B-1. Entretanto os prótotipos foram sofrendo modificações existindo já um modelo B-1B. Em Outubro de 1981 o Presidente Reagan deu o seu apoio ao programa de construção de 100 B-1B's e aguarda-se agora a decisão do Congresso. Este avião, com grande capacidade de penetração, pode transportar um número máximo de 38 bombas nucleares a lançar por gravidade, ou 22 novos mísseis de cruzeiro ou ainda 128 bombas convencionais (15).

A URSS continua, como já se referiu, a construção do BACKFIRE, ao ritmo de 30 aviões por ano; admite-se ainda que esteja a preparar a construção de um novo bombardeiro e de um outro grande avião lançador de mísseis de cruzeiro, sendo possível que haja alguns operacionais em 1988 (16).

V. TNF — Forças nucleares de teatro

As actualmente designadas «forças nucleares de teatro» (TNF) existem na Europa, pelo menos desde 1959. Na verdade, nesse ano foram instalados os mísseis soviéticos de médio alcance SS-4, em 1961 os de alcance intermédio SS-5 e em 1962 as forças dos EU estacionadas na

(16) General David C. Jones, op. cit., pág. 10.

⁽¹⁵⁾ Philip Geddes, «B-1B: The bomber which came back», International Defence Review, 1/1982, pág. 43.

Europa e as da República Federal da Alemanha passaram a dispor do PERSHING I A, de curto alcance (17).

Até meados da década de 70 a situação foi aceite sem grande controvérsia, porque:

- a. Todos os mísseis balísticos eram pouco precisos;
- b. Os PERSHING 1 A não atingem a URSS:
- c. O Ocidente admitiu que os SS-4 e SS-5 seriam usados apenas numa salva de retaliação no caso de a NATO desencadear uma ofensiva, o que estava fora de questão;
- d. A superioridade do Ocidente em armas nucleares estratégicas era indiscutível (18).

Mas, a partir de 1974 e até fins de 1981, os soviéticos acrescentaram ao seu inventário de sistemas de armas do teatro europeu 250 mísseis SS-20, com ogiva MIRV de três cargas, 65 bombardeiros BACKFIRE, e ainda 1180 aviões de ataque ao solo FENCER e FITTER, todos com capacidade nuclear.

A relação actual das forças nucleares no teatro europeu é a que se indica nos Quadros 5 e 6. É difícil obter elementos correctos sobre estes sistemas de armas, porque não há um critério uniforme de classificação, porque os vectores são dotados de grande mobilidade e ainda porque outras plataformas do mesmo tipo das indicadas, já existentes, podem rapidamente ser dotadas de armas nucleares. Assim, por exemplo:

a. Consideram-se apenas como armas nucleares de teatro, as de médio e longo alcance, isto é, com mais do que 160 km de alcance, o

ICBM (intercontinentais) — mais do que 3500 MN (6400 km) IRBM de alcance intermédio) — 1300 MN (2400 km) - 3500 MN MRBM (de médio alcance) — 430 MN (800 km) - 1300 MN SRBM (de curto alcance) — menos de 430 MN.

Para as forças nucleares de teatro, a classificação é:

Curto alcance — menos de 100 km Médio alcance — 100 km a 1000 km Longo alcance — mais de 1000 km.

Estão abrangidos pelo acordo SALT os mísseis balísticos com alcance superior a 5500 km (cerca de 3418 milhas terrestres).

(18) «UK/NATO nuclear options for the 1980's», International Defense Review, n.º 9/1979, Suíça, pág. 1487.

⁽¹⁷⁾ Na classificação dos mísseis balísticos, quanto ao alcance, é geralmente adoptado o seguinte critério:

- que as diferencia das armas tácticas, e com menos do que os 5500 km de raio de acção, o que as exclui dos acordos SALT;
- Foram incluídos os mísseis S2/3 franceses, com um alcance de 3000 km, embora eles façam parte da TRIAD nuclear estratégica da França;

QUADRO 5
FORÇAS NUCLEARES DE TEATRO
(TNF)

SISTEMAS DE ARMAS	NATO	P.V.
IRBM	18	290 (a)
MRBM	_	340
SRBM	180	668
SLBM	144 (b)	39 (c)
SUBTOTAL	342	1 337
AVIÕES (base em terra)	1 098	3 095
AVIÕES (embarcados) (d)	72	
SUBTOTAL	1 170	3 095
TOTAL	1 1512	4 432

- (a) 250 são SS-20.
- (b) Admite-se que mais 80 POSEIDON C3 possam ficar sob o Comando do SACEUR.
- (c) Apenas os não abrangidos por SALT.
- (d) Consideram-se na área:
 - 2 porta-aviões dos EUA.
 - 1 dos dois porta-aviões franceses.
- c. Admite-se que dois porta-aviões norte-americanos e um francês se encontrarão numa posição que lhes permita manter os alvos do Pacto de Varsóvia ao alcance dos seus aviões;
- d. Considera-se que os Estados Unidos, enquanto o actual desnível de forças se mantiver, poderão colocar sob as ordens do SACEUR

QUADRO 6 FORÇAS NUCLEARES DE TEATRO (TNF)

	NATO				PACTO DE VARSOVIA			
	SISTEMA ARMAS	ALCANCE R. ACÇÃO (km)	OGIVAS/ SISTEMA	N.º	SISTEMA ARAMAS	ALCANGE R. ACÇÃO (km)		N.°
BALISTICOS	SS BS S 2/3 (FR)	3 000	1	18	SS-20	5 000	3	250
	PERSHING 1A 72-RFA	720	1	180	SS-5	4 100	1	40
ALIS	POLARIS A3 (R.U.)	4 600	1 (a)	64	SS-4	1 900	1	340
	MSBS M-20 (FR)	3 000	1	80	SS-12	900	1	668
MISSEIS	POSEIDON C-3 (c)				SCUD B (18-RDA)	300	1	
					SS-N-5 (b)	1 120	1	39
	TOTAIS		342	342	TOTAIS		1 837	1 837
	VULCAN B-2 (UK)	2 800	2	57	Tu-22M/26 BACFIRE B	4 025	4	65
	F-111 E/F	1 900	2	156	Tu-16 BADGER	2 800	2	310
	MIRAGE IV A (FR)	1 600	1	33	Tu-22 BLINDER	3 100	2	125
	BUCCANNER (UK)	950	2	60	Su-24 (Su-19) FENCER	1 600	2	480
	F-104 (BLE, RFA, GR, IT, HOL, TUR)	800	1	318	MIG-27 FLOGGER D	720	1	500
SES	F-4 (40-TUR)	750	1	364	Su-17 FITTER C/D	600	1	700
AVIOES	JAGUAR (UK, FR)	720	1	80	Su-7 FITTER A	600	1	165
	MIRAGE III E	600	1	30	MIG-21 FISHEBED J-N	400	1	750
	A-6 E	1 000	2	20				
	A-7 E	900	2	40				
	SUPER ETENDARD (FR)	560	2	12				
	TOTAIS		1 515	1 170	TOTAIS		4 205	3 095
то	TAL GERAL		1 857	1 512	TOTAL GERAL		6 042	4 432

- (a) Ogiva MRV (não-orientáveis).
- (b) Consideram-se apenas os 39 (dos 57) não incluídos em SALT.
- (c) Possivelmente, cerca de 80 SLBM (5 SSBN) às ordens do SACEUR.

uma força de cerca de 80 POSEIDONS C-3 (cerca de cinco submarinos LAFAYETTE), embora não se tenha introduzido este valor no quadro.

Face ao evidente desequilíbrio a favor do Pacto de Varsóvia as reacções são bem conhecidas. Os EUA e a URSS iniciaram conversações em Novembro de 1981, em Genebra, para a redução destas armas, falando-se mesmo na opção zero. A NATO discute entre os seus países membros a colocação em território europeu de 108 mísseis PERSHING II e 464 mísseis de cruzeiro, para a eventualidade de as negociações falharem, ou até para pressionar a URSS a negociar. A distribuição destes sistemas pelos países europeus seria a seguinte:

República Federal da Alemanha — 108 Pershing II.

96 Mísseis de cruzeiro.

Reino Unido — 160 Mísseis de cruzeiro.

Itália — 112 Mísseis de cruzeiro.

Bélgica — 48 Mísseis de cruzeiro.

Holanda — 48 Mísseis de cruzeiro.

Uma das características importantes destes mísseis é a mobilidade, e, portanto, a capacidade de sobrevivência. Como disse o General Pierre Gallois, os aliados europeus não têm acompanhado a evolução e mantêm as suas forças, armas, depósitos, etc., concentrados em pontos bem conhecidos do inimigo, ao alcance das armas precisas de que ele já dispõe, e facilmente neutralizáveis nos primeiros momentos de um eventual conflito que, segundo crê, surgirá sem qualquer aviso antecipado (19).

As dificuldades nas conversações de Genebra são imensas e os resultados difíceis de antecipar. O Ocidente procura trocar o que não tem por aquilo que concretamente já o ameaça, trocar intenções por desmantelamento de armas. Estão face a face dois interlocutores com objectivos diferentes (a paridade para um, a correlação de forças para outro), usando linguagem diferente e diferentes critérios de contagem, como se pode avaliar pelo Quadro 7, divulgado recentemente pelo «U. S. News a World Report» (20).

(2º) «Hidden stakes in Geneva arms talks», U. S. News & World Report, 14Dez81, pág. 22.

⁽¹⁹⁾ General Pierre Gallois, «Soviet military doctrine and european defense — NATO's obsolete concepts», Confict Studies, n.º 96, 1978, pág. 13.

QUADRO 7



2 VERSIONS OF NUCLEAR BALANCE IN EUROPE

U. S. Count: Soviets Lead 7 to 1

Intermediate-range nuclear weapons in Europe, as defined by the United States—

U.S.

	_
Missiles	0
F-111 fighter-bombers	164
F-4s	265
A-6s and A-7s	68
FB-111s (based in U. S.)	63
TOTAL	560
U. S. S. R.	
SS-20s	250
SS-4s and SS-5s	350
SS-12s and SS-22s	100
SSN-5s	30
SSN-5s	
TU-26 Backfire bombers	45
TU-16 Badgers and TU-22 Blinders	350
SU-17, SU-24 and MIG-27 fighter-	
-bombers	2,700
TOTAL	3,852

Soviet Count: Forces Are Equal

Intermediate-range nuclear weapons in Europe, as defined by the Soviet Union —

U.S.

Pershing I missiles (range of 400	
nautical miles)	108
Fighter-bombers	555
BRITAIN	
Polaris missiles	64
Vulcan bombers	56
FRANCE	
Land-based missiles	18
Submarine missiles	80
Mirage IV bombers	33
WEST GERMANY	
Pershing I missiles	72
TOTAL	986
U. S. S. R.	
Land-based missiles	496
Submarine missiles	18
Medium-range bombers	461
TOTAL	975

U. S. News & World Report, Dec. 14 1981.

Aristóteles disse: «Para aqueles que procuram em toda a parte a igualdade, ela torna-se uma fonte permanente de subversões. Há duas espécies de igualdade, uma em número, outra em mérito: em número, quando dos dois lados se encontra a mesma multidão ou a mesma grandeza; em mérito, quando existe proporção, quer aritmética... quer geométrica.» (21)

Dir-se-ia que nas negociações para a limitação de armamentos, os EUA procuram uma igualdade numérica e a URSS procura uma igualdade de mérito, proporcional à sua dimensão territorial e à sua percepção das ameaças.

VI. Forças terrestres

A comparação de forças terrestres apresenta ainda maiores dificuldades do que a dos sistemas de armas já referidos.

A organização militar, a estrutura orgânica das divisões e brigadas, a capacidade de reforço rápido ou de mobilização são bem diferentes de país para país. De um modo geral, as divisões do Pacto de Varsóvia têm muito menos homens do que as da NATO (cerca de 11 000 para 18 000), mas dispõem de muito mais armamento, incluindo carros de combate e outras viaturas blindadas (um máximo de 415 para cerca de 324) (22).

Como já foi referido, logo após a II Guerra Mundial, as forças terrestres soviéticas encontravam-se em superioridade numérica em relação às do Ocidente. Porém, várias circunstâncias levaram à alteração rápida desta situação. Salientam-se:

- 1. A radicalização das atitudes políticas dos dois blocos dando origem a um período de guerra fria, que teria atingido o ponto culminante com o bloqueio de Berlim, em 1948/1949.
- 2. A Guerra da Coreia, logo no ano seguinte (1950/1953), na qual participaram forças de alguns países ocidentais, e a consequente necessidade de rearmamento.

⁽²¹⁾ Aristóteles, Tratado de Política, Europa-América, pág. 151.

⁽²²⁾ O Military Balance 1980-1981, do IISS de Londres, indica, para uma divisão blindada dos EUA, 18 300 homens c 324 carros de combate; para uma divisão da RFA, 17 000 homens e 300 carros de combate; para uma divisão soviética, 11 000 homens e 335 carros de combate (pág. vii).

- 3. O desenvolvimento da capacidade nuclear da União Soviética, que levou a NATO a alterar o conceito estratégico do «arame de tropeço» (década de 50), segundo o qual reduzidas forças convencionais ao longo da fronteira teriam como principal missão comprovar um eventual ataque, o que desencadearia uma imediata resposta nuclear.
- 4. Simultaneamente, a resolução dos mais graves problemas de reconstrução da Europa, com a recuperação económica das principais potências e a reorganização das suas Forças Armadas.

A Europa Ocidental alcançou então a superioridade em efectivos militares. Porém, dado o desenvolvimento constante do Exército soviético, apesar de a URSS, entre 1963 e 1964, ter tido necessidade de deslocar apreciáveis forças para a sua fronteira com a China, essa superioridade apenas ligeiramente se acentuou. Hoje, como se pode ver pelo Quadro 8, a vantagem do Ocidente só se verifica em homens e em projécteis guiados anticarro.

De notar que no quadro apenas se incluem as forças soviéticas estacionadas fora da URSS, nos países aliados próximos da Frente Central (Polónia, República Democrática Alemã, Hungria e Checoslováquia). Nesta frente as forças do Pacto de Varsóvia excedem as da NATO, tanto em divisões (1,4:1), como no número total de homens, como ainda no número de carros de combate (2,5:1).

Os Estados Unidos apenas têm cinco divisões estacionadas na Europa. É talvez o único sector onde a participação europeia é substancialmente superior à norte-americana. Porém, as oito divisões de reforço imediato e dezassete das dezanove divisões de reserva indicadas no quadro pertencem aos EUA. A partir do corrente ano, cinco divisões com cerca de 90 000 homens podem reforçar os efectivos estacionados na Alemanha, no prazo de três semanas, onde utilizarão material pré-posicionado (23).

A União Soviética dispõe de cerca de 10 divisões e de 19 000 carros de combate na região europeia do seu território; apesar disso, considera-se que o reforço rápido das forças do Pacto de Varsóvia será mais lento do que o da NATO. Parte-se do princípio que quaisquer preparativos de reforço por parte dos soviéticos serão prontamente detectados.

^{(23) «}East-West strugle», The Economist, 26Dez81, pág. 46.

QUADRO 8
FORÇAS TERRESTRES

		NATO	P. V.	RELAÇÃO NATO/P. V.
HOMENS (Milhares)	FORÇAS ARMADAS	4 933	4 788	1,03:1
	FORÇAS TERRESTRES EUROPA	2 123	1 669 (a)	1,27:1
	RESERVAS (Todos Ramos)	4 646	7 118	1:1,53
	EUROPA	89	78	_
	REFORÇO IMEDIATO	8	10	-
	RESERVA	19	89	_
CARROS	CARROS COMBATE		26 300 (b)	1:1,54
ARTILHARIA	LANÇA FOGUETES	9 502	9 980 (b)	1:1,05
	MISSEIS SS	355	620 (b)	1:1,75
ARMAS ANTICARRO	CANHÕES S/R	964	1 868 (b)	1:1,94
	PROJECTĖIS GUIADOS	5 784	1 437 (b)	4,03:1

⁽a) Inclui apenas os 881 000 militares soviéticos estacionados na Europa, fora da URSS.

⁽b) Estes valores podem quase duplicar com reforços provenientes da URSS.

Já no que se refere à mobilização, tanto a vontade política de mobilizar, como a capacidade para a tomada rápida de decisões e, sem dúvida alguma, o factor geográfico, serão favoráveis ao Pacto de Varsóvia. A única excepção será talvez a mobilização norueguesa para a defesa do flanco norte. De notar que a Noruega, em 1981, aceitou o pré-posicionamento, no seu território, do material de guerra a utilizar pelas forças de reforço rápido britânicas, canadianas e norte-americanas, no caso de conflito. No entanto, esse material fica armazenado a cerca de 1000 km da frente norte.

- O Pacto de Varsóvia tem ainda outras vantagens, como sejam:
- 1. As de natureza logística, em consequência do já referido factor geográfico.
- 2. A do comando unificado, embora haja dúvidas quanto à lealdade de algumas forças, na eventualidade de um conflito na Europa.
- 3. A interoperabilidade do material e equipamentos, por serem quase todos de origem soviética.

Para além dos números apresentados e que dificilmente poderão permitir chegar a uma conclusão sobre a relação de forças, é talvez nos grandes quantitativos das forças terrestres que mais dúvidas poderão surgir quanto à apreciação de outros valores impossíveis de quantificar, tais como o moral, comando, treino, disciplina, iniciativa, etc.

Embora alguns autores afirmem que o Pacto de Varsóvia não poderá atingir a superioridade necessária para alcançar uma vitória decisiva, parece mais prudente concluir que qualquer conflito na Europa envolve riscos tremendos e tem grandes probabilidades de fazer desencadear uma guerra nuclear de incalculáveis consequências.

VII. Forças navais e aeronavais

Os países ocidentais continuam extraordinariamente dependentes do mar para a importação de combustíveis e de matérias-primas e, no caso de conflito, ainda para o reforço e reabastecimento da Europa. Assim, para o Ocidente é vital o livre uso do mar em tempo de paz, e o controle do mar em tempo de guerra.

A União Soviética, quase auto-suficiente, desenvolve uma estratégia marítima que visa alcançar o objectivo primário, clássico, de negar o uso do mar ao Ocidente.

Daqui resulta a necessidade de a NATO manter uma superioridade em forças navais e aeronavais que lhe permita uma contínua e adequada protecção da navegação, contra ataques que podem ser desencadeados no momento, no local e com a intensidade que o eventual adversário tem toda a liberdade de escolher.

A actual relação de forças entre a NATO e o Pacto de Varsóvia é a que se indica no Quadro 9. Esta relação de forças ainda é favorável

QUADRO 9
UNIDADES NAVAIS
(IUL1981)

DESIGNAÇÃO	EUA (a)	URSS	NATO (Inc. França)	P. V.
SUBMARINOS				
SSGN	_	47		47
SSG	_	22	_	22
SSN	79	52	81	52
SS	5	138	129	146
PORTA-AÉREOS	14	4	20	4
CRUZADORES	27	37	30	37
«DESTROYERS»	82	73	169	74
FRAGATAS	78	180	225	184
PEQUENAS UNIDADES	7	834	670	1 234
NAVIOS ANFIBIOS	91	169	488	231
NAVIOS AUXILIARES	78	258	160	272
TOTAIS	461	1 814	1 972	2 302

⁽a) Não inclui 246 unidades diversas da «Coast Guard».

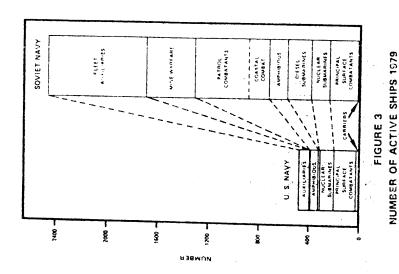
ao Ocidente, se tivermos em conta que, para a consecução dos objectivos referidos, têm interesse especial as unidades com maior capacidade oceânica (a relação dessas unidades, no que se refere às marinhas das duas superpotências, está bem patente no Quadro 10 (24).

⁽²⁴⁾ Understanding Soviet Naval Developments, Department of the Navy, Washington, Jan81, pág. 21.

SOVIET NAVY MINOR SUR COMB MINE WARFARE PRINCIPAL SURFACE COMBATANTS DIESEL SUBMARINES AUXILIARIES NUCLEAR SUBMARINES AMPHIBIOUS CARRIERS PRINCIPAL SURFACE COMBATANTS U. S. NAVY AUXILIARIES NUCLEAR SUBMARINES AMPHIBIOUS CARRIERS WILLIOUS OF TONS

QUADRO 10

FULL LOAD DISPLACEMENT OF SHIPS IN COMMISSION 1979



No entanto, essa superioridade tem vindo a reduzir-se constantemente. Embora o número de unidades navais soviéticas não tenha aumentado substancialmente, parece que o Almirante Gorshkov, no comando da Marinha há 27 anos, conseguiu influenciar a mentalidade tradicionalmente continental dos políticos do Kremlin. Os novos navios são cada vez maiores, com maior autonomia, maiores paióis, melhor armados, e dispõem de sensores mais modernos e sofisticados. A Marinha soviética não é mais uma marinha costeira ou uma marinha de «um só tiro». Além disso, com a recente construção dos porta-aviões da classe KIEV (dois operacionais, um para entrega e o quarto em construção) a Marinha soviética passou a dispor, pela primeira vez na sua história, de aviação embarcada. Cada porta-aviões dispõe de 14 aviões de descolagem vertical Yak-36 FORGER e 16 helicópteros Ka-25 HORMONE. Admite-se que a União Soviética esteja a estudar a construção de um porta-aviões de 60 000 toneladas, com capacidade para cerca de 60 aviões (25).

A aviação naval soviética, dado o seu desenvolvimento muito recente e embora já disponha de cerca de 70 aviões BACKFIRE baseados em terra, está longe ainda de poder competir com as aviações navais dos países da NATO (ver Quadro 11).

Este vasto programa de modernização não permite concluir, de modo algum, que em aspectos como os relacionados com o comando, moral, treino, capacidade operacional, qualidade de material e desenvolvimento de conceitos tácticos, a Marinha soviética tenha ultrapassado Marinhas como as da Inglaterra, França, Estados Unidos e Canadá.

É de notar, por exemplo, que 75% das guarnições soviéticas são constituídas por militares cumprindo três anos de serviço militar obrigatório, enquanto a grande maioria das guarnições das marinhas ocidentais é de militares dos quadros permanentes ou de pessoal cumprindo mais longos períodos de serviço. Por outro lado, 60 a 75% dos navios soviéticos aguardam reparações ou grandes revisões, ao passo que, nas marinhas ocidentais, essa percentagem é de 25 a 33% (26). Para o Índico têm sido destacados os navios mais antigos da Esquadra do Pacífico; estes navios, preparados para operar em climas frios, têm tido vários problemas rela-

⁽²⁵⁾ Soviet Military Power, Department of Defense, Washington, pág. 41.
(26) Jürg Meister, «World naval strategy» in 1981, Armada International, 6/1981,

cionados com resistência do material e com condições de habitabilidade, quando em con ão prolongada naqueles climas quentes. Aqui as marinhas ocidentais têm larga experiência.

Este aspecto é agravado por dois factores de extrema importância: o factor geográfico, que condiciona os acessos ao mar largo e torna muito extensos e vulneráveis os trânsitos entre os portos soviéticos e as áreas de operações, e, por outro lado, o número reduzido de bases navais em áreas distantes, onde possam ter lugar reparações de vulto. Relacionando este facto com a falta de segurança ou de confiança política para o pré-posicionamento de material de guerra em países estrangeiros, poderá encon-

QUADRO 11

AVIAÇÃO NAVAL NO TEATRO EUROPEU
(BASEADA EM TERRA E EMBARCADA)
(JUL1981)

TIPOS DE AVIÕES	NATO	P. V.	RELAÇÃO NATO/P. V.
BOMBARDEIROS		280	_
DE ATAQUE	314	127	2,47:1
CAÇAS	159		_
ASW	106	125	1:1,18
RECON./ECM	235	70	3,61:1
HELICOPTEROS ASW	321	172	1,87:1

trar-se uma justificação para o interesse soviético pela construção de grandes navios auxiliares ou de reabastecimento, como o BEREZINA (de 40 000 toneladas). Além disso, a União Soviética tem possibilidade de recorrer ao apoio da marinha de comércio, controlada pelo Estado. Recorde-se que quando um submarino nuclear teve uma avaria no alto mar, durante cerca de três dias, foi assistido por um navio de apoio à pesca. É surpreendente que em navios de apoio à pesca embarquem técnicos com conhecimentos para efectuar reparações em navios de propulsão nuclear.

No que respeita à NATO, as marinhas europeias têm vindo a especializar-se na defesa costeira ou dos mares adjacentes, na guerra de minas,

luta ASW, etc. Considera-se que, no mar alto e oceanos distantes, caberá essencialmente à Marinha dos EUA enfrentar o poder marítimo soviético

Actualmente, a construção de novas grandes unidades para as principais marinhas está a processar-se com razoável equilíbrio. Não se espera grande alteração na relação de forças já apresentada, no que se refere a números. No entanto, tudo indica que a Marinha soviética aumentará mais ainda a sua capacidade oceânica e continuará a desenvolver grandes esforços no sentido de aumentar a operacionalidade das suas unidades, o treino e a eficiência das suas guarnições.

VIII. Forças aéreas

A relação dos meios aéreos estacionados na Europa é a que se indica no Quadro 12. Tal como sucedeu quando da comparação das forças terrestres, os aviões estacionados no território soviético não estão indicados no quadro. Em caso de conflito, e dada a grande mobilidade destes meios, tanto os aviões estacionados na União Soviética como os estacionados nos Estados Unidos podem rapidamente elevar para mais do dobro os quantitativos apresentados. De qualquer maneira, a relação de forças é, na globalidade, favorável à NATO.

Mas também neste caso, e talvez até em especial neste caso, não são só os números que interessa considerar. Na generalidade, os aviões ocidentais são bastante superiores aos melhores aviões soviéticos. Salientam-se, por exemplo, os caças norte-americanos F-15 EAGLE (de que existem perto de 670, prevendo o programa de construções um total de 729, até 1983) e o F-16 FALCON (de que existem cerca de 450, prevendo-se a construção de um total de 1388), e ainda o avião de ataque ao solo TORNADO, que entra ao serviço das Forças Aéreas da Inglaterra, República Federal da Alemanha e Itália, estando desde já prevista a construção de 485 aviões.

Além disso, os cerca de 2000 aviões soviéticos cedidos aos países do Pacto de Varsóvia e que estão incluídos no Quadro 12 são modelos antigos.

Interessa ainda notar que o ritmo de missões que os meios aéreos ocidentais podem executar é francamente superior ao dos aviões do Pacto de Varsóvia.

No entanto, durante a década de 70, a União Soviética também modernizou a sua Força Aérea, lançando os novos aviões Su-24 FENCER, Su-17 FITTER, MIG-25 FOXBAT e MIG-23 FLOGGER. Com estes modelos, a Aviação Frontal soviética adquiriu uma capacidade ofensiva que até então não possuía. Actualmente tem estado a atribuir aviões das novas gerações dos MIG-23/27 FLOGGER e Su-17 FITTER às Forças Aéreas Tácticas estacionadas na República Democrática Alemã e na Checoslováquia. De acordo com um estudo recentemente publicado, este novo dispositivo permitirá ao Pacto de Varsóvia realizar um total de cerca de 5076 missões diversas por dia, sobre a Europa Ocidental (27).

QUADRO 12

FORÇAS AÉREAS NO TEATRO EUROPEU

(JUL1981)

TIPOS DE AVIÕES	NATO (a)	P. V.	RELAÇÃO NATO/P. V.
BOMBARDEIROS	81	365	1:4,51
ATAQUE AO SOLO	2 293	1 755	1,31:1
CAÇAS	204	665	1:3,26
INTERCEPTORES	572	1 490	1:2,61
RECON./ECM	397	524	1:1,32
HELICOPTEROS ARMADOS	733	156	4,70:1

⁽a) Não inclui os meios aéreos soviéticos estacionados na URSS.

Uma vantagem notável do Pacto de Varsóvia reside no facto de todas as suas forças aéreas serem constituídas apenas por cinco modelos de aviões, produzidos por dois fabricantes, o que, evidentemente, muito favorece os aspectos logísticos e operacionais.

Este progresso da Aviação soviética e esta vantagem do Pacto de Varsóvia não impedem que, neste âmbito e como já foi referido, a relação de forças seja favorável à NATO. Não se prevê qualquer alteração sensível no futuro próximo.

⁽⁷⁾ Paul Rossi, «Warsaw Pact First strick capability in a possible air attack on Central Europe», Armada International, 3/1981, pág. 10.

IX. Conclusões

A relação de forças entre a NATO e o Pacto de Varsóvia foi nitidamente favorável, até ao início da década de 70. Hoje, embora não se possa falar em equilíbrio, terá que se reconhecer que existem vantagens pontuais para cada uma das partes.

A União Soviética conseguiu alcançar a superioridade na generalidade dos sistemas nucleares, nomeadamente os mísseis balísticos intercontinentais e as forças nucleares de teatro. Além disso, tem vindo a desenvolver um notável esforço de modernização dos seus sistemas de forças, tendo já alcançado alguns êxitos, praticamente em todos os sectores.

Entretanto, os países da NATO atravessaram um período perturbado, durante o qual os problemas da defesa foram relegados para segundo plano. Talvez para isso tenham contribuído os efeitos da guerra do Vietname, a crise do petróleo, as pressões exercidas pela opinião pública fortemente influenciada por ideias pacifistas e a dificuldade de entendimento quanto às atitudes políticas a assumir, face às intervenções soviéticas em diversos pontos do Globo.

Em 1979 a NATO procurou inverter esta tendência, decidindo aumentar as despesas com a defesa. Esta atitude recebeu novo impulso a partir de 1981, com a tomada de posse do Presidente Reagan, dos EUA. Apesar disso, grande número de programas de modernização, tais como os do bombardeiro B-1B, do TORNADO, do submarino OHIO, dos ICBM MX e das forças nucleares de teatro, têm sofrido atrasos consideráveis. De qualquer maneira, os efeitos das decisões então tomadas só em fins da década começarão a fazer-se notar. Até lá a NATO atravessará um periíodo de relativa vulnerabilidade.

Não parece provável que a União Soviética, mesmo neste período, admita a hipótese de atacar militarmente, e com êxito, a Europa Ocidental. Qualquer iniciativa deste género teria sempre efeitos catastróficos. Mas já é possível que pretenda alcançar outros objectivos, tais como:

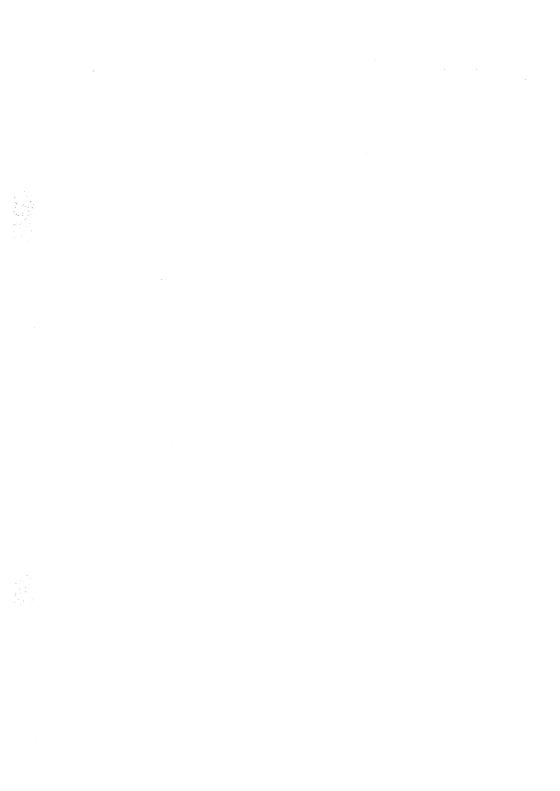
- 1. Engrandecer o prestígio da União Soviética, através do poder militar, e melhorar a sua imagem de superpotência.
- 2. Alcançar um poder nuclear e militar que lhe permita passar de potência dissuadida a potência dissuasora, o que lhe conferirá grande

- liberdade de acção, caso pretenda intervir, sem receio de intimidações ocidentais, no que considera ser a sua área de influência.
- 3. Continuar a desenvolver o seu poder marítimo e aéreo, de modo a poder projectar e utilizar o poder militar a favor da política externa, em qualquer parte do Globo.
- 4. Estar apta a entrar com o Ocidente, e em especial com os Estados Unidos, numa competição de influências políticas no Terceiro Mundo e até numa guerra pelos recursos naturais.

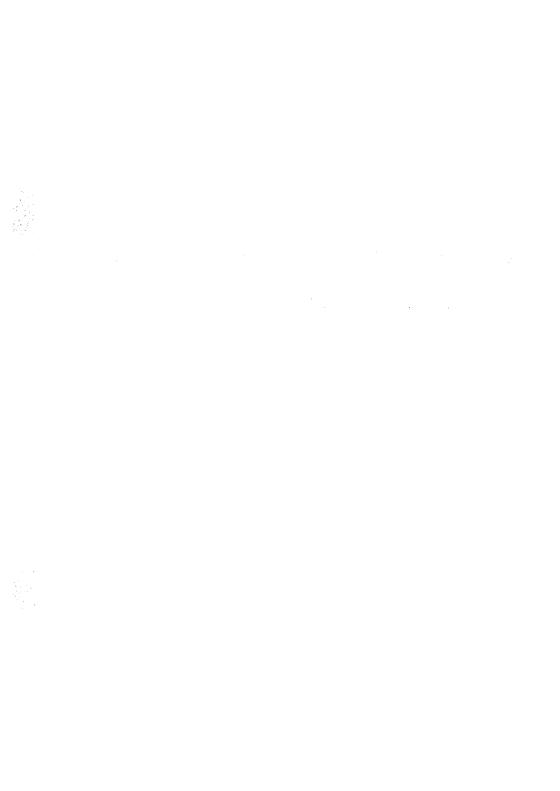
Assim, embora a actual relação de forças possa evitar qualquer aventura armada na região da Europa ou da América do Norte, o desenvolvimento do poder militar soviético pode proporcionar a capacidade para interferir nos interesses vitais dos países da NATO em áreas distantes, o que, a verificar-se, não deixa de constituir uma grave ameaça à paz mundial. A terceira guerra mundial pode começar fora da Europa, ou então, como afimou o General alemão Ulrich de Mazière, «pode verificar-se o colapso da Europa, sem que haja guerra» (28).

A. E. Sacchetti
Capitão-de-mar-e-guerra

⁽²⁸⁾ General Ulrich de Mazière, «Desense preparedness in Europe», Armada International, 2/1981, pág. 21.



A PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS ALIMENTARES



A PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS ALIMENTARES (*)

SUMÁRIO:

- 1 INTRODUÇÃO
- 2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
- 3 OS ALIMENTOS
- 4-O BINÓMIO POPULAÇÃO/ALIMENTOS
- 5 PERSPECTIVAS FUTURAS
- 6 OS ALIMENTOS E AS TENSÕES MUNDIAIS
- 7 BIBLIOGRAFIA

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — Se não fora a componente espiritual do homem que o distingue e sobreleva das outras criaturas, bem poderia dizer-se que nos tempos em que vivemos e certamente com maior preocupação naqueles que se aproximam, a grande prioridade, a primeira prioridade hoje apresentada aos seres humanos, é garantir a subsistência de uma população que, no dia a dia, vivido neste vale de lágrimas, mas desejado como um caminho de esperança, vem aumentando constantemente.

E não se trata apenas e só de exercitar uma «obra de misericórdia» e muito menos desenvolver ou pôr em prática conceitos de natureza filantrópica mais ou menos encapotada.

É necessário e urgente que cada um de nós se consciencialize, e actue em conformidade, de que o «dar de comer a quem tem fome» tem de ser uma resposta inteligente e, por isso, interessada, a um dos direitos mais indiscutíveis da pessoa humana, há muitos anos reconhecido por direito natural entre as pessoas de intenção recta e conduta correspondente e que os areópagos internacionais têm nos últimos anos várias vezes reafirmado.

^(*) Conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional em 25 de Fevereiro de 1982 integrada no Curso de Defesa Nacional de 1982.

Tudo o que se faça para aumentar a produção dos bens alimentares, para garantir um seu melhor aproveitamento, para assegurar uma sua melhor distribuição de forma a eles chegarem dos locais onde são superabudantes aos outros onde, por ironia do destino, a fome é como que «o pão nosso de cada dia», tem de assumir nos dias de hoje carácter prioritário na hierarquização dos problemas enfrentados pela humanidade.

Tem de se colocar em destaque, em evidência, o homem cuja sobrevivência é necessário assegurar, empenhando coração e fazenda numa cruzada que não pode ser comprometida, nem falseada, nem limitada pela situação geográfica dos indivíduos, pelo credo religioso que professam, pela cor da pele, pelo nível de cultura, pela ideologia política que seguem ou pelo sistema social que livremente aceitam.

A persistência das condições degradantes de pobreza é um escândalo do mundo moderno conforme disse o Papa João Paulo II em 14 de Novembro de 1981 aos participantes da 21.ª Assembleia Plenária da FAO [24].

1.2 — Muitas pessoas se vêm interrogando sobre qual irá ser o futuro da humanidade.

Como parâmetro fundamental vão-se retomando as ideias de Malthus e de tantos seus antecessores e continuadores. A população cresceria a uma taxa mais elevada que a das disponibilidades alimentares e o colapso seria fatal.

Se estas previsões fossem exactas, já hoje aqui não estaríamos reunidos.

Com efeito, os seguidores da escola malthusiana já previram a extinção da humanidade por falta de alimentos para o princípio deste século e outros vão sucessivamente marcando novos prazos e outras datas mas nós ainda cá nos mantemos vivendo e, por estranho que pareça, dispondo, em termos matemáticos, de alimentos em situação excedentária.

Basta referir que só os «stocks» de cereais atingiram no fim do ano de 1981 cerca de 211 milhões de toneladas [8], o que corresponde a cerca de metade da produção mundial e seriam suficientes para satisfazer as necessidades de importação da Europa por cerca de 4 anos.

2 — EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

2.1 — Vejamos muito resumidamente o que se passa com a população.

O aumento da população verificou-se muito lentamente nos tempos antigos.

Cita-se que no ano 7000 a.C. a população mundial não ultrapassaria aquela que no momento actual vive em Portugal, isto é, cerca de 10 milhões de pessoas. E até cerca de 1830, os aumentos foram relativamente pequenos.

Com efeito, em 9 mil anos, isto é, desde aquele ano já longínquo até ao princípio do século, a população aumentou apenas 1100 milhões o que representa, em média, um acréscimo de 100 000 pessoas por ano em relação à população mundial e de 1 % em relação ao valor de partida.

Mas, já nos 100 anos que se seguiram a 1830, a população duplicou e passou a 2 mil milhões, o que corresponde a um aumento médio anual de cerca de 10 milhões e de 1 % em relação ao valor de 1830.

Nos trinta anos seguintes, isto é, de 1930 a 1960, a população teve um aumento de 50 % e situou-se em 3 mil milhões, o que corresponde a um aumento médio anual de 33 milhões de pessoas e de 3,3 % em relação ao valor de 1930.

Em 1980, a população deverá ter atingido 4400 milhões e no dealbar do século vinte e um, se nada houver de anormal que restrinja o seu crescimento, os seres humanos neste planeta atingirão 6000 milhões ou seja, em valores globais, cerca de 6 vezes aquela que existia cem anos antes [11, 12, 16].

Os estudos recentes das Nações Unidas sobre a evolução da população mundial indicam que esta será, dentro de um século, de cerca de 11 a 15 mil milhões, mas alguns especialistas da demografia levantam dúvidas da possibilidade e até da legitimadade de, nos dias em que vivemos, se fazerem previsões nesta matéria que sejam válidas para além dos próximos 15 a 25 anos [4].

De uma forma ou de outra, parece realista e prudente considerar-se que no ano 2000 teremos de assegurar alimentos a uma população que entretanto cresceu 50 % e a três vezes a actual, daqui a cem anos.

2.2 — Fala-se muito do aumento da população mundial, atemorizaram-se as pessoas com números já dificilmente mensuráveis, atira-se com o fantástico valor dos 6 mil milhões de pessoas que o mundo terá daqui a duas dezenas de anos, exactamente quando a humanidade passar de século e de milénio.

Mas o que são quatro mil milhões de pessoas?

É muita gente? Com certeza que sim.

Vamos tentar materializar esse número e para isso admitamos que nos seria possível reunir todos os seres humanos numa gigantesca concentração ocupando cada um 1 m² de terreno.

Pois se assim fosse possível fazer, mas nada nos impede de o imaginar, todos caberiam, naturalmente, em 4 mil milhões de metros quadrados e isso corresponderia apenas e só a uma superfície que nem sequer ocuparia a nossa província do Algarve [20].

Talvez este número tranquilize tantos e tantos que estão preocupados com a sobrevivência da humanidade e desmascare aqueles que apregoam desgraças e defendem leis para reduzir o crescimento da humanidade, de que alguns países já estão a sofrer duras consequências.

Pelo contrário, começa a ser preocupante para alguns o abaixamento dos índices de natalidade em todo o mundo [6].

Antes do último terço do século XIX a natalidade era de 34 por mil e passou para 29 por mil no fim desse século e actualmente situa-se em valores da ordem dos 18 por mil.

A Inglaterra atingiu em 1956, com 11,9 por mil, um dos índices mais baixos do mundo. O Japão passou de 28 para 16,8 por mil entre 1950 e 1961 [21].

Na II Conferência Europeia da População realizada em Estrasburgo em 1971, também foi chamada a atenção para o problema, considerado grave, da limitação da natalidade, em especial nos países desenvolvidos. A taxa média na Alemanha era de 1,26 filhos por matrimónio, o que veio a provocar já um decréscimo na população da ordem de 20 000 pessoas por ano [6, 7].

As situações acima referidas, têm causado profundas modificações nas estruturas das pirâmides etárias de muitos países onde se verificaram casos mais sensíveis da redução da natalidade, traduzindo uma grande dominância do sector envelhecido das populações.

Certos países nestas condições vivem hoje naturalmente preocupados porque consideram que a zona produtiva da pirâmide começa a não ser suficiente para manter, ao nível de conjunto atingido, as populações que entraram na reforma e não se encontrariam nas camadas da base as esperanças de uma sensível melhoria, a curto prazo.

Ao contrário do que alguns afirmam, não será pela redução da natalidade que se viria a resolver o problema de uma hipotética falta de alimentos nas próximas décadas.

Por um lado, há que ter presente que já nasceu a maior parte dos seres humanos que serão adultos no ano 2000. Por outro, que qualquer diminuição na taxa da natalidade que se deseja vender, impor ou aconselhar aos povos mais pobres — que os ricos nem sempre as seguirão porque já sabem as consequências que alguns estão a sofrer por medidas idênticas que tomaram —, visando equilibrar a população com as disponibilidades alimentares, provocaria não só uma modificação sensível e perigosa em termos do futuro, mas também teria um efeito mais reduzido do que o geralmente esperado nas disponibilidades alimentares porque as necessidades energéticas das crianças são muito inferiores às dos adultos.

O Dr. Klatzman, que se preocupou com estas matérias, informa que a «transição rápida de uma taxa de crescimento de, por exemplo, três para zero, transformaria completamente a pirâmide etária e as consequências desfavoráveis ainda se fariam sentir com intensidade meio século ou até mesmo um século depois» [22].

2.3 - Mas há que ter presente que o aumento da população mun-

dial é um facto incontroverso. Negá-lo ou escondê-lo seria preguiça mental ou cobardia perante o futuro. Pode o aumento ser maior ou menor, mais ou menos rápido, mas é fatal.

O que é grave é assumir-se ou manter-se um sentimento de derrotismo perante esta realidade, como se o problema fosse apenas e só o de passarem a existir mais bocas a alimentar, olvidando que cada homem também tem dois braços para trabalhar e um cérebro—sobretudo um cérebro, para pensar e para encontrar novos caminhos, novos recursos, novos e mais alimentos, novas fontes de energia.

Como diz Arviz [2], a prosperidade económica duma sociedade só se pode manter «desde que a fracção constituída pela população activa

seja mais numerosa do que a da população não-activa», mas chama a atenção para o papel que os jovens desempenham na sociedade, enquanto constituem a «parte de vitalidade e do dinamismo económico».

Kurswets, prémio Nobel da Economia em 1971, olhando para o papel da juventude na sociedade, entende que ela é condição indispensável do crescimento económico moderno [26].

Nalguns países de baixos índices de natalidade tem-se conseguido manter a prosperidade adquirida à custa de um sensível aumento de produtividade, e o desemprego que se instalou como preocupação generalizada nos países ricos demonstra que globalmente ainda não faltam braços para trabalhar.

A existência de problemas mundiais relacionados com a alimentação, cuja gravidade e injustiça não podemos deixar de denunciar, não se resolve de braços cruzados. Antes ela deve ser entendida como poderoso e impiedoso repto que nos é lançado, a todos nós, à produção e à mobilização dos recursos, para que o aparecimento de um novo ser humano não seja entendido como uma fatalidade ou uma praga mais antes como uma bênção de Deus que ainda quer consolar os homens com a alegria que as crianças espalham no ambiente em que teremos de viver.

Como seria o mundo sem elas?

E que seria o mundo sem os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos [19].

3 — OS ALIMENTOS

3.1 — Perante uma população mundial que aumenta e uma melhoria de condições de vida que se deseja estender a regiões do Globo cada vez mais vastas, mesmo assim a produção de bens alimentares tem vindo a corresponder, em termos globais, às necessidades sentidas.

E parece-me bizantino discutir se esse aumento de alimentos se tem verificado, ou não, em progressão aritmética mas apenas e só reter, em números muito globais, que se dispõe hoje de um volume de alimentos que satisfaria ou poderia satisfazer— o que infelizmente não é a mesma coisa— as necessidades de sobrevivência da população mundial.

Isto não quer dizer que se não verifiquem oscilações, de um ano para o outro, no volume global das produções, influenciadas como são pelas condições meteorológicas e outras, que não existem áreas, mais ou

menos extensas e nalguns casos preocupantenente extensíssimas, onde a agricultura atravessa situações de estacionariedade ou de decréscimo de produção.

Mas pode dizer-se que a produção agrícola tem crescido nos últimos anos a uma taxa consoladoramente alta, se avaliada ao nível mundial mas mais evidente se forem apenas considerados os países desenvolvidos.

3.2 — É difícil fazer uma quantificação mundial deste grande grupo de produtos devido a dificuldades conhecidas, à diversidade de alimentos e à imprecisão de algumas estatísticas.

Por esses factos, apresentaremos alguns valores que nos parecem mais significativos pelo peso que se lhes reconhece na alimentação mundial.

Considerando o caso dos cereais que, geralmente, constitui um dos grupos mais importantes dos chamados alimentos básicos para a sobrevivência da humanidade, verifica-se que a produção passou de cerca de 344,625 milhões de toneladas verificadas em 1945 para 1553 milhões de toneladas 35 anos mais tarde, o que significa ter a produção triplicado neste intervalo de tempo.

No mesmo período, isto é, comparando valores de 1945 com valores de 1979, o produção de cacau duplicou, a de café aumentou 2,5 vezes, a do amendoim duplicou, a da laranja aumentou 35 vezes, a dos legumes secos aumentou quase 20 vezes, a da soja decuplicou.

Analisando o caso do trigo, o cereal por excelência dos países ricos, a produção mundial, que no princípio do século atingia 71 milhões de toneladas [3], instalou-se em 1981 na colheita «récord» de 453 milhões de toneladas [1]. A produção deste ano é de cerca de 6,5 vezes a do princípio do século.

Perante estes exemplos esquematicamente expostos e que, por isso mesmo, não pretendem esgotar o problema, parece não ser ousado admitir-se que a humanidade não caminha para o suicídio por falta de alimentos.

4-O BINÓMIO POPULAÇÃO/ALIMENTOS

4.1 — Uma coisa é afirmar-se que os alimentos existem a nível mundial em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos

indivíduos, outra, que deverá constituir uma vergonha para o mundo, e tanto mais quanto mais ricos são os países, é reconhecer que a fome quantitativa e qualitativa se vem a instalar em áreas do Globo sucessivamente mais vastas e que as consequências de uma subnutrição ou de uma má nutrição afectam grandes grupos de seres humanos, de forma mais ou menos grave.

Não interessará muito quantificar em termos absolutos quantos homens não têm no dia a dia a garantia do seu sustento e isto porque estes valores dependem muito dos organismos que os divulgam e do nível de insuficiência de alimentos a partir do qual se considera uma situação de fome.

Mas não deixará de ser esclarecedor referir os valores da FAO segundo os quais só no continente africano existem, no momento actual, mais de duas dezenas e meia de países [14] com fomes generalizadas afectando 240 milhões de pessoas e, segundo a mesma fonte, mais de 400 milhões de seres humanos, isto é, aproximadamente ¹/₁₀ da humanidade, vivendo nos mais diversos locais, incluindo países ricos, estão a atravessar situações de carência.

Mas estas situações são susceptíveis de alguns comentários.

Em primeiro lugar, nos últimos anos muitos países estiveram sujeitos a condições climatéricas francamente desfavoráveis à agricultura e muitas e extensas áreas sofreram efeitos de secas prolongadas que fizeram baixar drasticamente a produção agrícola. Estes problemas tiveram consequências tanto mais graves quanto os países eram mais pobres porque, por não disporem de estruturas apropriadas para o armazenamento, conservação e distribuição dos produtos, viram reduzidas ainda mais as suas já magras possibilidades alimentares e, por isso, vêm a atravessar uma situação de míngua extraordinariamente preocupante.

As «ajudas alimentares de emergência» que lhes estão a ser dadas, nem sempre conseguem o efeito programado porque muitos dos produtos alimentares não raro se deterioram nos armazéns, ou influenciam mais a população das cidades, ou encontram dificuldades no seu consumo quando não fazem parte dos hábitos alimentares normais dos povos a que se destinam. É sempre difícil, mesmo em casos de penúria, substituir a mandioca, ou o inhame, ou a banana, ou a batata doce, ou o óleo de palma, pelo trigo, pelo leite em pó, pela soja ou pelo óleo de colza refinado.

4.2 — Muitos dos países que nas últimas décadas ascenderam à independência ficaram sujeitos a profundas modificações emocionais e estruturais.

A saída de técnicos e de pessoal especializado fez baixar a produção nalguns casos de forma drástica. A ideia, ainda hoje generalizada, e nalguns casos verdadeira, de que as potências coloniais davam quase exclusiva atenção às culturas de exportação em detrimento das alimentares, fez com que os novos países quase odiassem muitas daquelas culturas apelidando-as depreciativamente de «culturas de exploração».

As suas preocupações orientaram-se então fundamentalmente para as culturas de subsistência procurando garantir prioritariamente a alimentação dos seus habitantes.

Se nalguns casos esta política teve reflexos positivos, a realidade é que estes países não conseguiram, no geral, suprir as suas necessidades nutricionais, mesmo quando anteriormente alguns eram excedentários de alimentos. Por outro lado, o decréscimo da exportação verificado nos produtos provenientes das «culturas industriais» fez baixar o poder aquisitivo no estrangeiro de produtos alimentares onde eles são, em muitos casos, excedentários.

É que o problema actual não é, como muita gente pensa e afirma, uma falta de alimentos mas principalmente um insuficiente poder de compra para os adquirir e de solidariedade internacional entre os povos para os fazer chegar onde eles fazem realmente falta.

Em inquérito mundial recentemente encomendado a uma prestigiada empresa americana conclui-se, com alguma surpresa para muitos, que cerca de 70 % da população africana ao sul do Sara, 66 % dos indianos, 42 % dos mexicanos não tinham meios para comprar no mercado os alimentos que necessitavam. E para se avaliar que esta questão corrói também os países desenvolvidos, basta dizer que em idênticas condições se encontram 15 % dos italianos e 14 % dos habitantes dos Estados Unidos da América e dos japoneses [18].

Não conseguimos valores correspondentes para o caso português mas não custa admitir que eles não deixarão de ser preocupantes.

Com um hectare de cacau ou de café, realizado com técnicas culturais extensivas muito generalizadas ainda nesses países do Terceiro Mundo, seria possível comprar no mercado internacional pelo menos 8 toneladas

de milho que, a serem produzidas localmente, exigiriam a penosa e onerosa cultura de 6 a 10 hectares de terreno de boas características.

Condenar liminarmente as culturas industriais é desejar que os países pobres cada vez sejam mais pobres e mais dependentes.

4.3 — Nalguns países do chamado mundo desenvolvido, com áreas agrícolas limitadas, colocam-se hoje problemas de opção em relação às culturas agrícolas e, naturalmente, seleccionam-se aquelas que melhor correspondem aos interesses de cada um.

Mas nos países do Terceiro Mundo a terra ainda não é um bem limitado e está muito longe de sê-lo. Com densidades demográficas que em extensas áreas se medem por um número dígito de habitantes por quilómetro quadrado e com uma pressão demográfica que lhe não é muito diferente, estes territórios têm potencialidades que, se fossem mobilizadas, muito poderiam contribuir para o seu auto-aprovisionamento em bens alimentares e, tal como tantos o fazem já, como é tipicamente o caso do Brasil, assegurar ainda uma exportação vultosa de produtos agrícolas, dispor de áreas para desenvolver culturas energéticas e, mesmo assim, ficarem ainda muito longe de utilizar integralmente todas as suas potencialidades agrícolas.

Quando se pensa que no mundo intertropical somente 2 % das terras estão a ser agricultadas e mesmo que se tenha em conta o equilíbrio ecológico e as dificuldades técnicas em agricultar muitos destes terrenos, a realidade é que ainda fica uma margem muito grande desses milhões de hectares que poderiam ser postos a render em favor da comunidade, a começar pelo dos seus próprios possuidores ou utentes.

4.4 — Aos argumentos preocupantes, mas algo derrotistas, como vindo de homens sem esperança olhando uma humanidade sem futuro, têm vindo a responder os cientistas e os técnicos ao colocarem à disposição dos seus semelhantes novas possibilidades de subsistência.

A humanidade continua a crescer em ritmo que só é exagerado se não forem criadas as condições para a alimentar e as subsistências ainda não teriam faltado se não fora a ganância dos homens que continuam a discutir com os seus semelhantes o direito à alimentação e à vida.

Olhando o futuro nem sequer faltam ainda, nem se calcula que faltem nos anos próximos, novas áreas que possam ser agricultadas como acima se referiu. Mas nem será necessário ir tão longe nos anos mais próximos. Bastaria transformar uma agricultura primitiva, com sistema de pousios longos, ou pouco mais evoluída, pouco mecanizada, sem o emprego ou utilizando quantidades irrisórias de fertilizantes, ignorando ou não tirando partido das variedades com maior potencial produtivo, numa agricultura moderna, embora adaptada às condições locais, para se conseguirem, pelo menos, duplicar as produções e desta maneira não só contribuir para o aumento das disponibilidades de alimentos no mundo como também produzi-los nos locais onde eles hoje são tão necessários e exactamente aqueles que esses povos estão habituados a consumir.

4.5 — Comparando os dados estatísticos, consoladoramente se pode verificar que os aumentos da produção mundial se devem mais a um acréscimo muito sensível dos rendimentos unitários do que à entrada em cultura de novas áreas que, por isso mesmo, continuam a constituir grande reserva de sobrevivência.

Como exemplos bem elucidativos pode indicar-se que os rendimentos unitários, no período de 35 anos entre 1945 e 1979, subiram 22% no amendoim, 52% na soja, 58% na batata, 67% nos cereais, 72% no arroz, 82% no trigo e 133% no milho [13].

Se estes números fossem libertados da contribuição dos países mais pobres, ainda seria mais visível o efeito da técnica que necessariamente assume aspectos mais relevantes nos países desenvolvidos.

Se analisa mos, sob outro ângulo, o muito que se pode fazer nos domínios da modernização da agricultura, fica-se impressionado pelo atraso em que este sector se encontra nos domínios da mecanização.

Com efeito, das cerca de 350 milhões de famílias ligadas à agricultura, aproximadamente 250 milhões, isto é 70 %, ainda trabalham com arado de madeira ou idêntico, 90 milhões socorrem-se apenas de tracção animal e somente 10 milhões utilizam tractores [9].

A Conferência sobre Energias Renováveis realizada em Nairobi o ano passado e organizada pela FAO revelou, um pouco sensacionalmente para grande número de pessoas, que ainda existem 80 animais de tiro para cada tractor em todo o mundo e que no ano 2000 estes animais ainda representarão 80 % da energia necessária à agricultura do Terceiro Mundo [25].

Quanto de evolução técnica e de economia de esforço aguardam grandes espaços mundiais e tantos milhões de famílias sacrificadas por um esforço físico que transforma os homens em máquinas e os valoriza mais pela força do músculo do que pela cabeça para pensar e decidir!

4.6—O mais racional aproveitamento da produção agrícola constitui um caminho promissor para se conseguirem melhores fontes de recursos.

O tempo e as condições não permitem explanar aqui as potencialidades que este mundo encerra, desde a valorização dos resíduos que se queimam, se deixam apodrecer nos campos ou que poluem os cursos de água, a um melhor aproveitamento dos produtos principais que em muitos casos não entram nos circuitos comerciais ou de industrialização por falta de estruturas de drenagem dos produtos ou de vias de acesso ou simplesmente de planificação nacional ou regional, até a uma incompleta valorização industrial das matérias-primas de origem agrícola.

As técnicas já conhecidas da produção de proteínas por via microbiana (a conhecida S. C. P.), pesem embora as reservas que ainda se lhe reconhecem, a produção de concentrados proteicos a partir dos sucos de folhas, o aproveitamento das algas marinhas cujas possibilidades estão calculadas como capazes de sustentar $^1/_3$ da humanidade sem afectar a sua potencialidade de regeneração, constituem outros recursos a ter em conta, numa programação à distância das disponibilidades que é possível reunir.

Mas também não podem deixar de equacionar-se toda a problemática envolvente da modificação da filosofia da produção pecuária para a qual futuramente haverá que procurar alimentos novos, entre os quais a generalização do emprego da ureia como fonte azotada, e deixar para o consumo directo da população humana a grande massa de produtos vegetais que actualmente constitui o sustento dos animais.

A simples modificação que este esquema pressupõe, sem afectar a produção animal, provocará um enorme reforço de disponibilidade de proteínas para os seres humanos, que passarão a ser fundamentalmente de origem vegetal. Os valores de proteína acumulada pelos animais em relação à proteína ingerida são muito baixos. No máximo atingem 33 % quando incluída no leite e apenas 5 % nos ruminantes produtores de carne, como foi referido pelo Dr. George Napsiotis na reunião FAO/UNEP realizada em Roma em 1977 [10].

A educação alimentar, com a melhor valorização dos recursos locais, é uma linha de trabalho e que nalguns países tem conseguido grandes

sucessos. Dentro dos domínios alimentares não podem ficar esquecidas as enormes potencialidades que representam os peixes e os animais marinhos cujas capturas podem aumentar substancialmente sem afectar os recursos básicos. Basta, para o efeito, colocar em prática tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas que permitam a pesca nas águas mais longínquas e mais profundas e se generalizem e se aperfeiçoem os processos de conservação e transformação do pescado.

Esta esperança mundial não podemos olvidá-la aqui porque, sendo o nosso país detentor de uma zona económica exclusiva proporcionalmente das maiores do mundo, ainda estamos longe de aproveitar os seus recursos, até de acordo com aquilo que os conhecimentos actuais já permitiriam.

A ároa do continente português atinge cerca de 8,9 milhões de hectares e a Zona Económica Exclusiva com os seus 150 milhões de hectares representa uma área de cerca de 17 vezes superior.

E o nosso país, que ao longo da sua história foi sempre um país de marinheiros, parece, nos dias de hoje, estar de costas voltadas para o mar e para os enormes recursos alimentares nele existentes.

4.7 — No que se refere à situação alimentar e ao desenvolvimento agrícola há efectivamente, como em muitas outras coisas, dois mundos, um de ricos e outro de pobres. E nem sempre entre eles têm funcionado a ajuda, o entendimento e a cooperação.

Os casos de fomes ciclícas nos países pobres como resultado das situações de insegurança política, do afluxo anormal de refugiados, do aparecimento de calamidades agrícolas, secas prolongadas ou inundações devastadoras, tentam corrigir-se com ajudas alimentares recorrendo a «stocks de emergência» mobilizados por países ou organizações internacionais mas muitas vezes eles não chegam oportunamente ou em quantidade suficiente e outras vezes encaram dificuldades de armazenamento, conservação e distribuição até às zonas mais afectadas.

Com estas ajudas se têm salvado da morte milhões de vidas, é certo, mas a sua influência nos locais para onde se dirigem é muito semelhante à da água que amortece o incêndio mas não defende o futuro.

São os países mais ricos e dispondo de grandes excedentes que mais peso têm nestas campanhas, directamente ou por intermédio de organizações internacionais a que pertencem, mas nem sempre os produtos que

são enviados são aqueles mais desejados. O que se oferece ou mobiliza é muitas vezes o que está a mais e não aquilo que, em muitos casos, mais conviria.

Sentem-se os países pobres com direito a uma ajuda internacional, não só como membro de uma mesma comunidade, mas também porque se sentem de certa maneira afectados no seu desenvolvimento pelas cotações que os países desenvolvidos estabelecem para os produtos que deles importam e pelo desfasamento, cada vez maior, entre o preço dos produtos agrícolas em geral e em especial os do Terceiro Mundo e os produtos industrializados que este adquire nos países mais desenvolvidos.

Como bem referia o Director-Geral da FAO, Dr. Saouma, na alocução que fez no Conselho da FAO em 1981: «Quando as importações de petróleo e artigos manufacturados custam cada vez mais caro, os preços de exportação dos produtos primários não os acompanham. Segundo o GATT, se o défice da balança de pagamentos dos países em desenvolvimento se agrava, é principalmente por causa das importações de artigos do Norte. A longo prazo os números são ainda mais chocantes. Uma tonelada de chá não permite comprar mais que 8 toneladas de adubos importados, contra 17 toneladas há 10 anos. Para importar uma tonelada de aço era suficiente, há anos, exportar uma tonelada de bananas e hoje são necessárias mais do que duas toneladas. O preço real da juta, por sua vez, baixou 50% em 10 anos». [27].

É certo que o preço dos produtos agrícolas não tem acompanhado os provenientes da indústria mas são influenciados por preços de bens e utensílios que utilizam, como é o caso típico dos adubos e das máquinas cujos custos têm subido no mercado internacional. Menos o são pelos aumentos nos consumos directos de energia derivada do petróleo já que a agricultura em conjunto não utiliza mais do que 6 a 10% do consumo deste tipo de energia ao nível mundial. Nalguns casos este encargo é mesmo irrisório, como sucede em muitos países do Terceiro Mundo, onde a agricultura tem no esforço humano e na tracção animal as principais fontes de energia [28].

Em todo o caso, o raciocínio não pode conduzir-nos a considerar que tem havido uma constância de preços para os produtos agrícolas. Com efeito, segundo as estatísticas da FAO [13], tomando por base os valores médios de 1969/1971 iguais a 100, a relação entre os produtos agrícolas

importados, nem todos necessariamente alimentares e o respectivo valor, atingiu em 1980 o índice de 301, ou seja, o preço unitário triplicou.

Daí as dificuldades que alguns países, grandes importadores de produtos agrícolas, estão sentindo porquanto ainda que mantenham os mesmos quantitativos de importação, e as situações anormais dos países mais pobres têm-lhes provocado um aumento desses quantitativos, terão de os adquirir a um preço triplo do de há 10 anos.

5 — PERSPECTIVAS FUTURAS

Falar-se nos dias de hoje de falta de alimento em vastas regiões do Globo é uma realidade gritante. Generalizar essa situação à população mundial é tomar a nuvem por Juno, o todo pela parte.

Com efeito, o que existe é uma desigual distribuição dos alimentos cuja correcção se consegue com a vontade decidida dos povos.

É por isso que o problema alimentar mundial não é hoje só um problema técnico mas também um problema político.

Porque os homens e as nações em que se associam perderam a responsabilidade cívica de se ajudarem mutuamente, nasceram as organizações internacionais apropriadas que reunindo a contribuição de todos, dada na medida da possibilidade ou da generalidade de cada um, tem vindo a exercer uma acção mais eficaz e às vezes mais rápida.

Mas o interesse e a vaidade vão minando, a pouco e pouco mas significativamente, a consciência dos povos tendo-se minimizado o objectivo em função de contrapartidas, cada vez mais se perde a aplicação às nações da recomendação de Jesus Cristo no Sermão da Montanha de que não saiba a tua mão esquerda aquilo que dás com a direita.

A persistência das condições de dependência crónica é indesejável para o progresso dos países em desenvolvimento. Se, como disse o Papa João Paulo II [24] as nações ricas não podem declinar a responsabilidade no desenvolvimento dos países mais pobres, a sua ajuda há-de orientar-se em esquemas de promoção e o primado para o desenvolvimento agrícola com o objectivo de fazer caminhar esses países para uma auto-suficiência alimentar.

São impressionantes nos países mais pobres as participações dos rendimentos das pessoas na compra de bens alimentares. Segundo os dados de Cramer [9] em 1960 enquanto os norte-americanos gastavam 23%, os

italianos despendiam 46 %, os russos 50%, os japoneses 51 %, os nigerianos 71 % e daí a necessidade do estabelecimento de novos equilíbrios que passam pelo desenvolvimento de vastas áreas mundiais.

Para se procurarem favores políticos, económicos, ideológicos ou outros, cada vez mais os países utilizam sistemas de negociação bilateral, fazendo sentir o peso da sua influência nas decisões daqueles que necessitam do essencial, comprando a liberdade por pratos de lentilhas, impondo as regras dos blocos e das áreas de influência.

Por muito que se afirme, não tem sido tão fácil como as intenções afirmam, o fosso que separa os países ricos dos países pobres e tantas vezes os primeiros acentuam estas diferenças para transformar os pobres em grandes ou pequenas impotências.

Na maior parte dos casos, os povos ricos sensibilizam-se muito com as «ajudas de emergência» quando elas são feitas à custa dos seus excedentes. Apesar do grande esforço já realizado e dos resultados conseguidos, não são tão evidentes como se desejaria as acções de promoção e de desenvolvimento que levariam a uma aproximação dos povos não por um nivelamento em termos de vasos comunicantes, mas pela elevação dos mais pobres sem que os outros deixassem de ser ricos.

6 — OS ALIMENTOS E AS TENSÕES MUNDIAIS

6.1 — No conjunto dos alimentos, os cereais e algumas oleaginosas ocupam lugares de primordial importância e, por isso mesmo, podem constituir motivos de pressões económicas e políticas quando algum país ou bloco os possui disponíveis em grandes quantidades e outros deles são fortemente carenciados.

Como regra geral, a cultura cerealífera vem a ser repelida como por uma invisível força centrífuga à medida que a densidade demográfica aumenta. Os cereais são as culturas dos grandes espaços por necessitarem de utilizar técnicas culturais em que entra a intensa mecanização para resultarem competitivos. Junto dos aglomerados populacionais desenvolve-se, em seu lugar, a cultura de primores, a horticultura intensiva, a fruticultura e até sistemas de exploração da terra que estão relacionados com o equilíbrio da paisagem e condições sanitárias da população.

Em tempos passados a Europa e a Ásia do Norte tinham uma intensa posição frumentária que sucessivamente foram perdendo pelo desenvolvimento de novas áreas trigueiras e de milho nas terras novas dos novos continentes.

Para nos referirmos apenas a valores recentes, em 1945 a produção mundial de cereais situava-se em 446,6 milhões de toneladas cabendo à Europa cerca de 70 milhões de toneladas. Em 1979 a produção passou para 1,55 × 10⁹ toneladas, enquanto a Europa contribuiu apenas com 1,64 × ×10⁸. Em 1945, a posição europeia, excluída a União Soviética, representava aproximadamente 16 % do total. Vinte e cinco anos depois este valor nem sequer chegou a 10 %. A dependência da Europa em relação aos cereais é importantíssima. Em 1945 a Europa Ocidental importou 10 % do que consumiu e em 1980 esse valor ultrapassou os 25 %.

O aprovisionamento, em caso de dificuldades de circulação de mercadorias, pode constituir um sério problema em termos de sobrevivência da população.

Em 1934/38 a União Soviética exportava cerca de 600 mil toneladas de trigo e em 1980 importou 31 milhões de toneladas de cereais dos quais mais de 17 milhões são de trigo [15].

- 6.2 Em posição oposta se encontram outros países como o Canadá, Estados Unidos, Austrália e Argentina que são não só grandes produtores e auto-abastecidos mas detêm, em conjunto, cerca de 30 % da exportação mundial de cereais com a agravante de que a restante se encontra sensivelmente pulverizada. Fácil será concluir da influência que estes países podem exercer, não só no aprovisionamento mundial mas também, em certa medida, na política dos preços e no estabelecimento de linhas de aprovisionamento de cereais.
- 6.3 A Europa é fortemente dependente do exterior no que se refere aos concentrados proteicos para a produção pecuária. As suas importações de farinhas de peixe e de bagaços de oleaginosas são consideráveis e o volume de soja importado, de que se extrai gordura como subproduto, tem vindo a crescer em termos preocupantes. Com efeito, em 1945 a importação europeia de soja situava-se em 3 mil toneladas. Em 1980 este valor transformou-se no vultoso quantitativo de 17 milhões de toneladas,

isto é, a importação europeia de soja aumentou cerca de 5 mil vezes em 35 anos. Mas, por outro lado, os excedentes europeus de lacticínios são um quebra-cabeças para a sua drenagem.

Sucede, porém, que os Estados Unidos dominam o mercado da soja. Em 1945 das 18 600 toneladas de soja exportada, 17 mil eram provenientes daquele país e em 1980 os norte-americanos exportaram 21 786 milhões de toneladas do total de 26 879 milhões exportadas.

O aparecimento do novo núcleo de produção de soja no Brasil é uma poderosa esperança de equilíbrio. Com poucos anos de execução, o plano de desenvolvimento da soja no país-irmão, permitiu já o abastecimento interno e garantiu, em 1980 uma exportação de 460 mil toneladas.

Por isso a Eupora se procura defender desta situação fazendo desenvolver esquemas de fomento de fontes alternativas de cariz proteico entre as quais a cultura do tremoço tem vindo a ocupar projectos de investigação e desenvolvimento convenientemente dotados de meios humanos e materiais.

6.4 — O nosso país encontra-se particularmente bem situado em potencialidades deste tipo dadas as condições favoráveis que possui para esta cultura e o material genético que nele tem sido identificado.

Apesar disso, também só há poucos anos se começaram a desenvolver esquemas neste campo e, no momento actual, continuamos a importar quantidades enormes de soja que, adicionadas ao milho, sorgo e outros produtos idênticos destinados ao fabrico de alimentos compostos para uma «pecuária de biberão», constituem uma das sangrias mais caudalosas nas nossas parcas disponibilidades de divisas.

6.5 — Perante problemas de dependência, de vulnerabilidade deste tipo, vêm os diferentes países promovendo programas de produção de alimentos e de outras matérias-primas de origem agrícola no sentido de caminharem, na medida do possível, para um auto-aprovisionamento mas garantindo, também, as exportações necessárias para a obtenção de divisas, como é recomendado na Resolução n.º 35/56 de 1980 das Nações Unidas e integrada na Estratégia de Desenvolvimento Internacional para o Terceiro Decénio [17].

Aí se proclama, e a FAO como organismo especializado das Nações Unidas disso se tem feito eco, que se dê um grande desenvolvimento ao sector agrícola, em especial nos países economicamente mais atrasados.

Hoje uma ideia de força é o auto-abastecimento, a qualquer preço, em oposição à política posta em prática ainda em anos não muito distantes, de que não se deveria produzir o que era possível obter mais barato no estrangeiro.

6.6 — Infelizmente, porém, muitos países pobres, que com pouco esforço e grande apoio aos agricultores poderiam aumentar a curto prazo e de forma muito significativa o seu produto interno bruto, desejam competir no domínio industrial, sector a que dão preferência e nele muitas vezes consomem as possibilidades e as ilusões.

Outros, igualmente pobres, preferem continuar a ser pobres e dão preferência às «ajudas de emergência» em vez de criarem as estruturas produtivas, clamam que os povos ricos os ajudam pouco, mas caminham menos no seu auto-abastecimento e para a sua independência económica.

Não admira, pois, que uns entendam que as ajudas, legítimas e efectivas, têm de ser acompanhadas de acções não passíveis dos utentes perante a fome ou o subdesenvolvimento. Outros clamam aos quatro ventos que o seu direito à vida lhes dá também o direito de receber por esmola o que poderiam conseguir pelo trabalho.

A Senhora Indira Gandhi no discurso McDougall proferido em Roma no passado mês de Novembro [23] afirmou que com o dinheiro que custa «um novo míssil intercontinental poderiam plantar-se 200 milhões de árvores, irrigar um milhão de hectares, alimentar 50 milhões de crianças subnutridas, comprar um milhão de toneladas de fertilizantes, construir um milhão de pequenas unidades de biogás, 65 mil postos sanitários ou 300 mil escolas primárias».

Sem pretender meter foice em seara alheia nem discutir se as armas se fabricam para fazer a guerra ou defender a paz, não posso deixar de pensar o que se passa também nesse grande país e se haverá alguém de coração limpo que seja capaz de atirar uma primeira pedra ou se as ideias pacifistas serão sempre anseios de paz.

6.7 — As diferenças sociais sempre foram causa de tensões e as desigualdades de condições geram ódios e invejas já em si perigosas quanto mais se manipuladas e exploradas num sentido ou noutro.

Nas Conferências da FAO, na reunião de Cancum, para me referir às mais recentes, os povos mais ricos colocaram-se lado a lado com os países pobres para o estabelecimento de esquemas de entreajuda. Mas nem

sempre se passa rapidamente das intenções ao apoio e cooperação concludentes. Perante necessidades que se avolumam, os países pobres que detêm ou julgam deter alguns trunfos nestes jogos da alta ou baixa política por detentores de matérias-primas essenciais, por possuidores de produtos estratégicos, por se situarem em zonas do Globo de importância vital para o equilíbrio dos blocos, começam a querer fazer ouvir ainda mais a sua voz.

E é assim que na União Indiana e sob sua proposta, se programou para este ano uma reunião dos países pobres visando estudarem uma estratégia e formarem uma frente comum contra os países ricos e encontrarem «uma maneira digna de estar no mundo». Essa reunião, realizada no passado dia 21, reuniu 44 países em desenvolvimento e curiosamente chamaram-lhe alguns comentadores o «diálogo Sul-Sul» porque traduziu de alguma forma uma nova filosofia de desenvolvimento que envolve cooperação e ajuda entre povos de níveis económicos semeihantes em vez do já conhecido diálogo entre países desenvolvidos e países do chamado Terceiro Mundo.

Praza a Deus que por cegueira, por egoísmo ou comodismo de alguns, se não venha a estabelecer no mundo mais um conflito de blocos e que desta reunião saia um desejo concretizável de paz e progresso para todos.

Embora com alguns anos já ditas, mas nem sempre pensadas as palavras da *Populorium Progresso* «o desenvolvimento é o novo nome da Paz» deveriam ser meditadas por alguns que poderiam reforçar a sua solidariedade e sobretudo dar-lhe um sinal mais humano, substituindo a ajuda prontual pela promoção, colocando em prática o velho adágio oriental de que se deres um peixe matas a fome num dia mas se ensinares a pescar resolverás o problema para toda a vida.

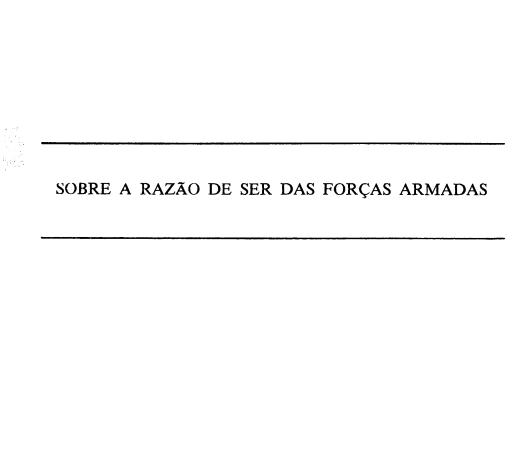
J. E. Mendes Ferrão

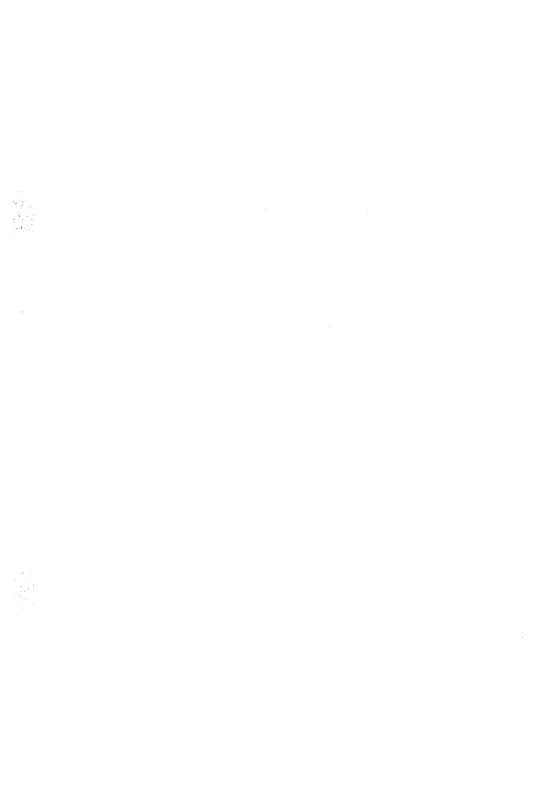
Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia e Presidente da Comissão Nacional da FAO

BIBLIOGRAFIA REFERIDA NO TEXTO

- [1] Anónimo Produção mundial de trigo. Vida Rural, n.º 128, Fevereiro de 1982.
- [2] Arvis, G. Le Figaro Magazine. Paris II, 17-6-78.
- [3] Barros, H. de O problema do trigo. Bib. Cosmos, Lisboa, 1941.
- [4] Campbell, K. O. Can we feed the world? An optimistic note. In: Dams, T. (Ed.). Food and Population. Priorities in Decision Making. Hants, 1978.
- [5] Chantel, B. et. al. La fecondité à l'est et l'ouest de l'Europe. «Population» 7/10:855-883, 1975.
- [6] Chanu, P. L'histoire à la prospective. Paris, 1975.
- [7] Chanu, P. La peste blanche. Paris, 1976.
- [8] Comission Economique pour l'Europe Revue de la situation agricole en Europe à la fin de 1980. Vol 1, Etude d'Ensemble ceréales, bétail sur pied e viand. «Rev. Ann. March. Agric.» n.º 23, O. N.U., New York, 1981.
- [9] Cramer, H. H. Defensa vegetal y cosecha mundial. Lever Kusen, 1967.
- [10] FAO/UNEP Residue utilization management of agricultural and agro-industrial wastes. Roma, 1977.
- [11] FAO Man and hunger Roma, 1961.
- [12] FAO Third world for survey. Roma, 1963.
- [13] FAO Estatísticas da produção e do comércio. Roma, 1944-1980.
- [14] FAO Le Directeur Général de la FAO recommande des mesures de précaution pour renforcer la sécurité alimentaire mondiale. Press. FAO n.º 81/25. Abril, 1981.
- [15] FAO Perspectives de l'alimentation. Roma, 11/12, 1981.
- [16] FAO Agricultura: Horizonte 2000. Roma, 1981.
- [17] FAO Objectifs à moyen terme, 21.º Conf. Plen. FAO. Roma, Novembro, 1981.
- [18] FAO World food problems: the main issues. Roma, 1981.
- [19] Ferrão, J. E. M. Intervenção do Presidente da Comissão Nacional da FAO na sessão de abertura das Jornadas de Informação Agrária em Evora (17 de Fevereiro de 1981). Ex. Ciclost. p. 10. Lisboa, 1981.

- [20] Ferrão J. E. M. Subprodutos e resíduos na produção agrícola. Uma abordagem ao seu aproveitamento. Lisboa, 1982.
- [21] Ferrer, M. El proceso de superpopulación urbana. Madrid, 1972.
- [22] Klatzaman, J. The prospects of the food situation in the world: from the pessimistic stand point. In: Dams T. (Ed.) Food and population. Priorities in Decision Marking. Hants, 1978.
- [23] Gandhi, I. Twelfth McDougall Memorial Lecture. 21. Conf. Plen. da FAO, Roma, 1981.
- [24] João Paulo II Alocução aos participantes na 21.º Conf. Plen. da FAO. Roma 1981.
- [25] Lemarchand, J. L. Quarenta milhões de burros trabalham para nós. Jornal «Portugal Hoje». Lisboa, 19-8-81.
- [26] San uninet, J. J. A ideia neo-malhusianista. Docas. 7 (9): 2-6, 1980.
- [27] Saouma, E. Alocução do Director-Geral da FAO ao Conselho da FAO. Julho, Roma, 1981.
- [28] Severnev, M. M. c Psyganov, F. P.—Examen des processus technologiques existants de mécanisation des travaux de culture du sol propes à réduire la consommation d'énergie. Com. Econ. Europa, ONU, New York, 1981.





SOBRE A RAZÃO DE SER DAS FORÇAS ARMADAS

1. A SEGURANÇA

No seu livro «A Cidade de Deus». Santo Agostinho (1) enfrentou o dilema posto pelas firmes tradições dos primitivos cristãos contrárias ao uso da violência, face à compreensão, por ele vivida, de que as altas virtudes e valores que pregava não podiam florescer no meio do caos e da anarquia. O Amor e a Justiça ambos necessitavam que a ordem fosse preservada. Ele escreveu então que, se viajasse sozinho no deserto e fosse atacado por assaltantes pretendendo tirar-lhe a vida e os bens, não mataria mesmo em autodefesa. Seguindo o exemplo de Jesus, preferiria sofrer a morte a infligi-la. A vida neste mundo efémero não é tão preciosa que valha o preço de matar mesmo um atacante injusto. Santo Agostinho foi, porém, muito claro, escrevendo que esta posição moral se transforma quando se introduzem terceiros. Se ele estivesse viajando no deserto na companhia da mulher e dos filhos, e fosse atacado pelos assaltantes, Santo Agostinho argumenta que o mesmo profundo amor pelo próximo que leva o cristão a recusar o uso da violência ainda que em sua própria defesa, desta vez exige-lhe que se sacrifique na defesa das vítimas inocentes do injusto ataque. Ele deveria lutar, e, se necessário fosse, morrer na sua defesa. Nesta situação recorrer à violência era um dever.

A lógica de Santo Agostinho permite-nos perceber que, se cada um tem o direito de dispor de si mesmo, da sua vida, do seu corpo, dos seus bens, ninguém tem o direito de dispor da vida e dos bens dos outros, nem de abdicar das responsabilidades que a vida em sociedade lhe imponha, face à vida e aos bens dos seus familiares, dos seus companheiros de grupo social ou dos seus compatriotas da comunidade política.

Na perpétua competição entre as Unidades Políticas independentes, a posição de cada elemento da comunidade perante os restantes é análoga à do viajante referido por Santo Agostinho. Ameaçados em conjunto pela

⁽¹⁾ Citado por Ralph B. Potter Jr., «Peace and War», cap. 1.º

violência possível das outras Unidades Políticas, a defesa de todos, assumida por cada um na parte que lhe competir, legitima-se na mesma medida em que se legitima a defesa dos seus familiares pelo viajante, face à ameaça dos assaltantes. É esta dimensão da responsabilidade social, legítima e necessária, da defesa «dos terceiros», a que se refere o autor da «Cidade de Deus», que as Unidades Políticas vêm cometendo a uma parte institucionalizada e especializada delas próprias, as Forças Armadas.

Estas aparecem-nos assim criadas e legitimadas pela necessidade de, e pelo direito à, Segurança colectiva, a segurança das vidas e dos bens, do povo e do território.

Nesse sentido aliás se pode entender a Constituição «Gaudium et Spes» promulgada pelo Concílio Vaticano II, n.º 79, § 4, 5 e 6, onde se pode ler:

«Enquanto o risco de guerra subsistir e não houver autoridade internacional competente e que disponha de recursos suficientes, não se poderia negar aos governos, uma vez esgotadas todas as possibilidades de regulamentação pacífica dos conflitos, o direito de legítima defesa.

Os chefes de Estado e aqueles que partilham as responsabilidades dos negócios públicos têm, portanto, o dever de salvaguardar o bem-estar dos povos que lhes estão confiados, tratando seriamente questões de tal importância. Mas uma coisa é utilizar as forças militares para justa defesa dos povos, outra coisa é querer subjugar outras nações. O poderio bélico não legitima qualquer uso militar ou político dele mesmo. E depois de lamentavelmente começada a guerra, nem por isso tudo se torna lícito entre as partes inimigas.

Os que, por obrigação de servir a pátria, se encontram no Exército, considerem-se instrumentos da segurança e liberdade dos povos e, exercendo rectamente esta função, contribuam realmente para estabelecer a paz.»

Este trecho parte da constatação de uma situação de facto, a de que subsiste o risco de guerra e não há autoridade internacional competente que disponha de recursos adequados nem suficientes para regulamentar os conflitos entre os Estados e impor o acatamento das regras produzidas. Dessa realidade, deduz-se inevitavelmente o direito de legítima defesa dos governos.

O instrumento decisivo e final dessa defesa dos povos aparece logo a seguir nomeado, quando se fala na utilização dos militares. Os bispos não omitem os problemas de fundo ligados sempre à utilização de qualquer instrumento, e que se prendem com a finalidade e com o modo dessa utilização. Um martelo pode servir para construir ou para destruir, uma arma para salvar uma vida ou para matar. Legitimando a utilização das «forças militares para justa defesa dos povos», logo a seguir alertam contra a perversão possível dessa utilização ao «subjugar outras nações» bem como contra o abuso possível dos meios de destruição na guerra.

Finalmente, não deixando quaisquer dúvidas acerca do que consideram dever ser a grande finalidade, a finalidade legitimante, a razão de ser das Forças Armadas correctamente entendidas e utilizadas, os bispos do Concílio «àqueles que por obrigação de servir a prátria» se encontram nas Forças Armadas indicam o dever de se considerarem instrumentos de Segurança e Liberdade dos povos. E dizem mais ainda, dizem uma coisa muito importante e que infelizmente é tantas vezes ignorada ou mal compreendida. Dizem que, exercendo rectamente esta função, contribuem realmente para estabelecer a Paz.

2. A LIBERDADE

No trecho citado, da «Gaudium et Spes», as Forças Armadas são pois caracterizadas como instrumentos para obter e garantir a Segurança e também a Liberdade dos Povos. Esta dupla referência à Segurança e à Liberdade merece que nos debrucemos um pouco sobre ela.

Uma consideração que se pode desde logo fazer é que, não sendo a mesma coisa, mas havendo relação entre as duas situações, pode haver e há quem nessa relação sobrevalorize o que se opõe, e daí deduza que a obtenção de uma implica o sacrifício da outra, assim como pode haver e há quem nessa relação atente no que coincide e mutuamente se condiciona e por isso afirme que cada uma delas só existe verdadeiramente, em termos de humanidade e dignidade, se for acompanhada de outra.

Um exemplo utilizado por Michel Renaud num artigo publicado na revista «Nação e Defesa» (2), estraído do livro «Os Irmãos Karamazov» de Dostoievsky, parece-nos bastante elucidativo da atitude de espírito da-

⁽²) «Sobre a Guerra e a Paz: origem e destino da violência» por Michel Renaud na «Nação e Defesa» n.º 17, págs. 54 e 55.

queles que acreditam na Segurança obtida à custa da liberdade. Trata-se de uma lenda, passa-se na Espanha no século XVI, Cristo teria voltado à Terra, e, incógnito, sido preso pela Inquisição. O cardeal inquisidor é o único que percebe que o preso é efectivamente Jesus, e vai de noite visitá-lo à prisão, para lhe dizer, perante o seu silêncio, as razões que o levam a decidir condená-lo apesar de saber quem ele é. O cardeal diz então que sabe que Cristo voltou para libertar os homens, mas isso é um erro. Os homens julgam que querem a liberdade, mas não a desejam realmente, porque esta é um peso muito grande. Eles querem realmente é segurança. Então o cardeal dá-lhes a segurança através dos dogmas em que devem acreditar cegamente para se protegerem das perturbações que podem advir da discussão e da dúvida. Tirando-lhes a liberdade, dá-se-lhes em troca a segurança, e é isso mesmo que os homens querem. «Tu, Cristo — termina alegando o cardeal —, vieste para libertar os homens, o que é teoricamente melhor, com certeza, mas provocaria tantos problemas que mais vale que voltes para o céu, deixando-me agir, pois conheço os homens melhor do que tu.»

Ao ler estas linhas, como não pensar imediatamente no célebre «slogan» dos pacifistas e neutralistas da Europa livre, «Better red than dead»? Ou naquelas ideologias que se alimentam da sua própria certeza de saberem o que é melhor para os homens?

A liberdade é efectivamente um valor complexo e exigente. Essencialmente ligado à afirmação da identidade e ao direito de determinação da conduta própria, encontra limitações evidentes nas necessidades do convívio em que a liberdade para todos necessariamente implica restrições à liberdade de cada um.

A dialéctica permanente entre aquele direito e estas necessidades é uma das tensões subjacentes às culturas e às organizações políticas humanas, que de formas diferentes resolvem o problema, ou alargando mais ou menos a liberdade de alguns à custa da liberdade dos outros, escravos, servos, súbditos, ou buscando complicados e nunca definitivos equilíbrios que, respeitando a justiça e a moral, procurem não a igualdade de facto, que não existe, mas a igualdade possível de oportunidades e de tratamento.

De qualquer modo, o problema da definição e da conquista da liberdade é um problema permanente, e nenhum artifício político ou social, nenhum mecanismo automático, pode dar aos homens a liberdade para sempre. As liberdades dos indivíduos, como aliás as liberdades das comunidades, chocam-se constantemente, e o equilíbrio justo entre elas está sempre posto em causa. É no coração dos homens, é na consciência das colectividades, que se encontra a ideia de liberdade, e esta tem de ser permanentemente vigiada, defendida, ou reivindicada. Não se pode, infelizmente, manter por automatismo ou rotina. Exige vigilância, pugnacidade, espírito combativo constante. Aqueles que não estão dispostos a lutar por ela, estão condenados a perdê-la.

Aqueles que aspiram à segurança total, e acreditam ser possível eliminar todos os riscos, não estarão dispostos a pagar o preço de sacrifício, ou de incómodo, ou mesmo apenas de risco, que a defesa da liberdade implica. Mas, a troco da liberdade rejeitada, que será possível obter? Será realmente possível uma segurança total? Sem mesmo falar nos riscos nunca elimináveis de acidentes, de doenças, de privações e frustrações, todos eles inerentes à condição da vida humana, e pensando apenas nos aspectos políticos da segurança, o pretender levá-la às suas últimas consequências implicaria uma sociedade despótica, feita só de dogmas, de certezas, de rígidas normas invioláveis, onde o Estado teria de ser omnipotente e omnisciente para, garantindo a sua intervenção a todo o momento e em todo o lugar, eliminar efectivamente toda a violência que não seja a sua. E, aplicando o raciocínio ao mundo das relações entre os Estados, também aqui a segurança levada às suas últimas consequências implicaria uma sociedade universal igualmente despótica, omnipotente e omnisciente, que seria capaz, não evidentemente de construir a Paz, mas sim de impô-la, e para que tal segurança total, em termos políticos, fosse obtida, teria de ser muito mais eficiente na climinação das liberdades do que o foi qualquer dos impérios que a humanidade já conheceu. A «Paz romana», como aliás todas as outras no seio dos impérios, foi frequentemente salpicada por violentos conflitos interiores.

Mas será realmente desejável ou necessário obter a segurança à custa da liberdade?

Para responder a esta pergunta vamos socorrer-nos de novo da Constituição «Gaudium et Spes». No n.º 25, no primeiro parágrafo, postula-se a íntima relação entre o homem e a sociedade: «A índole social do homem demonstra que a promoção da pessoa humana e o desenvolvimento da sociedade estão mutuamente condicionados». Seguidamente no n.º 26, também no primeiro parágrafo, afirma-se que a conquista das boas condições de vida num mundo interdependente implica o mútuo respeito: «Da inter-

dependência cada vez mais estreita (...) segue-se que o bem comum — isto é, o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição — se torna hoje em dia cada vez mais universal, e por isso mesmo implica direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Todo o grupo deve ter em conta as necessidades e as legítimas aspirações dos outros grupos (...)»

Quer dizer, a via para o bem comum é a via do equilíbrio das diferentes necessidades e das diferentes aspirações dos diferentes indivíduos e grupos, ou seja, das suas liberdades.

No parágrafo a seguir, os bispos esclarecem sobre a necessidade de incluir a liberdade entre os pressupostos do bem comum: «É necessário, portanto, que se torne acessível ao homem tudo aquilo de que precisa para viver uma vida verdadeiramente humana, como é o alimento, o vestuário, a habitação, o direito de escolher livremente um estado de vida e de constituir família, o direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, a uma informação conveniente, o direito de agir segundo a recta norma da sua consciência, à protecção da vida privada e à justa liberdade, inclusivamente em matéria religiosa (...) Também a ordem social e o scu progresso devem subordinar-se constantemente ao bem da pessoa (...) Esta ordem deve desenvolver-se diariamente, fundar-se na verdade, edificar-se na justiça, vivificar-se no amor; mas deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano na liberdade.»

As garantias necessárias à vida humana inscrevem-se naquilo que se entende por Segurança. E entre elas, é incluída a liberdade, nas suas manifestações (direito de escolher livremente, direito de agir segundo a recta norma da sua consciência), no quadro que a pode proporcionar (protecção da vida privada, garantia dos bens materiais essenciais, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito) na sua própria essência (direito à justa liberdade e fundamentação do equilíbrio social na liberdade).

A opção cristã é pois clara. A Segurança inclui a Liberdade.

Temos portanto duas vias diferentes que conduzem à Segurança passando ambas pela Liberdade. Uma, eliminando a Liberdade, ou menosprezando-a, aparenta menos riscos, pressupõe a submissão. Sendo mais barata e mais cómoda no imediato, apresenta a sua verdadeira factura a mais longo prazo: o indivíduo ou o Estado que por ela envereda não mais poderá decidir por si mesmo do seu destino. Será e fará o que outros quiserem ou precisarem que faça.

Outra, valorizando e defendendo a Liberdade. É o caminho difícil, que exige sacrifícios, riscos e luta, mas que perserva a dignidade de se poder dispor de si próprio. Tratando-se das Unidades Políticas chama-se independência. Conquista-se e defende-se com a vontade colectiva das Nações (3), organizada e armada na Instituição das Forças Armadas.

3. A NAÇÃO

As Forças Armadas têm pois como razão de ser a necessidade de garantir a justa defesa colectiva dos bens e das vidas, isto é, a Segurança, bem como o direito que a colectividade tem de decidir livremente do seu destino, dos seus interesses, isto é, a Independência. Em ambos os casos, trata-se da Segurança e da liberdade ou Independência da comunidade inteira, politicamente organizada, o Estado-Nação, que assim aparece como o beneficiário e o destinatário da missão essencial das Forças Armadas.

Efectivamente, ao ler-se as Constituições Políticas dos mais diversos países, encontra-se sempre nelas expresso, por estas ou por outras palavras, a missão das Forças Armadas na garantia da Segurança e da Independência. Assim, na Constituição russa de 1977, o artigo 31.º estabelece que «A defesa da Pátria Socialista é uma das mais importantes funções do Estado, e diz respeito ao povo inteiro. Com vista a defender os ganhos do socialismo, o trabalho pacífico do povo soviético, e a soberania e integridade territorial do Estado, a URSS mantém forças armadas e tem instituído o serviço militar geral». O conceito de soberania, como sabemos, inclui o de Independência, e a defesa da integridade territorial conjugada com a da soberania equivale à defesa da Segurança.

Na Constituição suíça, para dar outro exemplo, desta vez de um Estado muito diferente da URSS, o artigo 85.º comete, aos dois conselhos em que se desdobra a Assembleia Federal, «as medidas destinadas à salvaguarda da segurança externa, assim como à manutenção da independência e da neutralidade da Suíça; as declarações de guerra e a conclusão da

⁽³⁾ O termo Nação é aqui utilizado, como se depreende facilmente da leitura do texto, no sentido em que geralmente o utilizam os autores anglo-saxões, de Estado-Comunidade ou Estado-Nação.

paz» assim como «o direito de dispor do exército federal», isto é, do instrumento necessário àquela segurança e àquela independência.

Para não alongar mais, desnecessariamente, estas referências a diversas Constituições só recordarei que na actual portuguesa, como aliás em todas as anteriores, se comete às Forças Armadas a mesma responsabilidade para com a Segurança e a Independência colectivas. Assim, no n.º 1 do artigo 273.º pode ler-se «As Forças Armadas Portuguesas garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do Território». Na Constituição de 1933, artigo 55.º, a redacção era diferente, mas a essência era a mesma: «O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra e mar, exigidas pelas supremas necessidades de defesa da integridade nacional e da manutenção da ordem e da paz.» Na de 1911, artigo 68.º, constava «todos os portugueses, cada qual segundo as suas aptidões, são obrigados pessoalmente ao serviço militar para sustentar a independência e a integridade da Pátria e da Constituição e para defendê-las dos seus inimigos internos e externos».

Outras citações se poderiam fazer das Constituições anteriores, e em todas elas encontraríamos as Forças Armadas vinculadas à Segurança e à Independência da Nação, por diferentes palavras, com mais ou menos pormenor, incluindo ou não também outros valores. Mas a ideia básica da garantia da Segurança e da Independência como missão fundamental das Forças Armadas aparece sempre.

É que, se a Nação existe como Estado, isto é, se assumiu politicamente a sua liberdade colectiva, o direito de por si própria exercer a sua vontade na sua organização interna e na definição dos seus objectivos internos e externos, ela tem de ter os meios necessários, mesmo que se não possa impor, pelo menos para se afirmar perante as outras comunidades. Mesmo sendo fraco e pobre, o Estado-Nação pode procurar o apoio de alianças e construir algum poder nacional mínimo capaz de dissuadir algumas agressões e responder a outras. Naturalmente que isso pressupõe sacrifícios e riscos... Já vimos também que é sempre esse o preço da liberdade.

As alianças e o Poder nacional mínimo necessário, ambos pressupõem a existência das Forças Armadas. No primeiro caso, por razões evidentes de dignidade, e também de poder negocial. Sem dignidade e sem poder negocial, as alianças transformam-se em sujeições, e a liberdade que era suposto defender fica logo perdida. No segundo caso, o Poder nacional,

para dissuadir ou para se exercer, obviamente tem de dispor dos argumentos últimos a que os conflitos podem sempre obrigar, isto é, das armas, bem como da vontade manifesta de as utilizar, se tal for imperioso. Como dispor das armas e manifestar a vontade de as utilizar, sem Forças Armadas?

As Forças Armadas aparecem pois directa e indissoluvelmente ligadas à própria existência da comunidade política desde que e enquanto esta queira ser independente. Não se pretende com isto afirmar que apenas às Forças Armadas compete a manutenção da independência. Todo um vasto conjunto de acções, e de políticas a isso são necessárias, e em todos os sectores da vida nacional, a começar pelos da cultura e da educação, onde se alimentam a identidade nacional e a vontade colectiva, e incluindo claramente os da economia, onde se entrelaçam as interdependências, e os da diplomacia, onde se discutem as relações, os limites e os conflitos, dos interesses da Nação face aos das outras. Mas as Forças Armadas, pelo simples facto de existirem e de serem o que forem, dão mais ou menos «peso» a muitas das acções nos outros sectores, e são sempre o último argumento quando a legítima defesa é necessária.

A influência da existência e da qualidade das Forças Armadas estende-se efectivamente aos outros sectores. Em primeiro lugar, as Forças Armadas emanam da Nação de que são uma das partes e a quem servem, e de que são, em certa medida, o espelho. Conforme escreveu Ortega y Gasset «o grau de perfeição do Exército mede com pasmosa exactidão as qualidades morais e a vitalidade do país» (4). Depois, além das missões essenciais e, digamos, ontológicas, das Forças Armadas, como garantes da Segurança e da Liberdade, em todos os países e em todos os tempos elas aparecem prestando à colectividade outros serviços, quer pelo aproveitamento dos meios humanos e materiais nelas disponíveis em outras actividades que não são sua responsabilidade primária, quer pelas consequências sociais da sua própria existência e actividade.

Estão no primeiro caso não só o recurso eventual às Forças Armadas em situação de crise, seja no salvamento e apoio da população, seja na intervenção para manter ou repor a ordem, como também os serviços

⁽⁴⁾ Ortega y Gasset, «Espanha invertebrada» segundo citação na revista «Baluarte», n.º 24, Abril 80, do ten.-cor. João R. Coelho.

que em todo o tempo as Forças Armadas prestam colaborando com os mais variados organismos e serviços públicos que utilizam ou que beneficiam directamente dos meios e das aptidões disponíveis naquelas Forças.

Estão no segundo caso serviços extremamente importantes mas que muitas vezes passam despercebidos, tais como a forte contribuição que prestam para a manutenção da estabilidade social, para o fortalecimento do patriotismo, para o aperfeiçoamento e a integração tecnológica de largas massas de população, e ainda para o desenvolvimento económico geral.

Estes serviços que as Forças Armadas prestam à Comunidade, como já se disse, não são a sua missão primária, não se inscrevem certamente na sua razão de ser. São contudo de grande importância e não podem ser esquecidos quando se fala na Instituição Militar. Muito diversos entre entre si, uma coisa os liga — a permanente referência à Nação. É sempre o bem público, o bem colectivo que se serve, é sempre o ideal nacional que os inspira.

4. A PAZ E GUERRA

As Forças Armadas aparecem pois tão intimamente ligadas à Nação, que é lícito perguntar se esta poderia existir como entidade politicamente independente sem elas. Logo no acto do seu nascimento a formação de Forças Armadas é um pressuposto, pois, conforme escreveu R. Aron, «as Unidades Políticas, os regimes constitucionais, devem todos a sua origem à violência» (5).

Originadas juntamente com o Estado-Nação independente no mesmo acto de violência, tendo como missões fundamentais conquistar e garantir a Segurança e a Liberdade da comunidade organizada em Estado-Nação, contra a violência de outras Unidades Políticas, as Forças Armadas aparecem sempre referidas à prática ou à possibilidade da violência. A discussão da sua razão de ser implica portanto necessariamente abordar, mesmo que apenas de forma muito sumária, esse vasto conjunto de problemas ligados à violência que diz respeito às Forças Armadas, a violência entre comunidades, a guerra.

^{(5) «}Paix et Guerre entre les Nations», 4.ª edição, Calmann-Lévy, pág. 61.

É demasiado evidente que num conjunto de reflexões como estas não cabe nem panorâmica nem análise de assuntos tão complexos como os que se referem ao que se entende por guerra, às causas da guerra, às formas da guerra, aos fins da guerra. Interessa-nos porém, e bastar-nos-á, discutir um pouco a inevitabilidade da possibilidade da guerra, e o papel das Forças Armadas perante ela.

A guerra é um acto de violência entre os grupos. Como acto de violência, tem as suas raízes biológicas nos comportamentos agressivos, intra-específicos, ultimamente tão estudados pelos ctólogos, e que aparecem em todos os animais, ligados de diversas formas, conforme as espécies, às competições pelo alimento, pelo sexo, pelo território, ou à defesa dos filhos. Nos animais sociais, os comportamentos agressivos englobam também a competição pela hierarquia dentro dos grupos, e verificam-se fenómenos de agressividade colectiva, quer de grupos competindo pelos territórios ou pelo sexo, quer dos grupos contra estranhos ao grupo que por norma são repelidos.

A generalidade destes comportamentos nas diversas espécies animais, a sua ritualização que por vezes se estende a outros padrões de comportamento (por exemplo, às actividades sexuais) mostram que a agressividade é uma componente biológica, susceptível de ser ritualizada (quer por processos evolutivos genéticos, quer por processos evolutivos culturais) mas não de ser eliminada. A natureza biológica do homem e os estudos que se têm feito sobre as raízes genéticas do seu comportamento mostram que o que atrás se disse se aplica também à espécie humana. O estudo da História Universal testemunha-nos a permanente presença da guerra em todos os lugares e em todas as épocas cobertas pela utilização da escrita. Alguns autores argumentam que essas civilizações conhecedoras da escrita possuíam já também a propriedade individual, e que era a competição pela posse dos bens que gerava a guerra. Antes disso, quando no Paleolítico as tribos nómadas perseguiam a caça, não havia razão nem ocasião para a guerra.

Não se pode provar o contrário desta hipótese, nem também se pode confirmá-la. No entanto, os antropólogos que têm estudado as sociedades que, nos nossos dias, conservam um modo de vida semelhante ao das mais primitivas comunidades humanas, têm encontrado não só a agressidade individual como também a agressividade colectiva, e testemunhado

ou recolhido testemunhos da aplicação dessa agressividade colectiva em acções de guerra. A esse respeito, e a propósito dos bosquímanos, escreveu Eibl-Eibesfeldt (6):

«Esses antropólogos acreditavam ter descoberto que os bosquímanos eram particularmente pacíficos, desprovidos de agressividade e vivendo em comunidades abertas. Segundo esses sábios, cada grupo permitia sem dificuldade o acesso do seu território aos não-membros, a pertença a um grupo não era nem determinada nem definitiva, e os territórios não eram defendidos.

Apesar de os autores destas afirmações terem modificado os seus pontos de vista nos anos seguintes, estes primeiros relatórios foram retomados por um certo número de copiadores desprovidos de espírito crítico. Isso mostrava, escreviam eles, que no estado primitivo o homem não tinha o sentido do território e não era agressivo. (...) Por consequência a agressividade não era um traço inato do homem, mas o resultado de um certo sistema económico, o produto do meio social. Os representantes desta tese iam ao ponto de afirmar que a maioria dos homens vivendo da caça e da colecta eram extraordinariamente pacíficos e que o homem do Paleolítico tinha, ele também, vivido em paz.

Estas afirmações não são fundamentadas e são fáceis de refutar. (...) As pinturas rupestres datando do paleolítico mostram homens que se lançam mutuamente flechas, e em esqueletos fósseis encontramos cicatrizes de machados de combate e de pontas de flechas de pedra incrustadas (...) Sabemos também que os povos que hoje vivem da caça e da colecta não são de modo algum pacíficos na sua maioria. Contudo, os bosquímanos poderiam ser uma excepção interessante.

Mas pude rapidamente constatar que essa pretendida disposição pacífica dos bosquímanos não correspondia ao que se tinha dito. Em primeiro lugar, podem-se ver antigas pinturas rupestres dos bosquímanos representando combates (...) também encontrei escritos menos recentes de numerosos relatórios de etnólogos que descreviam comportamentos territoriais e combates entre grupos de bosquímanos (...)

^{(6) «}Par delá nos differences», Edições Flamarion, 1979.

Nenhum bosquímano se arrisca a caçar fora do território do seu grupo (...) Onde o território dos bosquímanos não está ainda penetrado pelas quintas, mas onde o de uma tribo se ajusta com o de outra, todos os bosquímanos sabem que não devem caçar nem colher no território alheio. Se um caçador é apanhado, é condenado à morte.»

Vimos portanto que os comportamentos agressivos individuais se encontram em todos os animais e também no homem, e que os comportamentos de agressividade colectiva verificados pelos etólogos entre os animais sociais parecem verificar-se também, nas suas várias formas que incluem a guerra, entre os grupos humanos, em todos os tempos e em todos os lugares. A eliminação definitiva da guerra é um objectivo muito grato, que merece sem dúvida todos os esforços e todos os sacrifícios. É também um objectivo muito antigo, e esse facto, conjugado com o que a apreciação objectiva do comportamento humano nos ensina, deve levar-nos a ser realistas e prudentes. Não é possível eliminar as causas profundas da guerra, que estão na própria natureza biológica do homem. Apenas é possível ritualizar e controlar as suas pulsões agressivas, através de processos culturais, e isso é o que, afinal, século após século, muitos homens, cada vez mais, vem procurando fazer. É um processo necessariamente lento. Os homens, os vários biliões de homens que partilham o mundo não podem ser todos transformados de um momento para o outro, nem sequer de uma geração para a outra.

Assim, enquanto os homens de boa vontade continuam a procurar ajudar essa transformação cultural que permita um dia dominar a violência nos corações dos homens, há que aceitar o facto irrecusável de que a possibilidade da guerra continua e não pode ser eliminada. Há que viver com isso, e do realismo com que forem encarados os factos continuará a depender a Segurança e a Liberdade dos Estados-Nações.

Qual é então o papel das Forças Armadas perante este fenómeno de comportamento social humano cuja permanente possibilidade parece não poder ser eliminada? Não serão as Forças Armadas elas próprias a origem da guerra já que é para isso que existem? Não serão os generais sedentos de glória e os oficiais em busca de promoção que a desejam?

Essa opinião tem alimentado algumas correntes antimilitaristas. Embora seja uma opinião já antiga e ultrapassada, que surgiu com grande

vigor nos primeiros momentos associativos das massas trabalhadoras da primeira metade do século XIX, bem como entre as franjas radicais anarquistas da burguesia da mesma época, ainda hoje encontra alguns defensores. No entanto, esses mesmos movimentos operários e franjas radicais antimilitaristas, quando desencadeiam a insurreição da Comuna de Paris, desde logo organizam as suas próprias Forças Armadas, a que chamam Guarda Nacional. A ligação aparece evidente: são as necessidades postas pela vontade política que precisam de um instrumento, e se ele não existe, fabrica-se. Tal como Clausewitz escreveu no seu muito conhecido aforismo: «A guerra é a continuação da política por outros meios.» É sempre da vontade política que se originam as guerras e que elas se terminam. Entretanto, entre o início da guerra (em cuja decisão política elas não influem mais do que qualquer das outras partes da Nação) e o fim da guerra, as Forças Armadas fazem a guerra. É essa a sua participação na guerra: apenas fazê-la, como instrumento que são da vontade política da Nação. E se as Forças Armadas não existissem, nem por isso deixaria de haver guerras, mortos e desolação, como amplamente o demonstram a História das comunidades em que não havia Forças Armadas institucionalizadas, assim como o panorama quotidiano das guerras civis, revolucionárias, subversivas, etc., em que os grupos que não têm Forças Armadas institucionalizadas, mas têm vontade política e objectivos políticos, rapidamente improvisam a organização armada que faça as suas vezes. É óbvio que a raiz dos conflitos e da guerra nada tem que ver com a institucionalização das Forças Armadas. Estas apenas garantem ao Estado-Nação uma melhor capacidade para se defender e se afirmar.

Ao garantirem a capacidade de o Estado-Nação se defender, e ao testemunharem, pelo próprio facto de existirem e de se treinarem, a vontade que o Estado-Nação tem de defender a sua Independência e a sua Segurança, as Forças Armadas, bem ao contrário do que julgam os antimilitaristas, muitas vezes têm evitado que a guerra ocorra. É aquilo que em linguagem militar se designa por «dissuasão», e que significa a capacidade de incutir no adversário a convicção de que os possíveis ganhos do seu ataque não compensariam os danos provocados pela resistência que encontrariam.

Este aspecto é muito importante. A paz verdadeira, aquela que se deve procurar alcançar, deverá ser uma Paz de justiça, muito semelhante a que a Constituição «Gaudium et Spes» refere: «A paz não é unica-

mente a ausência da guerra, nem se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provém de um domínio despótico, mas define-se, com razão e propriedade, obra da justiça» (7). Mas esta Paz não existe, nem existem os meios nem as condições de a instaurar. É apenas um projecto orientador. Entretanto, no mundo real, as Pazes possíveis têm sido e continuam a ser ou as que resultam do equilíbrio das forças, ou as que provêm do domínio despótico. Se recusarmos a Paz da sujeição só nos resta buscar a Paz no caminho do equilíbrio das forças. Esse é o caminho da dissuasão, e neste caminho da Paz, as Forças Armadas são, uma vez mais, o instrumento indispensável da vontade política. Conforme já aqui se referiu, também na «Gaudium et Spes» se pode ler: «Os que, por obrigação de servir a pátria, se encontram no Exército, considerem-se instrumentos da segurança e liberdade dos povos, e, exercendo rectamente esta função, contribuam realmente para estabelecer a paz.»

5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Do que ficou dito parece portanto poder-se concluir que as Forças Armadas existem para conquistar e defender a Segurança e a Liberdade dos povos a que pertencem, na complexa inter-relação de interesses das Unidades Políticas, em que a ausência de uma autoridade supranacional impõe a cada uma a permanente necessidade de garantir a sua própria defesa. Ao defender a Segurança e a Liberdade, as Forças Armadas efectivamente contribuem para a Paz possível no mundo actual, dilacerado por profundos conflitos cuja redução ou desaparição não se prevê possível a curto ou a médio prazo, e em que portanto o afastamento da possibilidade da guerra só pode conseguir-se ou pela submissão ou pelo equilíbrio dissuasor.

Prosseguindo estes objectivos eminentemente nacionais, que são efectivamente a sua razão de ser, as Forças Armadas terão tanto mais possibilidades de os alcançar quanto mais identificadas estiverem com a própria Nação a que servem.

Elas são o que em cada momento o povo de que emanam quiser que elas sejam, e, reflectindo a vontade do Povo, nessa mesma medida o reflectem a ele.

^{(7) «}Gaudium et Spes», n.º 78 § 1.

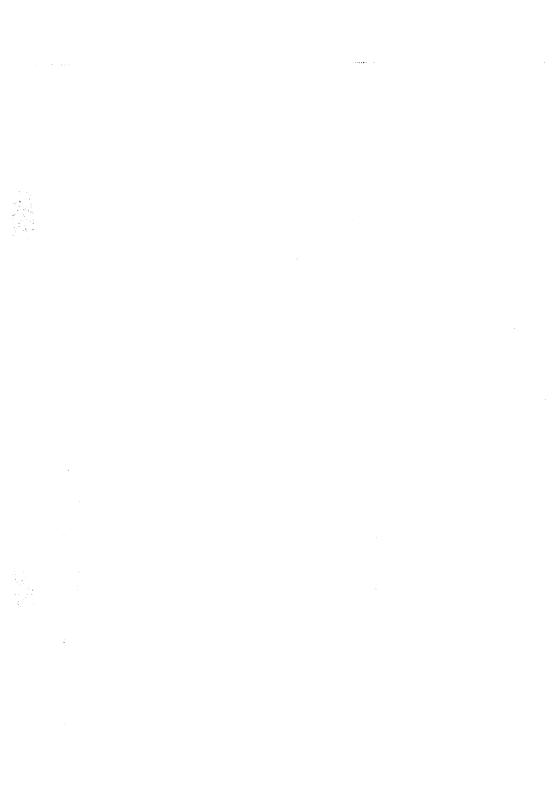
Porque emanam da Nação, são parte da Nação, e servem a Nação, as Forças Armadas não se limitam nunca ao serviço das suas missões essenciais. Verdadeira espinha dorsal da Nação, na medida em que nelas assentam a Segurança e a Liberdade dela, constituem ou devem constituir uma fonte de força, de dignidade e de grandeza, de patriotismo e de dedicação. As suas actividades e capacidades, ao mesmo tempo que alimentam o patriotismo e a estabilidade nacional, também contribuem de várias formas para o progresso económico e constituem recurso para as ocasiões de crise.

Em conclusão, o problema da razão de ser das Forças Armadas reconduz-se ao problema da própria existência do Estado-Nação. Se queremos ser portugueses livres, senhores do nosso próprio destino colectivo, não podemos então prescindir das Forças Armadas, que são parte essencial da Nação, que existem para afirmar e defender a sua identidade nacional e com ela os valores que lhe são intrínsecos, que têm como finalidade exclusiva e permanente o serviço do todo nacional, e que, pela sua própria força, e por aquela que lhes advém das alianças de que fizerem parte, dissuadindo assim os possíveis agressores, contribuem para a conquista e manutenção da única Paz que é possível em termos de Segurança e de Liberdade; a Paz do equilíbrio.

Sintra, 17 de Fevereiro de 1982.

François Martins
Coronel Art.* Parag.

A CIRCULAÇÃO FACTOR DA ANÁLISE POLÍTICA E ESTRATÉGICA



A CIRCULAÇÃO FACTOR DA ANÁLISE POLÍTICA E ESTRATÉGICA

A noção de «espaço acessível ao Homem» surge-nos, a um tempo natural e resultante da interacção Homem-Ambiente da qual emerge o sentido de «organização do espaço».

Esta noção de «espaço», no qual o Homem vive e desenvolve a sua actividade, onde se movimenta portanto, tem vindo a ser encarada com um significado crescente, podendo mesmo a sua análise ser considerada como o próprio objecto da investigação geográfica.

A tipologia actual das interacções Homem-Ambiente aponta para que, tanto o político, como o estratega e o economista, se sintam conduzidos à consideração da Terra como um todo, no qual os fenómenos se repercutem com uma cada vez menor dependência do local em que ocorrem.

Esta verificação da globalidade dos fenómenos poderá corresponder à conjugação de dois vectores actuantes:

- a ameaça que a escassez impõe aos actuais modelos socioeconómicos do mundo desenvolvido uma vez que as sociedades assentes em economias de base rural estão, por natureza, mais adaptadas aos condicionalismos decorrentes do ambiente natural, isto, entre outras razões, pela ausência das instantâneas dependências geradas pelo abuso do consumo (auto-alimentador da indústria) e da urbanização, como formas de vida;
- a actual especificidade da dinâmica do poder, resultante de uma profunda alteração sofrida pelo significado do «tempo» — esta derivada do crescimento em exponencial do ritmo da evolução tecnológica, projectado na economia, nas comunicações de transporte e de relação, nos meios e processos de guerra, na viabilidade das organizações transnacionais e internacionais e das perspectivas abertas pelo acesso ao espaço exterior.

A globalização dos fenómenos pode, pois, ser interpretada como uma causa da evolução do significado do conceito de espaço, entendido (1), em qualquer escala de análise, como decomponível em três dimensões:

- a «horizontal» que integra os conceitos de extensão, posição, configuração, morfologia e recursos naturais;
- a «vertical» que surge quando o Homem e a sua Actividade se erguem daquela dimensão horizontal — os factos económicos, sociais, culturais e políticos;
- o «tempo», considerado como a interacção das dimensões «horizontal» e «vertical», num determinado período.

É a contracção sofrida por esta última dimensão do «espaço» (redução da sua componente temporal), motivada por uma ressonância dos fenómenos — factor multiplicativo da sua variabilidade — que se julga estar na origem de uma noção alargada de continuidade do espaço.

Não quer isto significar a total perda do sentido das distâncias e dos obstáculos que mantêm a sua importância relativa, particularmente em termos económicos e de usura, embora, já somente, quando considerados em escala global.

Não quer dizer também que todos os lugares do espaço passem a ter uma mesma importância política ou estratégica para os «actores» predominantes da cena internacional — o que é importante para uns não o é, necessariamente, para outros —, mas a globalização e a consequente continuidade alargada do «espaço» acarreta não só o avultar dos fenómenos respeitantes ao que for eleito por mais do que um actor ou grupo de actores como política e estrategicamente importante, como também aumenta o significado da acumulação de vantagens, ainda que não vitais para o opositor, quando individualmente consideradas.

Este tipo de análise conduz a considerar a circulação — enquanto significante do sentido dinâmico das comunicações de relação e de transporte — não só como uma resposta a imperativos decorrentes dos elementos físicos e humanos do «habitat», mas também como influenciadora (em retorno) da evolução da noção de «espaço».

⁽¹⁾ Alargamento do conceito de espaço político de Saul B. Cohen.

Efectivamente, ao corresponder a um conceito de acessibilidade das várias regiões a pessoas, ideias e bens, aumenta a variabilidade de cada uma das componentes do «espaço», portanto, do «espaço» como um todo, pelo que constitui um importante vector no fenómeno de globalização.

Como tal, constitui um elemento essencial para o estabelecimento e evolução da organização política do espaço e para a estruturação e operação das expressões de poder daí resultantes.

A circulação, fenómeno intrínseco à actividade humana, ressalta desde já, assim, como factor crítico da análise política e estratégica.

Em relação ao Estado-Nação e aos sistemas de relações em que estes «actores» se movimentam, o desenvolvimento tecnológico dos meios e processos à disposição da circulação, trouxe consigo, neste século, um duplo efeito: se por um lado aumentou a capacidade de controle e de intervenção, por outro impôs-lhe vulnerabilidades crescentes, estas decorrentes do alargamento do sentido da contiguidade do espaço, o que provocou um obstáculo ao isolamento de qualquer natureza, constituindo, portanto, um elemento de pressão para comportamentos intervencionistas.

Para o Mundo, como um todo, o mesmo fenómeno representa um instrumento de viabilização das Organizações Transnacionais e Internacionais e uma mais vincada consciência do sentido universal do Homem, isto por um apagamento tendencial do significado das fronteiras e pela possibilidade de interpretação exterior do Mundo convencional.

A influência da circulação — como componente da expressão do poder — parece então reforçada, tanto mais que, para além do seu impacte directo, surge também, indirectamente, através da sua projecção nos fenómenos ideológico e religioso, enquanto figura central do desenvolvimento cultural que é.

A sua componente — comunicações de relação — ressalta agora com uma importância decisiva no desenvolvimento das sociedades humanas organizadas, na difusão de ideias e na transmissão de dados e informações, cuja oportunidade é, hoje em dia, imprescindível às actividades políticas, económicas e estratégicas, nomeadamente à expressão do poder ideológico.

A outra componente — as comunicações de transporte — surge, cada vez mais, em correspondência a um sistema circulatório da actividade

e comerciais, da logística de produção e da capacidade de aplicação do poder, logo, elemento decisivo na Política e na Estratégia.

No limite, na sociedade industrial e na era atómica, pode considerar-se que o «movimento» é o cerne de toda a actividade humana. Neste sentido, o Mundo dos nossos dias poderá ser caracterizável pela sua dinâmica circulatória, conclusão que aponta para um reforço da importância dos estudos de base geográfica, em que as suas componentes física e humana são chamadas à concepção e operação dos modelos interpretativos de uma realidade assente na geografia da circulação.

Deste quadro, poderá então surgir um Mundo transfigurado por uma evolução tecnológica tal que, ao permitir um gigantesco e fechado sistema circulatório, o transforma num imenso «espaço» integrado e contínuo, no qual a Política e a Estratégia tendem para um sentido universal, para cuja interpretação a Geopolítica e a Geoestratégia poderão concorrer por uma análise sistémica dos factores geopolíticos e geoestratégicos, num conjunto formado pelo fenómeno da circulação, veiculador dos fluxos de vontade das associações humanas.

Desta análise ressaltam, então, como fulcrais, a capacidade de intervenção espacial no sistema (acelerações, reencaminhamentos ou interrupções) e a possibilidade de vigilância e controle como formas de obstar à «Surpresa». Daqui, a importância crescente, para controle e vigilância, da disponibilidade de plataformas oceânicas e continentais (com relevo para as Regiões Polares) e aeroespaciais, bem como o incremendo do valor das profundidades oceânicas, quase única possibilidade de refúgio, viabilizadora da «Iniciativa» possível.

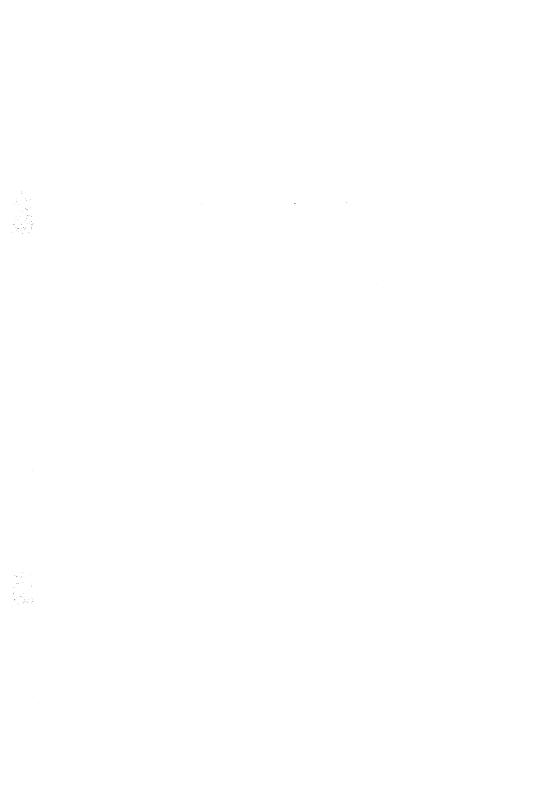
30 de Janeiro de 1982.

José Carlos de Azevedo Geraldes

Coronel

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL SEMINÁRIO

A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL RELATÓRIO



INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL SEMINÁRIO

A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

- a. O presente relatório pretende constituir uma síntese das comunicações realizadas e das conclusões obtidas durante o seminário em epígrafe.
- b. O seminário em apreço decorreu no IDN de 16 a 19 de Novembro de 1981 com o programa constante do Anexo A. Com os intervenientes — cuja relação consta do Anexo B — organizaram-se três Grupos de Trabalho (GT) para discussão do problema e apresentação de conclusões.

2. COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

As oito comunicações apresentadas durante o seminário tiveram os seguintes temas:

- 1.ª A importância da base industrial para uma política de Defesa Nacional:
- 2.ª O problema da transferência de tecnologia;
- 3.ª A indústria militar portuguesa: Componente do Exército;
- 4.4 A indústria militar portuguesa: Componente da Marinha;
- 5. A indústria militar portuguesa: Componente da Força Aérea;
- 6.ª As potencialidades da indústria nacional perante a Defesa Nacional;
- 7.º Perspectivas para a indústria nacional resultante das necessidades de defesa e da NATO;
- 8.* As possibilidades das indústrias dos pequenos países perante os mercados externos.

3. ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DAS COMUNICAÇÕES

a. A importância da base industrial para uma política de Defesa Nacional A primeira conferência analisou a indústria portuguesa segundo os critérios da diversificação, do domínio integral da tecnologia e da existência de tensões sociais, tendo concluído que apresenta grandes vulnerabilidades apesar de contribuir com 34% para o PNB, de empregar cerca de 27% da população activa e de ser responsável por cerca de 85% das exportações e por cerca de 60% das importações.

As principais vulnerabilidades são devidas ao facto de a rede industrial nacional ser formada por milhares de pequeníssimas empresas sem dimensão, que funcionam em péssimas condições tecnológicas e de gestão e que apenas poderão sobreviver graças ao baixo custo da mão-de-obra, à existência de um mercado nacional ainda com muito reduzida concorrência estrangeira e, ainda, à rusticidade geral do ambiente em que se inserem.

A falta de dimensão de grande maioria das empresas nacionais há que acrescentar a inadequação generalizada da base societária por não existirem entre nós as autênticas sociedades anónimas, com o capital verdadeiramente pulverizado, o que constitui a solução teórica do capitalismo para o conflito de interesses entre patrões e trabalhadores, por ambos poderem ter o mesmo estatuto.

Por outro lado, e de uma forma geral, a grande maioria das nossas empresas não dispõe de tecnologia apropriada e não possui capacidade, a nível empresarial, para absorver a tecnologia disponível no exterior, sendo, a maior parte das vezes, a importação de tecnologia apenas mera autorização para produzir segundo concepção alheia. A maneira que parece ser mais eficaz para lutar contra uma estrutura industrial acéfala e telecomandada do exterior será o apoio do Estado às poucas empresas existentes que procuram criar estruturas tecnológicas próprias, capacidade de investigação, de projecto e de desenvolvimento.

A falta de diversificação da indústria nacional é outra das suas grandes vulnerabilidades, porque há falhas graves que ocasionam que, por vezes, seja difícil encontrar produtos industriais resultantes de transformações inteiramente nacionais de matérias-primas.

Só por intermédio do investimento maciço em equipamentos é que se conseguirá aumentar a produtividade, reduzindo os custos e aumentando a competitividade. Acontece, porém, que o País não produz a grande maioria dos equipamentos e, em consequência, a sua forçada importação rompe o ciclo produtivo nacional e aumenta a dependência do estrangeiro. Isto é, a produtividade e a competitividade apenas se podem aumentar pela cedência de postos de trabalho ao estrangeiro, ou seja, pela desindustrialização.

b. O problema da transferência de tecnologia

No âmbito do problema de transferência de tecnologia considerou-se que esta tem uma dimensão empresarial e uma dimensão nacional, sendo a última de natureza essencialmente estratégica, relacionada com a salvaguarda da independência nacional e com a consecução dos objectivos políticos de desenvolvimento a médio e a longo prazo. A tecnologia é constituída por duas espécies de conhecimentos:

- Os primeiros, específicos, ligados à produção de bens materiais (incorporados em máquinas, desenhos, fórmulas e outros resultados de investigação);
- Os segundos estão associados aos mecanismos de apoio e de coordenação do processo produtivo e do sistema de defesa (relativos à organização, gestão, força de trabalho, etc.).

Na prática, as transferências de tecnologia processam-se através de três canais principais:

- -- Importação de máquinas e de equipamento;
- Investimento estrangeiro;
- Contratos de licenciamento respeitantes a processos de produção, patentes, modelos e desenhos, assistência técnica, etc.

A permissão de investimentos estrangeiros tem tido muitas vezes por consequência a transferência para o exterior de centros de decisão económica o que, ao fim e ao cabo, significa redução de independência política e, também, que a riqueza criada no País é parcialmente aplicada em proveito de economias estrangeiras.

A forma como tem sido adquirida a tecnologia não tem permitido a constituição de núcleos geradores de desenvolvimento, não facultando o acesso do País aos processos mais próprios para a autonomização do aparelho produtivo nacional, porque ainda não foi tida em devida conta a necessidade nacional de desenvolvimento global. Acresce a circunstância de nenhum país poder produzir a tecnologia indispensável para o seu desenvolvimento sem possuir a sua própria investigação científica, dado que, nas sociedades modernas, a ciência constitui a fonte primária da geração de valores, de uso e de troca, e é reconhecida como factor de expansão tão importante como o capital e o trabalho.

c. A indústria militar

A indústria militar, nas suas três componentes, abrange a produção e a manutenção, não só de materiais e equipamentos especificamente militares — armamento, viaturas, aeronaves, navios, munições — que se revestem de primordial interesse militar, mas também de artigos para a satisfação das necessidades de vida das tropas — alimentação, artigos de intendência, fardamento, medicamentos, etc. Enfim, uma quase inesgotável gama de materiais, equipamentos e artigos de toda a ordem.

Por este motivo os estabelecimentos fabris militares são muito diferentes entre si, muito mais mesmo do que vulgarmente se pensa, mas podendo ser agrupados em quatro grupos, tomando por base as respectivas actividades principais. Assim:

- 1.º grupo Produção e comercialização de artigos de fardamento e equipamento, géneros alimentícios, medicamentos e produtos afins:
- 2.º grupo Função típica de arsenal militar, isto é, órgãos de apoio logístico do respectivo Ramo, fundamentalmente para a manutenção de navios, aviões e viaturas automóveis;
- 3.º grupo Fábricas produtoras de armamento e munições;
- 4.º grupo Unidades industriais ligadas ao sector químico (explosivos, carregamento de granadas, pólvora negra, etc.).

A indústria militar, isto é, aquela que produz e mantém principalmente os materiais especificamente militares, compreende estabele-

cimentos estatais e privados e assume importância considerável a nível nacional mercê dos efectivos empregados, do valor da produção industrial e da respectiva facturação, embora, devido às reduzidas dimensões do mercado interno, esteja amplamente dependente das exportações que será necessário fomentar com dinamismo e agressividade.

Por outro lado, a indústria militar, principalmente as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, tem contribuído de forma considerável para a obtenção de tecnologia.

A capacidade excedentária dos estaleiros de construção e reparação naval, aliada ao facto de as nossas frotas mercantes e de pesca necessitarem de aumento e de modernização, parece apontar para o lançamento de um plano de construção naval a longo prazo, o qual permitirá a especialização dos estaleiros, o lançamento de indústrias subsidiárias e a satisfação das necessidades das várias Marinhas.

d. As potencialidades da indústria nacional perante a Defesa Nacional

As potencialidades da indústria nacional encontram-se afectadas pelo que se poderá denominar ciclo de declínio da nossa economia. Dado que se trata de um ciclo auto-sustentado poder-se-á iniciar a sua análise por qualquer ponto a fim de atingir as principais conclusões:

- A baixa produtividade não permite obter nova riqueza para o País e atingir níveis de vida mais elevados porque Portugal não pode competir nos mercados internacionais de modo a que se consiga travar a progressiva erosão da nossa balança de pagamentos por intermédio dum aumento mais rápido das exportações;
- Aumentos salariais que ultrapassam largamente o crescimento da produtividade, o que conduz ao declínio da rendibilidade do sector industrial;
- Os lucros, principal origem de fundos para o financiamento das empresas, e o investimento de particulares na indústria foram reduzidos em consequência do aumento de salários, levando as empresas a aumentar o seu endividamento;
- Os postos de trabalho extintos na indústria para aumentar a sua produtividade são absorvidos pelo sector público ou pelo desem-

- prego e fazem aumentar as despesas públicas, cuja taxa de crescimento ultrapassou a taxa de crescimento da economia;
- Os governos competem com as empresas por fundos que poderiam ser canalizados para a indústria e encaminham-nos para o consumo. Esta luta levou à subida das taxas de juro que actualmente são em Portugal mais altas que no estrangeiro;
- A indústria portuguesa está amplamente dependente de capitais alheios. Lucros decrescentes e custos financeiros crescentes tornam difícil cobrir os juros anuais e impedem o investimento adicional;
- A necessidade de aumentar a produtividade das empresas implica uma diminuição de oportunidade de emprego e contribui para a deterioração das relações laborais;
- A relação entre os salários e a produtividade é o factor crítico que influencia a longo prazo a rendibilidade subjacente ao investimento.

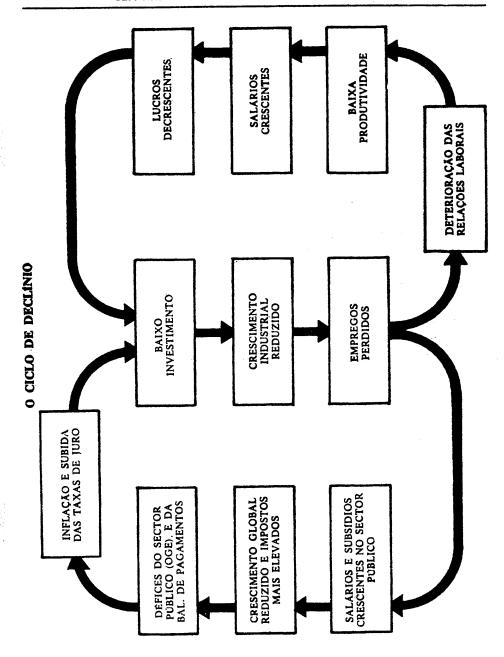
A única forma de escapar ao ciclo de declínio é aumentar sensivelmente o ritmo do crescimento económico por intermédio de uma produtividade global mais elevada, maior produção, mais emprego, salários mais elevados e melhores níveis de vida.

A prioridade das prioridades deverá ser a fixação de uma taxa de investimento mais rápida no sector industrial, para o que será preciso uma multiplicidade de acções a tomar por todos os interessados — accionistas, empresários, gestores, líderes sindicais, trabalhadores e responsáveis da administração pública.

No essencial é necessário poupar mais, tanto ao nível das empresas como ao nível dos particulares, ou canalizar em maior proporção as nossas poupanças para o investimento industrial, ou ambas as coisas.

O crescimento do investimento — urgente e inadiável — pressupõe alterações de fundo no quadro institucional regulador da actividade económica e exige o estabelecimento dos seguintes princípios basilares de referência:

 Aceitação por todos os agentes económicos e pelas forças democráticas de que o funcionamento da nossa economia deve ser pautado pelas leis do mercado concorrencial;



- Recolocação da função das empresas na perspectiva de uma economia em crescimento, aberta ao exterior, e potenciação da sua capacidade de actualizar o progresso técnico e de criar riqueza a partir dos recursos internos disponíveis;
- Funcionamento correcto do mercado garantido pelo Governo, assegurando uma igualdade de oportunidades para todos os empresários;
- Prossecução do ideal da verdade dos preços e dos custos que não deve ser escamoteado ou destruído pela intervenção do Estado;
- Melhoria da gestão e reorientação da estratégia empresarial;
- Apreciação da eficácia produtiva em termos reais, isto é, em quantidades físicas e não em valores;
- Criação, por parte das empresas, em especial das maiores, de novos postos de trabalho realmente produtivos para libertar trabalhadores do subemprego por acréscimo de produtividade;
- Aproveitamento máximo dos incentivos do investimento;
- Cuidado em não sobrevalorizar a inflação;
- Melhoria do planeamento dos investimentos;
- Necessidade imperiosa de assegurar na indústria uma taxa de crescimento mais elevada.

Em conclusão, o conferencista foi de parecer que:

- Não há uma chave única para aumentar o investimento no sector privado da indústria. É fútil atacar os elementos do problema separadamente; é necessário um programa global e coerente;
- A dimensão do problema é tal que pouco se obterá por ajustamentos marginais;
- A escala de tempo da tarefa é muito maior do que os políticos se atrevem a sugerir porque a tendência de anos não pode ser invertida num ano ou dois.
 - Acções precipitadas poderão comprometer todo o programa de recuperação;
- Após a ultrapassagem das dificuldades actuais jamais se poderá regressar ao clima de irresponsabilidade anterior.

No que concerne às relações entre as F. A. e a indústria é indispensável a colaboração mútua porque a estratégia de Defesa Nacional

definida para um país e os consequentes projectos industriais associados concorrem, de um modo importante, para o progresso económico e científico desse país.

Por enquanto, em Portugal, o contributo da indústria nacional para satisfação das necessidades das F. A. é surpreendentemente escasso, nomeadamente no que respeita às indústrias de vestuário, calçado e alimentares, sectores onde as F. A. desenvolveram as suas capacidades próprias.

Torna-se indispensável um esforço orientado para uma melhor programação das encomendas que permita às empresas prepararem-se, quer planeando a sua preparação, quer agrupando-se entre elas para satisfação dos volumes encomendados.

Para se atingir este desiderato parece recomendável que, antes de serem abertos os concursos, as F. A. contactem com as associações sectoriais representativas das indústrias fabricantes, no sentido de os termos do concurso serem estabelecidos de modo a permitir uma efectiva participação das empresas (em especial de Pequena e Média Empresa).

Também podem ser estabelecidos contratos-programas ou contratos de desenvolvimento que, a prazo, propiciem uma efectiva cooperação entre as F. A. e a indústria com resultados positivos, em especial naqueles sectores onde existe uma tendência perniciosa para a importação.

e. Perspectivas para a indústria nacional resultantes das necessidades de defesa e da OTAN

A Aliança Atlântica constitui um bom mercado potencial para a indústria nacional se pudermos — e soubermos — aproveitar as possibilidades que são oferecidas ao nosso país.

Os principais «clientes» possíveis são as forças militares estacionadas fora do território nacional mas em território aliado (caso, por exemplo, das forças dos EUA com base na República Federal da Alemanha) e as Forças Armadas dos países aliados.

No entanto, a falta de estandardização do material e equipamento entre as F. A. dos países membros constitui uma das mais importantes fraquezas da Aliança, quer do ponto de vista operacional,

afectando a interoperacionalidade e fazendo aumentar a razão custo//eficácia, quer do ponto de vista logístico, em que é ainda mais necessária a normalização, tendo em vista a intermutabilidade de peças e de sobressalentes e os custos de manutenção.

As áreas em que a OTAN poderá constituir mercado potencial abrangem quase todos os sectores da actividade industrial: armas, munições e outro material necessário para a conduta das operações, combustíveis, artigos indispensáveis à vida das tropas, artigos de cantina, acessórios, etc.

Em algumas destas áreas a indústria portuguesa tem poucas hipóteses concorrenciais, enquanto outras se apresentam, desde já, com bastantes possibilidades.

Assim, parece não haver grandes possibilidades de explorar o campo da investigação, devido ao marcado atraso científico e tecnológico do nosso país.

Já o capítulo do desenvolvimento é passível de exploração mal-grado algumas carências e dificuldades.

No âmbito da produção, a cooperação só será possível como segundos contratantes salvo nos seguintes casos:

- Fornecimentos de armamento e equipamento cujo fabrico seja dominado pela nossa tecnologia, estabelecidos por contratos governo a governo mediante decisão política de apoio à economia nacional;
- Subcontratos com contratantes principais com possível inovação tecnológica desde que o País seja comprador de sistemas de armas produzidos;
- Subcontratos (eventualmente contratos) de equipamentos diversos, não necessariamente material de guerra, ao abrigo do «Memorandum of understanding» entre Portugal e os EUA;
- Contratos ou subcontratos para os programas de infra-estruturas da Aliança.

O aproveitamento prático da OTAN como mercado para a indústria nacional só será possível se se definir uma política adequada, com o correspondente apoio governamental, e uma conveniente resposta da indústria, que tem de se interessar por este campo de actividade,

ter dinamismo e agressividade, e participar empenhadamente nas iniciativas da Administração.

As vias a seguir passam pela criação da estrutura própria ao nível MDN e pela consecução de «joint-ventures» ou pela subcontratação, com o apoio da Administração por intermédio de organismos apropriados, já existentes ou a criar.

f. As possibilidades das indústrias dos pequenos países perante os mercados externos

Para que os pequenos países possam decidir sobre uma indústria de defesa convenientemente dimensionada há, em primeiro lugar, que definir os objectivos das F. A. dentro de um conceito realista que entre em linha de conta com a capacidade financeira do país, com as suas alianças, com o emprego prioritário da indústria existente ou a criar e com o subsequente apoio logístico de conservação e manutenção.

No conceito de indústria de defesa poder-se-ão considerar dois aspectos distintos:

- Indústrias predominantemente militares (produção de armamento, de munições, de mísseis, de pólvoras e combustíveis sólidos);
- Indústrias de vocação militar e civil (construção naval, de viaturas militares, aeroespacial e de electrónica).

No primeiro caso — indústrias predominantemente militares — o dimensionamento das unidades para serem viáveis requer um grande esforço de investigação nacional ou negociações para a aquisição no estrangeiro do indispensável «know-how» ou, ainda, a formação de «joint-ventures» para a exploração dos mercados interno e externo. No segundo caso — indústrias de vocação militar e civil — as prioridades de escolha das novas indústrias ou da melhoria das existentes têm que partir duma análise global dos mercados externos e internos.

Como se depreende, a indústria de defesa terá por objectivo principal a contribuição para a defesa do País. A exportação é um objectivo secundário, embora indispensável para se conseguir viabilizar as empresas que não possam viver exclusivamente do mercado interno.

No caso português o desenvolvimento das indústrias de defesa de modo a satisfazerem as necessidades nacionais e a contribuírem para a obtenção de tecnologia e de divisas está dependente, sobretudo, das seguintes condições:

- Reestruturação do sector com vista à satisfação das necessidades nacionais;
- Apoio estatal à reestruturação aprovada;
- Adopção de operações de penetração nos mercados estrangeiros, coordenada pelo Governo e com a participação dos departamentos estatais, associações industriais e comerciais e empresas;
- Medidas necessárias para adaptar a organização administrativa à prática dessas operações globais;
- Necessidade de continuar a desenvolver iniciativas sectoriais em países específicos onde a experiência tal aconselhe.

A conquista dos mercados externos — nomeadamente os do Terceiro Mundo — impõe uma estratégia global, empreendida pelo Governo, envolvendo um conjunto de acções coordenadas e desenvolvidas pelas empresas de todas as actividades industriais com capacidade, estrutura e vocação para se imporem mediante uma metodologia correcta e realista. Os mercados externos onde a acção global se afigura prioritária, são:

- Os países árabes produtores de petróleo;
- Os países africanos de expressão portuguesa;
- Os países africanos produtores de petróleo;
- Os países da América do Sul e Central produtores de petróleo;
- -O Brasil.

4. SINTESE DOS RELATORIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GT)

a. 1.º GT

- (1) Como sectores industriais fundamentais com interesse para a Defesa Nacional são considerados os seguintes:
 - Energia;
 - Indústria de frio;

- -- Pescas;
- Reparação, manutenção e construção de navios;
- Construção e reparação no âmbito dos transportes terrestres;
- Reparação e manutenção de aeronaves;
- Indústrias que permitem o emprego de matérias-primas nacionais, designadamente os minérios estratégicos: ferro, urânio, cobre, volfrâmio, etc.;
- Indústria agroalimentar;
- Telecomunicações e electrónica;
- Electromecânica pesada;
- Indústria de armamento.
- (2) As perspectivas para a indústria nacional com interesse para a D. N. nos campos interno e externo dependem das seguintes: medidas:
 - Necessidade do estabelecimento e conhecimento dos planos de desenvolvimento (necessidades) no sector da D. N. a médio prazo, com especial incidência nas F. A.;
 - Identificação e coordenação dos programas de investigação e desenvolvimento (ID), com relevância e interesse para as F. A.:
 - Pré-qualificação de empresas capazes e interessadas em colaborar na concretização dos programas anteriormente mencionados, com vista a ajudar essas empresas a responder com eficácia às solicitações;
 - Dimensionamento adequado dos concursos por forma a interessar o empenhamento, designadamente das PME, e a implementar mecanismos que permitam desenvolver a subcontratação;
 - Aproveitamento das potencialidades de negociação nas compras ao estrangeiro, procurando contrapartidas para as quais é indispensável uma eficaz coordenação a nível central;
 - O mais amplo aproveitamento das infra-estruturas das F. A.
 em apoio às PME, nos aspectos de controle de qualidade, formação, laboratórios, oficinas, etc.;
 - Normalização/racionalização dos equipamentos militares para possibilitar um maior recurso à produção nacional e uma

gestão económica dos «stocks», sem prejuízo da segurança de abastecimento.

(3) No que toca a estruturas a criar, desenvolver ou melhorar, para potenciar o que há de positivo e minimizar vulnerabilidades, constata-se que as estruturas existentes estão adormecidas e, assim, sugere-se que no âmbito do M. D. N. seja implementado o Grupo de Trabalho para o fomento da indústria de defesa, integrando desde já um núcleo de funcionamento permanente.

Também se considera necessário e urgente que o M. D. N. adquira uma estrutura orgânica completa e adequada e que se proceda à sensibilização das missões diplomáticas portuguesas para os assuntos de natureza económica.

b. 2.º GT

(1) Considerações prévias

- Considerar como tendo interesse prioritário, de um ponto de vista da Defesa Nacional, as actividades industriais que:
 - Contribuam para o abastecimento do País, diminuindo a sua dependência externa;
 - Mantenham e criem novos postos de trabalho;
 - Sirvam de pólo de desenvolvimento, e propiciem o lançamento de indústrias subsidiárias;
 - Reforcem a nossa independência nacional, a nossa influência internacional, nomeadamente nos países que adoptaram o Português como língua oficial;
- Dar especial importância ao problema do planeamento a médio e a longo prazo;
- Aumentar e apoiar o espaço de investimento em ID, bem como definir uma política nas relações com as empresas multinacionais instaladas em Portugal que assegure a aquisição de novas tecnologias;
- Fazer um levantamento dos recursos nacionais (naturais, humanos, industriais, tecnológicos e científicos) que sirva de base ao seu aproveitamento optimizado;

- Aproveitar os recursos das Forças Armadas (financeiros, humanos e infra-estruturais) numa colaboração estreita com a indústria em programas de desenvolvimento bem definidos.
- (2) Sugestões quanto a acções concretas:
 - Na necessária reorganização do M. D. N. deve ser prevista uma estrutura destinada à coordenação, orientação e planeamento das acções relacionadas com a indústria e com a ID;
 - Adopção por parte dos departamentos das F. A. da figura dos orçamentos — programas em relação a todas as suas aquisições, logísticas e de material de guerra, por forma a colocar a concurso público tais fornecimentos plurianuais;
 - Extensão da prática dos orçamentos-programas a outras áreas da administração pública, tendo em vista o fortalecimento da indústria nacional, o que se torna fundamental em termos de D. N. no seu conceito alargado;
 - O conceito de orçamento-programa deve ser prioritariamente aplicado nas áreas da construção naval e das telecomunicações.

3.º GT

- (1) Foram considerados os três grandes blocos da indústria no seu relacionamento com a Defesa Nacional:
 - 1.º Indústrias determinadas por critérios prioritários de defesa

 Indústrias Militares «stricto sensu»;
 - 2.º Indústrias de vocação e interacção significativa com necessidades directas de defesa;
 - 3.º Outras indústrias transformadoras
- (2) No que se refere ao 1.º bloco, nenhuma actividade de produção deverá, no actual contexto português, ser decidida por razões exclusivamente militares, devendo todas elas ter, em simultâneo, justificação económica.

Mas existem actividades de conservação e manutenção imprescindíveis e que apenas são determinadas por razões exclusivamente militares. As unidades industriais de conservação e manutenção exclusivamente militares possuem meios e capacidade tecnológica importante e avançada que deve ser potenciada por uma conveniente articulação com o «Sistema Nacional de Desenvolvimento Tecnológico», porque algumas das unidades podem constituir focos de nucleação e de irradiação de tecnologias de ponta.

(3) No que respeita às indústrias de vocação e interacção significativa com necessidades directas de defesa torna-se necessária a definição de um programa de compras afeiçoado por considerações de desenvolvimento industrial por forma a criar a base industrial de apoio à D. N.

A satisfação desse objectivo implica:

- Definição da necessidade e bens de Defesa num horizonte de médio prazo;
- Definição e investigação das capacidades industriais incluídas neste bloco:
- Definição das actividades industriais com interesse tecnológico e viabilidade económica.

Para tornar possível a satisfação do objectivo indicado será imperioso institucionalizar um diálogo permanente entre as F. A. e as organizações industriais para equacionamento e ajustamento das capacidades industriais às necessidades programadas e, simultaneamente, assegurar o apoio dos instrumentos e desenvolvimento tecnológico. Como muitos dos equipamentos e material necessários para as F. A. não poderão ser produzidos no País, deve ser maximizada a possibilidade de execução de compensações na esfera militar. Para tanto, a definição dos fluxos informativos, mecanismos e instrumentos de coordenação, apoiados nas estruturas existentes da Administração, assumem, neste contexto, prioridade máxima.

- (4) Porque a existência de uma base industrial autónoma e diversificada, nos limites do possível, nos três aspectos:
 - matérias-primas
 - -- equipamento
 - tecnologia

constitui objectivo desejável, devem ser consistentes com a D. N. as orientações básicas de política industrial que visa dar resposta aos três aspectos destacados.

- (5) Existe a necessidade de um refinamento na utilização dos meios, definição de prioridades e aproveitamento das oportunidades, para se minimizarem as vulnerabilidades no dispositivo produtivo português, existente num contexto de recursos reconhecidamente limitados e com uma envolvente económica externa excessiva. Só por uma resposta institucional atempada, ajustada e previsível para coordenação da multiplicidade de domínios e tarefas se poderão minimizar aquelas vulnerabilidades.
- (6) Numa política industrial correcta devem privilegiar-se as indústrias que, pela sua componente horizontal marcada, possam mais facilmente encontrar nos limites do espaço económico português a base de sustentação que as torne menos vulneráveis a vicissitudes externas.

A verticalização deverá, entretanto, ser preferentemente encarada nos sectores em que existam manifestas vantagens de matérias-primas ou em que o fecho da cadeia vertical esteja mais próximo de ser atingido.

(7) Sendo impossível de atingir a independência absoluta, a liberdade de acção nacional no âmbito industrial será conseguida pela diversificação e gestão das interdependências.

5. CONCLUSÕES PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO

a. Relacionamento das F. A. com a Indústria

(1) Para que haja uma Defesa Nacional eficiente é necessário proceder-se ao desenvolvimento da necessária base industrial porque, deste modo, tornar-se-á o País menos dependente do estrangeiro. Daqui resulta, também, a necessidade de a nossa indústria ser mais empreendedora e agressiva na conquista de mercados estrangeiros. As vendas ao estrangeiro, não só serão uma fonte de divisas, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial, como, tam-

- bém, por um sistema de contrapartidas poderão participar na obtenção de tecnologia. Considera-se conveniente que o sistema de contrapartidas seja estabelecido logo nos concursos e contratos iniciais, devendo as F. A. pronunciar-se sobre as matérias com maior interesse para a D. N.
- (2) Na definição de um conceito estratégico de defesa militar é preciso ter em conta o factor industrial, atendendo aos seus condicionamentos e possibilidades de desenvolvimento sob o critério da viabilidade económica. É, pois, necessário reforçar as relações de entendimento entre as F. A. e a indústria de modo a terminar com a separação existente.
- (3) No capítulo da formação profissional, nomeadamente ao nível do operário, tem-se retrogradado, sobretudo por falta de escolas secundárias que ministrem um ensino profissionalizante. Em consequência, as unidades produtivas têm sentido dificuldades no capítulo de mão-de-obra para o seu desenvolvimento.
 - As Forças Armadas e, de uma forma especial, os estabelecimentos fabris militares, têm desenvolvido uma importante acção de formação profissional em indivíduos que, ou continuam nas próprias F. A. de uma forma definitiva ou transitória, ou são lançados nos mercados nacionais de emprego, onde são fortemente disputados.
 - Também a Armada pode participar de modo relevante na preparação do pessoal técnico do sector das pescas, onde a sua falta é notória. Existe um projecto para a criação de escolas de tecnologia de pescas, em colaboração com a Marinha.
- (4) A indústria de reparação e construção naval tem o maior interesse para a D. N., mas é preciso que seja inovada e dinamizada porque, actualmente, alguns aspectos meramente burocráticos obstam ao seu conveniente apetrechamento e desenvolvimento por forma a possibilitar a resolução do problema das frotas de pesca e mercante, cuja situação de crise é quase trágica, e que se torna imperioso modernizar e desenvolver para se evitar, principalmente no capítulo dos transportes marítimos, a actual grande dependência do estrangeiro.

Para se alcançar este desiderato é preciso que haja uma vontade firme de vencer os obstáculos e a rotina, o que pode ser feito por meio de contratos-programas a estabelecer com a indústria naval.

Deverá realizar-se um planeamento a médio e longo prazo (10 anos) para renovação da marinha de pesca e mercante que propicie a participação de largos sectores industriais, podendo, assim, funcionar como um motor para o desenvolvimento do País.

Parece importante que se proceda com urgência à nomeação de uma comissão (em que participem elementos das F. A.) para o equacionamento deste problema e para apresentação de um plano de revitalização e desenvolvimento.

(5) Potencialmente a Aliança Atlântica constitui um mercado externo para a nossa indústria, especialmente para a de defesa. Mas o facto é que até agora Portugal pouco tem aproveitado dessa potencialidade por causas diversas, entre as quais parece poder citar-se a falta de dinamismo dos nossos empresários para penetrarem num mercado novo e a ausência de um «lobby» que favoreça aquela penetração.

Considera-se que na conquista, não só do mercado OTAN, como de outros mercados internacionais, a diplomacia portuguesa tem um papel importante a desempenhar.

b. Desenvolvimento

- (1) A estratégia do desenvolvimento industrial é inseparável do desenvolvimento global do País, em especial no que diz respeito aos sectores produtivos (agricultura, pescas, indústrias extractivas, etc.). Por outro lado, terá que existir uma complementaridade de esforços entre os sectores público, privado e cooperativo, abandonando certos preconceitos de ordem ideológica e psicológica que muitas vezes têm dificultado grandemente o desenvolvimento.
- (2) As excessivas concentração e centralização estão na base do fraco desenvolvimento das forças produtivas, que só poderá ser aumentado pelo reforço rápido da malha industrial, colocando as novas unidades industriais nos locais adequados do ponto de vista económico e social e, na medida do possível, reestruturando as antigas de acordo com o critério da viabilidade económica.

- (3) Uma das formas de acelerar o desenvolvimento económico do País é o estabelecimento de contratos-programas e de contratos de desenvolvimento que, por seu turno, proporcionarão o aumento da malha industrial, a modernização e a preparação da indústria nacional para a provável adesão à CEE. O concurso público para a concessão de qualquer trabalho é um método muito pouco eficaz porque limita a capacidade do desenvolvimento industrial. É actualmente utilizado apenas nos países do Terceiro Mundo.
- (4) Um dos processos para tentar a solução dos problemas da balança comercial é o uso de contrapartidas ou de compensações para a obtenção de tecnologia. Todavia, este processo deverá ser utilizado com precaução porque, em termos de defesa nacional, adquirir no estrangeiro os equipamentos e materiais não é a mesma coisa que fomentar e desenvolver tecnologia própria. A obtenção de tecnologia pela compra de equipamentos e material deve, portanto, ser usada com discrição porque, caso seja praticada sistematicamente, poderá contribuir para manter e alargar o fosso entre a capacidade tecnológica do País e a do estrangeiro. É muito mais aconselhável procurar produzir tecnologia própria, muito embora seja necessário alterar profundamente o
- (5) Para o desenvolvimento económico é necessário ter uma definição exacta dos objectivos e manter os sistemas eficazes de controle e de fiscalização, de modo a corrigir atempadamente os desvios dos itinerários e, também, para a verificação das sucessivas etapas.

sistema de investigação agora existente.

(6) Para o desenvolvimento industrial é necessário aumentar o investimento mas ainda não foram obtidas as condições, especialmente psicológicas, que atraiam os capitais nacionais e estrangeiros.

c. Adesão à Europa

(1) Para que a integração na CEE se processe nas melhores condições para o País é, sem dúvida, necessário inovar a indústria nacional e proceder às reformas legais necessárias, sem esquecer que a própria integração acarreta riscos consideráveis para a economia nacional. Em primeiro lugar, é preciso solucionar o problema do actual proteccionismo da indústria, que pode difi-

- cultar, ou mesmo impedir, a concorrência de uma grande parte dos produtos nacionais com os dos restantes países da Comunidade depois de liberalizadas as fronteiras.
- (2) A entrada da Espanha (simultânea ou não com Portugal) pode prejudicar a economia nacional, pelo que se torna indispensável equacionar o problema, atentos todos os seus dados, inclusive o político.
- (3) Entre os três sectores de actividade (primário, secundário e tercário) a indústria é o melhor preparado para a integração, isto é, é o sector mais europeu. Mas, mesmo assim, é preciso pôr em funcionamento os sistemas já existentes nos outros países europeus, sobretudo no que diz respeito à comercialização internacional dos produtos porque a adopção da pauta aduaneira comum pode trazer problemas, dado que a adoptada na CEE é cerca de um terço da portuguesa e, em consequência, irá pôr a indústria nacional em condições difíceis de concorrência, nomeadamente com a indústria de países menos desenvolvidos.
- (4) A integração de Portugal na CEE, além de poder ser inicialmente considerada um problema de decisão política, é, também e principalmente, um problema interno, isto é, de preparação do País, nomeadamente a nível industrial, devendo ser tida em consideração a situação real da economia portuguesa.

Por outro lado, considera-se que a integração constituirá a força externa capaz de fazer arrancar definitivamente o desenvolvimento do País.

d. Energia

Portugal tem uma dependência quase total do estrangeiro do ponto de vista energético, o que torna a economia nacional — e nomeadamente a indústria — particularmente vulnerável do ponto de vista de Defesa Nacional.

e. Diversos

(1) Foi salientada a importância da indústria alimentar e da indústria do frio para o abastecimento nacional e para a limitação das

- importações, e foi chamada a atenção para o problema das pescas que pode ser considerado um escândalo nacional.
- (2) Todos os participantes manifestaram o desejo da realização de outros seminários para se poder continuar a discutir este importante assunto.

ANEXOS:

- A Programa do Seminário
- B-Relação das Entidades intervenientes

Redacção

ANEXO A

SEMINÁRIO SOBRE «A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL» 16 A 19 DE NOVEMBRO DE 1981

- PROGRAMA -

1. Dia 16 de Novembro (2.º-feira)

09.30/10.00 horas:

- Abertura do Seminário: Director do IDN
- Instruções Administrativas: Subdirector do IDN

10.00/10.30 horas:

-- A IMPORTÂNCIA DA BASE INDUSTRIAL PARA UMA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Engenheiro Ferreira do Amaral

10.30/10.50 horas:

- O PROBLEMA DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Doutor Farinha Martins

10.50/11.20 horas:

-- Intervalo

11.20/12.20 horas:

- A INDÚSTRIA MILITAR PORTUGUESA

Brigadeiro Conceição Espadinha Coronel Themudo Barata Capitão-de-mar-e-guerra Silva Forte

12.20/13.00 horas:

- Período de esclarecimento

2. Dia 17 de Novembro (3.*-feira)

09.30/10.20 horas:

- AS POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL PERANTE A DEFESA NACIONAL

Doutor Ferraz da Costa

10.20/11.00 horas:

- Período de esclarecimento

11.00/11.30 horas:

- Intervalo

11.30/12.20 horas:

-- PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA NACIONAL RESULTANTES DAS NECESSIDADES DA DEFESA E DA NATO

General Costa Álvares

12.20/13.00 horas:

- Período de esclarecimento

15.00/15.50 horas:

 — AS POSSIBILIDADES DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA DOS PEQUENOS PAÍSES PERANTE OS MERCADOS EXTERNOS

Almirante Souto Cruz

15.50/16.30 horas:

- Período de esclarecimento

3. Dia 18 de Novembro (4.º-feira)

09.30/12.30 - 14.30/16.30 horas:

-- ESTRUTURAS A CRIAR, DESENVOLVER OU COORDENAR PARA UM AUMENTO DAS POSSIBILIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL NO CAMPO DA DEFESA NACIONAL: Discussões em Grupos de Trabalho

4. Dia 19 de Novembro (5.º-feira)

09.30/10.45 horas:

Apresentação das conclusões dos Grupos de Trabalho

10.45/11.15 horas:

-- Intervalo

11.15/12.30 horas:

Debate geral e encerramento do Seminário

ANEXO B

SEMINÁRIO SOBRE «A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL»

16 A 19 DE NOVEMBRO DE 1981

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

- General Costa Alvares
- Engenheiro Ferreira do Amaral
- Coronel Themudo Barata
- Engenheiro Álvaro Barreto
- Engenheiro João Bártolo
- Coronel José Belo
- Coronel Zeia Bermudez
- Deputado Victor Brás
- Engenheiro Xavier Cabrita
- Doutor Lopo de Carvalho
- Doutor Ferraz da Costa
- Engenheiro Nobre da Costa
- Coronel Soares da Costa
- Almirante Souto Cruz
- Brigadeiro Conceição Espadinha
- Brigadeiro Teixeira Ferreira
- Engenheiro Jaime Figo
- Comandante Silva Forte
- Doutor Almeida Freire
- Doutor Afonso Howell
- Doutor Rui Madaleno
- Deputado Sousa Marques
- Doutor Amílcar Martins
- Doutor Farinha Martins
- Comandante Pires de Matos
- Comandante Fires de Matos
- Senhor Rocha de Matos
- Engenheiro Carlos Melancia
- Senhor João Montoya
- Deputado Sanches Osório
- General Pereira Pinto
- General Tomé Pinto
- Engenheiro Amadeu Pires
- Engenheiro João Proença
- Engenheiro Vilar Queiroz
- Doutor Alberto Ramalheira
- Engenheiro Martins Reis

- Engenheiro Albertino Santana
- Coronel Cirilo dos Santos
- Deputado Faria dos Santos
- Coronel Loureiro dos Santos
- Engenheiro Pereira dos Santos
- Contra-almirante Rebelo da Silva
- Senhor Pombeiro de Sousa
- General Henrique Troni
- Coronel Ferreira Valença
- Engenheiro Marques Videira
- Coronel Américo Viegas.

ENTIDADES CONVIDADAS A FAZEREM-SE REPRESENTAR COMO OBSERVADORES

- Presidência da República
- Gabinete CEMGFA
- Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional
- Gabinete CEMA
- Gabinete CEME
- Gabinete CEMFA
- Gabinete do Ministro da Indústria, Energia e Exportação
- Divisão Planeamento/EMGFA.

A DEFESA NO MUNDO



A DEFESA NO MUNDO

DEFENSE ELECTRONICS (EUA), de Set81

A despeito de ter um PNB (2357 contra 2130 biliões de dólares) e população (313 contra 220 milhões) superiores aos EUA, a Europa Ocidental atrasou-se na tecnologia espacial relativamente a este país, e ainda à URSS e ao Japão, devido à falta de um sistema de lançamento apropriado.

Entretanto, foi constituído em 1972 a ESRO (European Space Research Organization) com participação da França (62,5%), RFA (20,12), Bélgica (5), Inglaterra (2,47), Holanda (2), Espanha (2), Itália (1,74), Suíça (1,2), Suécia (1,1) e Dinamarca (0,5).

Após o recente êxito do eurofoguetão ARIANE, tanto a Inglaterra como a RFA planeiam uma maior contribuição para o empreendimento, que em 1983 poderá colocar no espaço um peso de 5200 libras. Para depois de 1990, está prevista a utilização de um «vaivém» espacial, já em estudo. Entretanto, segundo um projecto francês de 1972, na década de 80 seriam colocados em órbita 180 satélites geoestacionários, dos quais 23 seriam europeus (telecomunicações, meteorologia e observação da Terra).

NAVAL FORCES (RFA), de Nov/Dez81

Hoje em dia, os submarinos nucleares lança-mísseis balísticos (SSBN) são as armas estratégicas com maior capacidade de sobrevivência, dada a sua mobilidade e discrição, o que os torna menos vulneráveis a um primeiro ataque nuclear de surpresa do que as rampas lança-mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e do que os bombardeiros estratégicos. Por outro lado, os SSBN soviéticos da classe «DELTA», dispondo de mísseis com mais de 4000 milhas marítimas de alcance que podem alcançar os EUA a partir das protegidas águas costeiras russas, são de facto

autênticos ICBM. Por isso, debatem-se agora nos EUA, e talvez também na URSS, os méritos relativos dos SSBN e dos ICBM, e também, de certo modo, dos bombardeiros estratégicos. Os norte-americanos já dispõem igualmente de mísseis para submarinos com 4000 milhas marítimas de alcance, os «TRIDENT» C-4, a montar em 12 velhos submarinos «PO-LARIS-POSEIDON» e num novo tipo de grande submarino, de mais de 18 000 toneladas de deslocamento (cuja construção tem vindo a sofrer sucessivos atrasos) prevendo-se que o primeiro fique operacional até ao fim de 1982 e que o décimo sexto, e último, fique pronto por volta de 1995. Também se têm verificado atrasos na nova geração de ICBM da Força Aérea dos EUA, os MX, e na produção de um bombardeiro estratégico, havendo a Administração Reagan considerado a hipótese de basear alguns dos mísseis MX em navios de superfície e em pequenos submarinos de propulsão convencional designados por SUM (Shallow Underwater Missile) para operarem a algumas centenas de milhas ao largo das costas dos EUA. Mas o mais provável talvez venha a ser a construção de novos submarinos «TRIDENT» mais pequenos, ou a ampliação dos submarinos nucleares de ataque da classe «LOS ANGELES» para levar uns 12 a 16 mísseis «TRIDENT» C-4, o que teria como vantagens a produção em série e a dificuldade para o inimigo de destrinçar entre submarinos lança--torpedos e lanca-mísseis, com consequente aumento da capacidade de sobrevivência destes últimos.

Quanto aos soviéticos, estão pondo ao serviço deste fins de 1980 uma nova classe de SSBN gigantescos, os «TYPHOON», com 20 novos mísseis SS-MX-20 multiogiva, com alcance superior a 4000 milhas marítimas.

A Inglaterra substituiu os seus bombardeiros estratégicos V por quatro SSBN com mísseis «POLARIS», e agora, com a obsolescência destes, põe-se a questão da sua substituição, complicada por dificuldades financeiras, podendo a escolha vir a recair nos «TRIDENT» C-4 norte-americanos.

A «FORCE DE DISSUASION» francesa conta com um pequeno número de bombardeiros MIRAGE IV-A, 18 rampas lança-mísseis balísticos de alcance médio e 5 SSBN com 16 mísseis M-1 de alcance de 1500 milhas marítimas, tudo de concepção nacional. Prevista a construção dum sexto SSBN, a completar até 1986, e a equipar com o novo míssil

M-4 (o primeiro multiogiva de concepção francesa) com alcance superior a 2000 milhas marítimas.

A República Popular da China tem desde 1964 um submarino convencional lança-mísseis balístico, capaz de transportar 3 mísseis que não se sabe se estarão já disponíveis, pelo que se supõe que a sua capacidade para bombardeamento estratégico se resumirá a algumas rampas de lançamento e a uns 60 velhos bombardeiros.

PROCEEDINGS (EUA), de Dez81

A importância do petróleo para o Ocidente pode avaliar-se pela tabela seguinte:

PETROLEO	EUA	EUROPA	JAPÃO
Percentagem do consumo total de energia	47	55	73
Percentagem do total importado	49	96	100
Percentagem do importado do Golfo	34	61	72
Percentagem do importado do Golfo no con-			
sumo total de energia	8	32	53

A insegurança dos abastecimentos de petróleo, dadas a instabilidade do Golfo e a vulnerabilidade do transporte marítimo (1 petroleiro em cada 19 minutos passa o Estreito de Ormuz com destino aos EUA) aconselham a constituição de reservas em vários locais, para o que estão a decorrer negociações com o Quénia (Mombaça), Djibouti, Somália (Berbera), Filipinas (Guam), Grécia, Espanha, etc. Para o apoio dos grupos de combate da US NAVY são ainda necessários 12 grandes navios de reabastecimento, 21 petroleiros de esquadra para apoio destes como espécies de «vaivém», e uns 50 petroleiros de reabastecimento.

NAVY INTERNATIONAL (UK), de Dez81

Segundo planos actuais da NATO, portos como Lisboa e Porto apresentam interesse crescente para a movimentação de reforços vitais para o Centro da Europa. Além de os transportes por mar serem mais curtos do que para a Europa Central, a sua utilização permitirá (desde que a Espanha entre para a NATO) evitar o atravessamento de mares facilmente mináveis, como o Canal da Mancha e o Mar do Norte, fazendo seguir os abastecimentos por terra (caminho de ferro ou estrada). Entretanto, em face disto, a dragagem das minas seria uma área onde a contribuição de Portugal para a NATO poderia ser conseguida a baixo custo, mas acontece que os quatro draga-minas que Portugal ainda tem estão sendo utilizados como patrulhas, estando o seu equipamento de rocega mantido em reserva, em terra. No último exercício «Ocean Safari», nos treinos de rocega de minas nas aproximações do porto de Lisboa foram utilizados draga-minas ingleses e de outros países NATO.

A NATO está concedendo fundos para desenvolver a base de Porto Santo para a utilização de aviões de patrulha marítima de longo raio de acção, visando facilitar a patrulha marítima para sul, ao longo das rotas marítimas de e para o Cabo da Boa Esperança.

ARMADA INTERNACIONAL (SUÍÇA), Nov/Dez81

Preconizadas as seguintes medidas correctivas de natureza estratégica para salvaguardar os interesses do Ocidente no Médio Oriente e no Sudoeste Asiático: concessão de auxílio económico e militar aos países regionais que promova a sua estabilidade e reforce a sua independência; solução para o conflito israelo-árabe que seja susceptível de contentar também os árabes; aumentar aos olhos dos soviéticos a credibilidade de uma pronta reacção militar do Ocidente a acções que comprometam os seus interesses vitais; reforço do potencial dos países NATO do flanco sul europeu, como a Turquia. Embora se imponham medidas militares, como a Força Rápida de Intervenção dos EUA (cuja eficácia, no entanto, depende da existência de bases locais e de acordos bilaterais com governos regionais) julga-se que os interesses ocidentais na região em apreço serão melhor servidos com medidas políticas do que com medidas exclusivamente militares.

REVISTA GENERAL DE MARINA (ESP.), de Jan82

A URSS está a desenvolver o seu poder naval no Pacífico, através da potenciação das suas posições no Mar de Ostok, ao norte do Japão, uma zona que está sendo convertida num centro estratégico de impor-

tância equiparada à da Península de Kola. A saída do Mar de Ostok para leste (para o Pacífico) faz-se através das Ilhas Curilas, cuja posse o Japão pretende recuperar, o que parece muito difícil, dado que já estão pejadas de instalações aeronavais soviéticas. A questão do reforço do poderio aeronaval soviético no Mar de Ostok traz muito preocupados Pequim e Tóquio ante a possibilidade de «finlandização» do Japão, inclusivamente porque os EUA estão muito ocupados com o Índico e o resto do Pacífico.

SURVIVAL (UK), de Jan/Fev82

No presente século as Marinhas entraram nas guerras geralmente muito bem servidas de navios «vistosos» e muito mal apetrechados de navios «eficientes». Foi assim que os alemães começaram a guerra com poucos submarinos e muitos navios de superfície, e a Inglaterra com muitos destes mas poucos escoltadores para comboios. Parece assim que os responsáveis pelo planeamento das Marinhas, em tempos de paz, tendem a favorecer a «categoria vistosa» relativamente à «eficiente». Parece que nisto tem papel importante a política interna e as rivalidades entre Ramos das Forças Armadas. Hoje em dia, os submarinos são «eficientes» para a URSS e os navios anti-submarinos para a NATO, sendo os grandes navios a parte «vistosa» para ambos.

Entretanto, começa a radicar-se a impressão nos EUA e na Inglaterra que, numa guerra nuclear no mar, os navios de superfície não durariam mais do que cinco minutos. É por razões desta ordem que o Governo inglês tomou a decisão de pôr a geração seguinte de mísseis estratégicos em submarinos. A segunda razão é que mesmo as armas convencionais estão rapidamente a atingir o poder destruidor das nucleares quando estas são usadas tacticamente. A precisão das armas convencionais é o mais forte contributo para isso, tornando os navios de superfície altamente vulneráveis, mesmo em caso de guerra não-nuclear.

Os soviéticos começaram por construir uma Marinha de submarinos para se defender de eventuais ataques anfíbios e dos porta-aviões americanos no seu território, e ainda para uma hipotética nova Batalha do Atlântico. Mas desde 1965 que o número de submarinos russos começou a declinar (excluindo os lança-mísseis balísticos), enquanto o dos navios superfície, que são mais impressionantes, aumentou. Aqueles diminuíram

em 30 %, estes aumentaram em 25 %. A conclusão a tirar é que a URSS desejará agora ter uma Marinha com uma função político-estratégica. Os EUA sempre tiveram uma Marinha desse tipo e, provavelmente, inspiraram os russos. O caso é que os EUA, entre 1946 e 1974, usaram o seu poder naval para a consecução de objectivos políticos aquém da guerra em 170 ocasiões, a maior parte das vezes no Terceiro Mundo e, em cerca de 100 destes casos, utilizando porta-aviões e porta-helicópteros, enquanto os submarinos só foram utilizados em 10 casos.

MILITARY TECHNOLOGY (RFA), de 1Fev82

A primeira das novas fragatas alemãs da classe F-122 será entregue apenas nos fins de Marco de 1982. A sua entrada ao serviço marcará um passo importante, uma vez que 6 (ou talvez 8) navios desta classe constituirão a espinha dorsal das forças de superfície da Marinha da RFA nos próximos anos. Estas fragatas, em conjugação com outros navios anti--submarinos e aviões de patrulha marítima, proporcionarão escolta directa a transportes marítimos contra a ameaça de submarinos, aviões e mísseis. A principal componente anti-submarino destas fragatas são os helicópteros embarcados que levam os seus próprios equipamentos de detecção e torpedos a curtas distâncias dos submarinos sem serem postos em perigo por estes. Interpostas entre os helicópteros e os alvos a proteger, as fragatas actuam como barreiras anti-submarinas adicionais e, simultaneamente, protegem navios menos bem armados contra aviões e mísseis com as suas armas antiaéreas. As fragatas dispõem de capacidade para coordenar operações de helicópteros e navios, e mesmo de quaisquer aviões de caça com base em terra que dêem cobertura aérea. São navios de deslocamento «standard» e de 2900 toneladas, propulsionados por um sistema diesel-turbinas a gás do tipo CODOG (velocidade máxima 30 nós, velocidade de cruzeiro 20), dispondo de 1 peça de 76 mm antiaérea, 1 reparo com 8 rampas para mísseis antiaéreos «SEA SPARROW», 2 raparos com 4 rampas para mísseis anti-superfície «HARPOON», 2 reparos duplos lança-torpedos anti-submarinos, 2 helicópteros SEA LINK MK 88 (para a guerra anti-submarina e designação de alvos para os mísseis «HAR-POON»), e de vários equipamentos sofisticados de navegação e detecção aérea, de superfície e submarina. O projecto da fragata «F-122» resultou das

tentativas NATO para conseguir um modelo comum para a Aliança, as quais, contudo, não tiveram êxito completo, mas que proporcionou à RFA e à Holanda o desenvolvimento de um projecto de fragatas («F-122» e «KORTENAER», respectivamente) com o maior grau de estandardização possível, com alguns componentes principais comuns, de que se destacam o casco, os mísseis, a artilharia, os torpedos e os helicópteros.

Nota da Redacção: As fragatas «F-122», ou as «KORTENAER», mencionadas no artigo, têm sido consideradas como possíveis aquisições da Marinha portuguesa.

Em 1982 o orçamento francês para a defesa apresentado ao Parlamento ascende a 144 392 milhões de francos.

Depois de deduzidas as verbas destinadas ao pagamento do pessoal reformado ou retirado do serviço activo, fica uma soma de 122 855 milhões de francos, unicamente para a defesa, o que significa um aumento de 17,62 % em relação ao orçamento de 1981, representando 15,59 % do orçamento para 1982, que constitui a parte mais importante das despesas nacionais.

As despesas de carácter operacional aumentam de 17,17 % até à quantia de 66 509 milhões de francos, o que traduz 54,14 % do orçamento da defesa.

É de notar que a verba para a pesquisa e desenvolvimento («R and D»), em constante crescimento, foi agora aumentada de 18,16% atingindo 56 346 milhões de francos representando 45,86% do orçamento.

No que toca aos três Ramos das Forças Armadas verifica-se um aumento substancial na Marinha e na Força Aérea com uma subida de 21,45 % e 18,32 %, respectivamente, enquanto o Exército viu o seu orçamento subir apenas de 17,46 %.

Além das despesas com os três Ramos há, em França, uma grande parcela comum especialmente destinada ao estudo de protótipos, incluindo pesquisa nuclear e mísseis balísticos.

Os responsáveis políticos suíços pensam que, face à actual situação mundial, as verbas atribuídas à defesa nacional atingiram o nível mínimo compatível com as necessidades, embora no período legislativo em curso (1980-1983) 21 % do Orçamento Geral do Estado tenha sido atribuído às

questões de segurança nacional, o que corresponde a 15,268 biliões de francos suíços, dos quais 808 milhões se destinam à defesa civil. Estas verbas, quando comparadas com as de 1976 e 1979 (20,2%), traduzem apenas um aumento diminuto tendo em atenção a elevada taxa de inflação.

A situação actual esteve na origem da declaração do Ministro da Defesa — que desempenhava o cargo de Ministro das Finanças em anterior Governo — «que os travões já tinham sido utilizados em demasiado», ao mesmo tempo que solicitava a atribuição de fundos suficientes para a implantação de uma defesa eficaz, nomeadamente no respeitante ao equipamento e armamento, de acordo com os planos das Forças Armadas.

Por outro lado, as autoridades helvéticas tomaram diversas medidas para melhorar a qualidade da defesa, entre as quais se coloca a decisão de não limitar o conceito estratégico a um período determinado. Anteriormente a 1980 o conceito estratégico do Exército compreendia 12 anos, englobando 3 períodos legislativos, enquanto agora é estabelecido apenas para 4 anos, o que permite a sobreposição entre as directivas governamentais, os planos de desenvolvimento das Forças Armadas e o plano económico e financeiro.

Das várias medidas já tomadas para optimização dos recursos à disposição das Forças Armadas sublinha-se a maior importância dada à Comissão de Defesa (constituída pelo Chefe do Estado-Maior — que preside —, pelo Director do Departamento de Armamentos, pelo Chefe do Departamento de Instrução e, para questões de defesa aérea, pelos Comandantes da Força Aérea e da Defesa Antiaérea) que é agora o principal órgão de tomada de decisões e de controle das aquisições para as Forças Armadas.

No sentido de obter o melhor material para as Forças Armadas foi dada autonomia administrativa às seis fábricas do Estado que, desta maneira, são colocadas em igualdade de condições com as fábricas nacionais privadas, e mesmo com a indústria de defesa estrangeira, para concorrerem ao fornecimento de artigos cuja produção não seja, pela sua especificidade, monopólio do Estado.

Também se tem procurado aumentar as relações da Defesa com a indústria e têm sido criados grupos de trabalho que, integrando industriais de várias actividades, representantes da Comissão de Defesa, do Estado-Maior e dos Comandos das Grandes Unidades, discutem os programas de armamento e equipamento de forma a que a indústria possa

estabelecer os seus planos concorrentemente e participar activamente na pesquisa, desenvolvimento e produção do material pretendido.

Outro objectivo do relacionamento da indústria com a defesa é aumentar a contribuição nacional nos fornecimentos para as Forças Armadas com a finalidade de atingir os níveis da década de 70 (75% de produtos nacionais, sendo 15% das fábricas nacionais e 60% da indústria privada). Embora a principal razão para este procedimento seja de natureza económica para evitar a saída de divisas, existem outros motivos como, por exemplo: o aproveitamento da experiência adquirida para aperfeiçoar os métodos de manutenção, de instrução e de treino; a possibilidade de actualização tecnológica dos novos sistemas de armas; a produção de sobressalentes cujo fabrico no estrangeiro já tenha terminado; e a confiança nas próprias possibilidades dos operários e orgulho dos soldados que utilizam armas fabricadas no seu próprio país.

Devido à sua situação de país tradicionalmente neutro e às características especiais do terreno, as Forças Armadas têm necessidades específicas e, em consequência, estão a ser cuidadosamente estudados e testados novos materiais e equipamentos e, também, modificações e melhoramentos nos já existentes.

No âmbito do Exército atribui-se grande importância a uma nova geração de veículos de transporte, especialmente todo o terreno, de 5 e 10 nacional — constitui a primeira prioridade do Governo Federal. Para isso havendo já estudos avançados e contactos com fabricantes nacionais e estrangeiros para a eventual substituição dos materiais existentes.

No entanto, a selecção de um novo carro de combate para substituir as 300 «CENTURIONS» e 150 «PANZER 61»—estes de fabrico nacional—constitui a primeira prioridade do Governo Federal. Para isso encontra-se em estudo e desenvolvimento um novo modelo nacional—o «PANZER 68» e estuda-se também, a produção sob licença do «LEO-PARD 4, alemão, e do «M 1 ABRAMS», norte-americano. Compete à Comissão de Defesa a escolha definitiva do modelo a adoptar, para o que se estão a efectuar cuidadosos estudos e testes de toda a natureza, não só do próprio carro de combate mas também do equipamento e armamento mais adaptados ao teatro de operações suíço. A decisão final sobre a aquisição deverá ser tomada em 1983 com vista à escolha do modelo e à quantidade de carros para substituir os actuais «CENTURION» e «PANZER 61».

A substituição da espingarda automática, prevista para a década de 90, é particularmente importante num país onde os soldados podem levar a sua arma pessoal para casa e com ela tomar parte em instruções e em concursos de tiro ao alvo, efectuados normalmente aos domingos.

Os estudos em curso são encaminhados para a eleição de um modelo com razão custo/eficácia mais baixa e com menor peso e menor comprimento. A opinião pública tem-se mostrado particularmente interessada neste problema.

No capítulo do armamento antiaéreo o programa estabelecido em 1980 encara a aquisição de 60 sistemas de arma «RAPIER», material de origem inglesa para a defesa a baixa altitude. Estes 60 sistemas deverão ser entregues de 1984 a 1987 às divisões blindadas, às quais garantirão uma eficaz defesa antiaérea. Também nesta área a indústria de defesa suíça participa no fabrico sob licença britânica de alguns componentes.

Para a Força Aérea já foi ordenada a compra de mais 38 aviões «F-5 TIGER» que, no período de 1983 a 1985, se irão juntar aos 78 aparelhos do mesmo modelo já existentes. Os novos «F-5» destinam-se a substituir os actuais «VENON» em três esquadras, e serão montados na Suíça por pessoal suíço mediante condições muito favoráveis concedidas pelos principais contratantes americanos. Por outro lado, estão a ser introduzidas modificações em alguns aparelhos «HUNTER», de modo a aumentar a sua capacidade de ataque ao solo, nomeadamente pela montagem do míssil ar-solo «A6M 65B MAVERICK», o qual introduz uma grande melhoria na acção contra blindados, estações de radar e posições de campanha. Quando os «HUNTER» forem substituídos pelos «F-5» na missão de ataque ao solo, também a estes será dada a possibilidade de operarem com o «MAVERICK».

TIME (EUA), de 22Fev82

Para um congressista norte-americano preocupado com a perspectiva de um défice de 100 biliões de dólares, o orçamento do Pentágono afigura-se um alvo apropriado para ataque. Mas não será tão fácil aplicar cortes àquele orçamento como poderá parecer à primeira vista, considerando, por exemplo, que cerca de um quarto dele se destina a pagamento de ordenados e pensões de reserva. Por isso, poderá acontecer que o

Congresso fixe as suas atenções principais no custo descontrolado das armas. O custo destas, para além de ser superior ao que devia, torna-se cada vez mais difícil de prever, tendo acontecido que, em 50 dos actuais projectos principais, as despesas ultrapassavam as previstas numa média de 118 %, de que a inflação foi responsabilizada apenas por cerca de 70 %. Para o ano fiscal de 1983, a Administração Reagan projecta gastar mais 36 % em novas armas, cabendo ao Exército 42 % de aumento para compra de aviões, 48 % para a Força Aérea para mísseis, e 121 % para a Marinha para a construção de navios.

A Antárctida, que tem metade da dimensão territorial dos EUA, está a tornar-se em mais do que um campo de experiência para cientistas. Assim, geologistas confirmaram que este continente tem grandes quantidades de ferro e carvão, e apresenta ainda fortes indícios de outros tesouros, tais como tântalo, lítio, platina, crómio e, acima de tudo, petróleo (a Gulf Oil calculou uma existência de petróleo comparável às reservas estimadas do Alasca, que o progresso tecnológico em curso permitirá dentro de alguns anos explorar).

O problema que começa a pôr-se é a quem pertencem tais riquezas. Em conformidade com o Tratado da Antárctida de 1961, os 14 países signatários, incluindo os EUA e a URSS, comprometeram-se a três coisas: a conservar a Antárctida livre de armas nucleares, a proibir actividades militares, e a trocar livremente informações científicas sobre o continente. Acontece agora que, à medida que os geologistas vão descobrindo as riquezas da Antárctida, alguns países começam a falar de direitos a quaisquer recursos encontrados dentro dos seus territórios ou ao largo das suas praias. Embora quer os EUA quer a URSS não tenham reclamado para si qualquer parcela da Antárctida, ou reconhecido quaisquer reivindicações doutros países, o que é certo é que, no princípio deste século, sete nações reivindicaram a posse de algumas fatias. Três das fatias, reivindicadas pelo Chile, Argentina e Grã-Bretanha, apresentam sobreposições.

THE ECONOMIST (UK), de 27Fev82

A Gronelândia votou a sua retirada da CEE por 52 % contra 46 %, sendo a primeira vez que tal acontece na Comunidade. No entanto, a votação é apenas o princípio de um longo processo pelo qual a Grone-

lândia poderá ou não cessar de pertencer à Comunidade. Em primeiro lugar, o Chefe do Partido no poder lembrou que, durante a campanha eleitoral, havia declarado que a retirada só se justificaria se votassem a favor dela, no mínimo, 55% dos eleitores. Por outro lado, parece que a saída da Gronelândia da CEE requer a aprovação de 10 parlamentos da Comunidade, dos quais nem todos se encontrarão interessados em criar um precedente de separatismo nos seus próprios países.

A mais importante questão é a das pescas, tendo sido o controle da política de pescas da Gronelândia pela CEE o que mais a inflamou, pelo facto de não lhe ter sido possível declarar a sua própria ZEE e por ter sido obrigada a repartir as suas águas com embarcações doutros países da Comunidade.

Os dinamarqueses, em representação dos gronelandeses, tentarão agora negociar um acordo que permita a estes ter o seu peixe, e à CEE comê-lo. Mas, em troca do privilégio de proporcionar livre acesso do peixe da Gronelândia aos mercados da CEE, esta provavelmente requererá que os pescadores da Comunidade possam gozar dos mesmos direitos e quotas de que gozam presentemente nas águas gronelandesas. Se isto ficar assim, ficará tudo na mesma, com a excepção de a decisão pertencer agora à Gronelândia.

REVUE DE L'OTAN - N.º 1, de Fev82

No seguimento do pedido apresentado pela Espanha, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países aliados, reunidos em sessão plenária, assinaram em 10 de Dezembro de 1981, na Sede da NATO, em Bruxelas, o protocolo de adesão daquele Pacto.

Na ocasião, Joseph Luns, Secretário-Geral da Organização, declarou que há 32 anos os Estados inicialmente signatários do Tratado do Atlântico, com base nos princípios democráticos, das liberdades individuais e no reinado do direito, se comprometeram na salvaguarda das liberdades das suas populações, para defesa da herança comum e de uma mesma civilização. «Creio — disse Joseph Luns — que, na sua grande simplicidade, esta declaração constitui a melhor definição dos objectivos e dos princípios que unem os países aliados. A adesão da Espanha e o seu desejo de participar no esforço comum dá aos restantes países membros uma esperança na consecução dos objectivos da Aliança.»

À reunião assistiu, como convidado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol que declarou que «a Espanha recuperou, não sem esforço, um regime democrático de liberdades públicas e de respeito pelos direitos do homem». E acrescentou: «É, antes de tudo, o desejo de defender estes valores e de reafirmar a sua condição europeia e ocidental, conjuntamente com a necessidade de unir os seus esforços para a defesa colectiva e para a preservação da paz e da segurança, que motivou a Espanha a aderir à Aliança Atlântica.»

Segundo o procedimento existente a Espanha será formalmente convidada a aderir à Aliança logo que o respectivo protocolo seja ratificado pelos países membros. Deste modo, a entrada da Espanha terá lugar, segundo o artigo 10.º do Tratado do Atlântico, logo que o documento de adesão tiver sido depositado junto do Governo dos Estados Unidos da América.

NEWSWEEK (EUA), de 8Mar82

Para evitar o perigo de um disparo inadvertido de armas nucleares, existe nos EUA um programa especial, o PRP («Personnel Reliability Program»), com o objectivo de seleccionar pessoal para acesso àquelas armas, nos aspectos de estabilidade emocional, ajustamento social e problemas de abuso de álcool ou droga. O processo tem a assistência de médicos, os quais controlam periodicamente os seleccionados.

Os resultados desta vigilância são chocantes. Assim, em 1975 foram excluídos das listas do pessoal com acesso a armas nucleares 5128 indivíduos por violação do PRP, 4966 em 1976 e 4975 em 1977, o que corresponde a uma taxa anual superior a 4%. Em 1977, por exemplo, os motivos das exclusões disseram respeito a abuso de álcool e droga (principalmente marijuana, mas também LSD); no mesmo ano, 1289 indivíduos foram excluídos por razões de ordem física, mental ou de carácter, susceptíveis de pôr em causa o indispensável grau de confiança para o desempenho de tarefas de responsabilidade crítica, e 828 desqualificados por negligência, etc.

Há ainda a contar com os enganos dos próprios computadores, tendo acontecido um caso de um importante estado de alerta que durou seis minutos, quando um técnico montou inadvertidamente uma fita gravada

de treino respeitante a um ataque soviético simulado num computador militar norte-americano.

O risco de um acidente aumenta com o tamanho do arsenal nuclear e com o número das pessoas envolvidas. O acesso de novos países menos desenvolvidos tecnicamente a armas nucleares também aumenta os riscos.

A nossa sobrevivência também depende da conduta do pessoal e dos computadores soviéticos. E o alcoolismo constitui um grande problema na URSS, podendo existir também no meio militar, como acontece nos EUA.

Existe apenas uma razão para se estar optimista em tudo isto: o aumento fenomenal do movimento de massas para o desarmamento nuclear total. Pode viver-se com a ameaça de guerra nuclear acidental durante 10, 20 ou 30 anos, como tem acontecido, mas não para sempre.

TIME (EUA), de 15Mar82

O principal especialista do Pentágono em armamento predisse na última semana (com base na interpretação de fotografias obtidas no Centro de Ramensoke, próximo de Moscovo) que a URSS poderia encontrar-se pronta para pôr em órbita no próximo ano armas «laser» capazes de destruir satélites norte-americanos de espionagem e de comunicações. Ainda segundo aquele especialista, a URSS poderá dispor por volta de 1990 de um vasto complexo orbital tripulado permanente capaz de atacar efectivamente alvos em terra, no mar e no ar a partir do espaço. Estas informações, que são contestadas por alguns cientistas ligados a assuntos de defesa, ultrapassam largamente as previsões norte-americanas sobre o avanço da URSS na corrida às armas espaciais. As duas nações acordaram em 1967 em banir armas espaciais de destruição maciça, mas os esforços feitos para incluir no acordo armas anti-satélite, nomeadamente «lasers», foram infrutíferos. O Pentágono afirma que, desde 1977, os soviéticos têm um satélite «non-laser» operacional, que explode perto do alvo, pulverizando-o com fragmentos metálicos. Os EUA esperam experimentar o seu sistema anti-satélite no próximo Verão com foguetões lançados de aviões a jacto «F-15». Entretanto, o orçamento para 1983 propõe 218,3 milhões de dólares para gastar em defesa espacial, mais 115,7 milhões para pesquisa de «laser», e ainda 40,6 milhões para um programa espacial de «laser».

TIME (EUA), de 22Mar82

Num anúncio de página inteira dum jornal, a companhia norte-americana «Tenneco Inc.» informou ter entregue à Marinha do seu país, num mesmo dia, dois navios de propulsão nuclear, o porta-aviões «CARL VINSON» de 93 600 toneladas e o submarino de ataque «ATLANTA», de 6900 toneladas. O preço combinado dos dois navios (1,63 biliões de dólares) não é nada comparado com os 1,6 triliões que a Administração Reagan pensa gastar até 1987, para construir pelo menos 130 novos navios de combate e de apoio, mais do 3900 caças a jacto, bombardeiros e aviões de transporte, 8800 carros de combate e veículos de transporte de tropas, e ainda uns 14 000 mísseis e bombas estratégicos e tácticos para o arsenal nuclear do país. Entretanto, no Pentágono estima-se que aquele custo total não ultrapasse uns 50 % das necessidades. Os problemas de longo prazo levantados pelo grande aumento dos gastos na defesa serão agravados pelo efeito corrosivo na economia do país, pois o dinheiro despendido dará lugar a poucos bens e serviços produtivos, uma vez que, por exemplo, 1 bilião de dólares investido em mísseis cria 14 000 postos de trabalho, ao passo que, se fosse investido numa área de trabalho intensivo, como hospitais, daria lugar a 48 000 postos.

Outra contrariedade é a crescente falta de especialistas decorrente dos cortes nas despesas com a defesa verificados a partir do fim da guerra do Vietname, o que levará a desviar engenheiros de outros trabalhos para os de defesa, para não falar do que constituirá talvez o maior problema, a pressão inflacionária que, nos últimos meses, tinha sofrido a mais acentuada baixa dos últimos seis anos.

TIME (EUA), de 29Mar82

Milhares de jovens europeus ocidentais estão acorrendo ao serviço militar e, uma vez terminado o seu período, muitos recusam-se a abandoná-lo. Isto parece dever-se às fracas perspectivas de conseguirem um emprego civil, o que os levará a pensar que um vencimento militar sempre será melhor que nada.

Na Bélgica, onde o desemprego atingià a taxa de 13,1 %, o número dos conscritos que pretendem continuar no serviço militar, para além do período obrigatório de 10 meses, duplicou desde 1978. Por outro lado,

na Holanda, pensa-se que uns 5000 conscritos poderão recusar-se a abandonar o serviço militar após o termo do período deste, no ano corrente.

Na Suécia, com uma taxa de desemprego de 9,4 % para os cidadãos com menos de 25 anos de idade, procura-se ajudar os militares licenciados a encontrar emprego. Mesmo assim, 10 % dos conscritos não conseguem encontrar emprego ao fim dos 7 meses e meio que dura o serviço militar obrigatório. Na Grã-Bretanha, com 12 000 homens estacionados na Irlanda do Norte, procura-se encorajar realistamentos, aumentando os vencimentos. Em países como a Espanha, Portugal e Itália, os conscritos são tão mal pagos que não se preocupam em continuar ao serviço. De qualquer modo, para muitos jovens europeus ocidentais a vida dum soldado já não é considerada inferior, especialmente quando a alternativa é a pobreza do desemprego.

Aumentam as preocupações com a hipótese de guerra nuclear, designadamente com as suas horrorosas consequências, e com as possibilidades do seu desencadeamento.

Segundo William Hyland (um estrategista que serviu as administrações Nixon, Ford e Carter) a III Guerra Mundial poderia começar de modo semelhante à I, com uma combinação de inadvertências, de acontecimentos saídos do controle, e de pouca sorte — se houver uma guerra nuclear, será como em Agosto de 1914 —, uma gradual perda de controle. Segundo James Schlesinger, uma guerra nuclear pode começar por erro de cálculo. Tudo isto leva a imaginar o que poderá ser o Sarajevo da era nuclear: a Europa do Leste, onde pode verificar-se resistência armada à ocupação soviética; o Irão, onde a URSS pode ser tentada a preencher o vácuo criado por um eventual colapso do regime de Khomeini; a Península Arábica, onde a Força de Intervenção Rápida norte-americana pode combater pelos jazigos de petróleo; as Caraíbas, onde Washington pensa que Brezhnev poderá criar uma nova crise de mísseis de Cuba.

Alguns dos conselheiros de Reagan reconhecem ser indispensável um controle autêntico de armamentos para reduzir as possibilidades de colisão. Os acordos SALT contribuíram modestamente, marginalmente, mas ainda assim significativamente para evitar a guerra nuclear. Reagan suspendeu o processo, mas prometeu um substituto melhorado, o START («Strategic Arms Reduction Control»).

O que é facto é que muitos norte-americanos estão agora a começar a pensar que pode acontecer aquilo a que se habituaram a chamar de impensável.

TIME (EUA), de 5Abr82

Tem vindo a aumentar a pressão na opinião pública norte-americana para retomar o processo das negociações sobre armas estratégicas (SALT), a que a Administração Reagan chama agora de START.

Os adjuntos da Casa Branca dizem-se entretanto satisfeitos com a primeira volta das INF («Intermediate Nuclear Forces Talks») relativas à Europa, realizada em Genebra há dois semanas. Nesta, a URSS ofereceu reduzir o número das armas de alcance intermédio na Europa Ocidental a 300 até 1990 (actualmente há 900), ao que os EUA contrapõem a «opção zero», para eliminar todas aquelas armas.

Nas SALT II a unidade de conta eram os sistemas de lançamento—silos, submarinos nucleares e bombardeiros intercontinentais—o que foi rejeitado por Reagan. Alguns peritos preferem agora usar antes o peso de explosivo nuclear que cada parte pode lançar, porque isso obrigará a reduções maiores no arsenal soviético. Mas, porque as limitações no peso não restringirão as ogivas múltiplas, outros especialistas preferem fórmulas que cubram factores tais como precisão de tiro e número de ogivas por míssil.

Entretanto, há rivalidades entre a Marinha e a Força Aérea norteamericanas, bem como entre o Pentágono, o Departamento de Estado e a Agência de Desarmamento e de Controle de Armas, que complicam os esforços para formular a posição de negociação dos EUA. Por exemplo, a Força Aérea opõe-se vigorosamente às reduções dos seus mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) baseados em terra, porque isso aumentaria a importância dos submarinos «TRIDENT» da Marinha.

TECNOLOGIA MILITAR (RFA), n.º 2/1982

Um dos tipos de navios que mais está chamando a atenção no momento presente são as chamadas «corvetas grandes», ou «fragatas pequenas», do género das espanholas da classe «Descubierta», baseadas no projecto

das portuguesas da classe «Baptista de Andrade». Efectivamente, são muitas as Marinhas que têm em serviço ou em construção tal tipo de navio.

O equipamento e o armamento das corvetas «Descubierta» proporcionam-lhes uma boa capacidade contra ameaças múltiplas (superfície, aérea e submarina). Em rigor, a diferença para uma fragata é o helicóptero embarcado, o que constitui realmente um «handicap» para a luta anti-submarina e para o guiamento de mísseis superfície-superfície com alcance para além do horizonte. Dispõem entretanto de 1 peca de artilharia singela OTO MELARA de 76 mm, 1 lanca-foguetes anti-submarino BOFORS de 375 mm, 2 rampas quádruplas lança-mísseis superfície-superfície HARPOON (as corvetas a construir em Espanha para Marrocos levam EXOCET), 2 peças antiaéreas de 40 mm BOFORS (nas últimas corvetas, um destes reparos foi subtituído pela nova peça antimíssil MEROKA, de concepção espanhola), 2 reparos triplos lança-torpedos MK32 anti--submarinos e 1 reparo lança-mísseis antiaéreos com oito rampas (SEA SPARROW, ou ALBATROS/ASPIDE). Quanto à electrónica, dispõe de modernos sistemas de detecção radar e sonar, cujos elementos são avaliados e apresentados por um sistema SELENIA IPN-10.

Os estaleiros navais espanhóis Bazan têm estado a construir quatro vedetas rápidas lança-mísseis (420 toneladas, 30 nós) para Marrocos, das quais já foram entregues três. São navios idênticos aos espanhóis da classe «Lazaga», armados com 4 mísseis superfície-superfície EXOCET, 1 peça de 76 mm OTO MELARA, e 1 de 40 mm. Desde Fevereiro deste ano que se encontra em construção nos mesmos estaleiros uma corveta da classe «Descubierta» para Marrocos, parecendo provóvel a encomenda de mais três.

Redacção

